

# REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



**RIO DE JANEIRO – ANO 09 – Nº 27  
SETEMBRO/DEZEMBRO – 2004**

**R454**

**Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos. – Ano 9, nº 27, (set./dez.2003) – Rio de Janeiro: CIFEFIL. 152 p.**

**Quadrimestral  
ISSN 1413-6457**

**1. Filologia – Periódicos. 2. Lingüística – Periódicos.  
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos**

**CDU 801(05)**

## EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e de Linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

### Editora

**Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL)**

Rua Visconde de Niterói, 512/97 – 20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ

Telefax: (21) 2569-0276 – E-mail: [pereira@uerj.br](mailto:pereira@uerj.br) e [www.filologia.org.br](http://www.filologia.org.br)

<b>Diretor-Presidente:</b>	Prof. Dr. José Pereira da Silva
<b>Vice-Diretor:</b>	Prof. Me. Vito César de Oliveira Manzolillo
<b>Primeiro Secretário:</b>	Prof. Dr. Alfredo Maceira Rodríguez
<b>Segundo Secretário:</b>	Prof. Dr. Ruy Magalhães de Araujo
<b>Diretor da Revista <i>Philologus</i></b>	Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva
<b>Vice-Diretor da Revista <i>Philologus</i></b>	Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques

### Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

**Redator-Chefe:** José Pereira da Silva

### Conselho Editorial

Alfredo Maceira Rodríguez	Maria Lúcia Mexias Simon
Álvaro Alfredo Bragança Júnior	Nataniel dos Santos Gomes
Cristina Alves de Brito	Rosalvo do Valle
Flavia da Silva Pires	Ruy Magalhães de Araujo
José Pereira da Silva	Vito César de Oliveira Manzolillo

**Diagramação, edição e editoração:** José Pereira da Silva  
**Projeto de capa:** Emmanoel Macedo Tavares

### Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

**REVISTA PHILOGOGUS VIRTUAL**

[www.filologia.org.br/revista](http://www.filologia.org.br/revista)

## SUMÁRIO

0. EDITORIAL – <i>José Pereira da Silva</i> .....	05
1. A CATEGORIA DE VOZ NAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS PRÉ-NGB (II) – (CONTINUAÇÃO DO Nº 26) – <i>Maria Claudete Lima</i> .....	07
2. A LÍNGUA PORTUGUESA E A REDAÇÃO OFICIAL – <i>Maria Inez Silva Queiroz</i> .....	21
3. A SITUAÇÃO ATUAL DAS LÍNGUAS MINORITÁRIAS NA EUROPA – <i>João Bitencourt de Oliveira</i> .....	30
4. ANÁLISE DOS TERMOS “TUPI” E “TUPINAMBÁ” COMO DESIGNATIVOS DA LÍNGUA BRASÍLICA DA COSTA BRASILEIRA, DOS SÉCULOS XVI E XVII – <i>Eduardo de Almeida Navarro</i> .....	53
5. ESTUDO ACÚSTICO DA VOGAL [a] ISOLADA E EM POSIÇÃO BASE DE DITONGO <i>Adriano Souza Dias</i> .....	61
6. O FILÓLOGO E O FILOGOISTA – <i>José Pereira da Silva</i> .....	72
7. <i>NIHIL ENIM LACRIMA CITIUS ARESCIT</i> – A ORATÓRIA ROMANA E O PENSAMENTO RETÓRICO ARISTOTÉLICO – <i>Ricardo Hiroyuki Shibata</i> .....	78
8. O ASPECTO SEMÂNTICO NA FORMAÇÃO DE PALAVRAS: DIVERGÊNCIAS ENTRE O ENSINO E A REALIDADE NO PORTUGUÊS – <i>Maria Regina Pante</i> .....	96
9. QUANTO MAIS ROSA, MAIS CRISTO – UMA LEITURA DE CLARICE LISPECTOR À LUZ DA TEORIA DOS TOPOI, DE J.C. ANSCOMBRE – <i>Paulo César Costa da Rosa</i> .....	105
10. SOCIOLINGÜÍSTICA: ANÁLISE DESCRIÇÃO DO FALAR DE FUNKEIROS DENTRO DA COMUNIDADE DA ROCINHA – <i>Vanessa Silva de Souza e Nataniel dos Santos Gomes</i> .....	118
11. TRAJETO HISTÓRICO DE DOIS TIPOS DE DISCURSO RELATADO O DISCURSO DIRETO E O DISCURSO INDIRETO – <i>Vanise Gomes de Medeiros</i> .....	125

## RESENHAS

1. EM DEFESA DO IDIOMA PORTUGUÊS – <i>Adelto Gonçalves</i> .....	144
2. FUNDAMENTOS HISTÓRICO-LINGÜÍSTICOS DO PORTUGUÊS DO BRASIL – <i>José Pereira da Silva</i> .....	147
3. GUIA DE USO DO PORTUGUÊS DO BRASIL – <i>Francisco Gomes de Matos</i> .....	150
INSTRUÇÕES EDITORIAIS .....	152

## EDITORIAL

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe o vigésimo sétimo número de sua *Revista Philologus*, com onze artigos e três resenhas.

Publicaram neste número os seguintes autores: Adeldo Gonçalves (144-146), Adriano Souza Dias (61-71), Eduardo de Almeida Navarro (53-60), Francisco Gomes de Matos (150-151), João Bittencourt de Oliveira (30-52), José Pereira da Silva (147-169), José Pereira da Silva (72-77), Maria Claudete Lima (07-20), Maria Inez Silva Queiroz (21-29), Maria Regina Pante (96-104), Nataniel dos Santos Gomes (118-124), Paulo César Costa da Rosa (105-117), Ricardo Hiroyuki Shibata (78-95), Vanessa Silva de Souza (118-124) e Vanise Gomes de Medeiros (125-143).

Três destes trabalhos foram apresentados no VII Congresso Nacional de Linguística e Filologia e não puderam ser publicados nos *Cadernos do CNLF* por não terem cumprido as instruções para apresentação de trabalhos daquele evento: o terceiro por falta de uma fonte especial utilizada pelo autor, o quinto por ultrapassar o limite de páginas e o décimo por ter sido entregue fora do prazo.

A resenha de Adeldo Gonçalves e a Francisco Gomes de Matos foram uma concessão desses dois associados correspondentes da Academia Brasileira de Filologia que nos pretigiaram com os seus préstimos, divulgando trabalhos tão interessantes e novos quanto o de Sílvio Elia, aqui resenhado por nós.

Assim como o primeiro artigo é a continuação do número anterior desta revista, o de número sete será concluído no número 28 porque ultrapassou o limite de páginas permitido para ser publicado nesta revista. Por isto, aproveitamos a oportunidade para pedir aos nossos articulistas que respeitem as INSTRUÇÕES EDITORIAIS, que são divulgadas sempre nas últimas páginas e são bastante tolerantes quanto à extensão dos trabalhos.

Já que foi aproveitada a deixa de uma falha para fazer um pedido, não deixarei de aproveitar também para fazer um convite: Se você conhece um bom livro das áreas dos estudos filológicos e lin-

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

güísticos e deseja divulgá-lo, mande-nos a sua resenha.

Esta é a nossa regra: “A resenha precisa ser objetiva e positiva, pois só temos espaço para divulgar os bons trabalhos editados, e deve ter de duas e três páginas no formato indicado nas INSTRUÇÕES EDITORIAIS.”

Agora que vamos entrar no décimo ano do CiFEFiL e da *Revista Philologus*, juntemo-nos aos seus Diretores: Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva e Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques para fazê-la tornar-se um periódico de melhor qualidade gráfica, com o apoio que merece ter das empresas ou das agências de fomento.

Como o nosso objetivo é divulgar os estudos filológicos e linguísticos, poderemos distribuir a revista gratuitamente a todas as bibliotecas de cursos superiores de letras das universidades públicas brasileiras e para as particulares que a solicitarem.

A Direção desta *Revista Philologus* e a Direção do CiFEFiL pedem aos colegas que contribuam com as suas críticas positivas e honestas para que os seus serviços possam atingir a melhor qualidade possível que os seus recursos permitem.

Rio de Janeiro, dezembro de 2003.

*José Pereira da Silva*

**A CATEGORIA DE VOZ NAS GRAMÁTICAS  
TRADICIONAIS PRÉ-NGB (II)**

(Continuação do nº 26)

*Maria Claudete Lima (UFC)*

**AS GRAMÁTICAS DO PERÍODO HISTORICISTA**

Silva Jr. (1894) reconhece apenas duas vozes do verbo português, ativa (“representa o sujeito”) e passiva (“representa o objeto do verbo”). Em vários outros pontos, porém, ao tecer comentários quer sobre os pronomes, quer sobre a conjugação ou sintaxe dos verbos, o autor fala de *verbos reflexivos* e *verbos neutros*:

Os nossos classicos, porém, estendiam o emprego desta forma aos verbos neutros: — a avesinha se cahiu; ella se morreu (B. Rib.), cahir-se, emagrecer-se, acontecer-se, partir-se (d’alli nos partiramos, Cam.). Hoje só temos esta liberdade quando o verbo neutro exprime espontaneidade da acção: — vive-se, come-se, bebe-se, dorme-se... (1894: 450)

E ainda:

O portuguez, como as outras linguas congeneres, adoptou esta construcção latina [verbo na ativa acompanhado de pronome reflexivo de 3ª pessoa] e assim crearam-se os nossos verbos reflexos pronominaes: mover-se, arrepende-se. (1894: 450)

Júlio Ribeiro (1899) igualmente não faz uma descrição detalhada de voz. Esta é apresentada como uma construção dos verbos transitivos. Estariam na voz ativa quando “a acção transitiva que representam é exercida pelo sujeito da oração” (1899: 68) e na voz passiva, quando “tal acção é exercida sobre esse sujeito” (1899: 68). Mas Ribeiro adverte que o português não tem forma especial de passiva: “suppre-se esta falta com tempos do verbo *ser* e participios aoristos” (1899: 268). Também o autor não distingue uma terceira voz, a reflexiva. Ao tratar de verbo pronominal (“verbo que “por uso da lingua se emprega sempre com um pronome objectivo, que representa o sujeito” (1899: 69)), diz que a distinção da ação do verbo em recíproca e reflexiva está mais no domínio da lógica do que no da gramática, opinião que surpreende e antecipa a necessidade questões lingüísticas no domínio da lingüística, isto num período em que a ciência da linguagem não se havia firmado ainda solidamente. Para corroborar o que diz, cita Garret:

O verdadeiro systema de grammatica devêra ser o de simplificar, mas parece que acintemente não tratam sinão de augmentar entidades e fazer difficiloso o que é simples e facil, multiplicando termos e categorias de divisões e subdivisões em cousas que as não precisam. Que quer dizer, por exemplo, verbo reciproco? É um verbo activo, nem mais, nem menos, com um pronome no objectivo, assim como podia ter um nome. (apud Ribeiro, 1899: 69)

Desse modo, reduzem-se as vozes a uma só: ativa — a única que teria forma especial. De qualquer modo, não fica clara a posição do autor quanto à definição da categoria de voz. O termo *ativo*, por exemplo, é usado tanto para classificar um tipo de verbo, como um tipo de voz; o termo *passivo*, apenas como um tipo de voz. Isso nos faria pensar numa categoria de voz como uma classificação da conjugação (tipos de voz) como fez claramente Adolfo Coelho (1891), distinta da classificação dos verbos, que dependeria da forma. Já o termo *reflexo* é usado apenas para voz, em duas afirmações contraditórias: ao negar a existência de uma voz reflexiva e ao observar o sentido passivo de determinadas construções: “Ha ainda a notar que a voz reflexa em romanico é tambem empregada como equivalente da passiva nas primeiras e segundas pessoas”. (1899: 336).

Se o autor demonstrou coerência ao usar o termo *voz* ao referir-se a construções específicas, não foi claro ao usar o termo *voz reflexa* para uma construção que, segundo ele, tem sentido passivo. Por outro lado, se não há, voz reflexa, porque falaria de uma voz reflexa com sentido passivo?

A construção com *se* é considerada por Ribeiro uma das maneiras de formar a passiva, quando o agente for indeterminado. Nesse caso, o sujeito deveria ser sempre incapaz de exercer a ação, para evitar ambigüidade.

Indica-se tambem [a outra forma é através de homem ou gente] nas linguas romanicas a indeterminação do agente de um verbo, unindo-se a esse o pronome reflexivo *se*, considerado como mera particula apassivadora. (1899: 332)

Com essas construções, haveria duas situações: a expressão impessoal, com verbos transitivos e intransitivos: *diz-se, crê-se, vai-se, vem-se, vive-se*, e a expressão pessoal, com verbos transitivos: *dá-se um baile, plantam-se arvores*.



O interessante, nesse estudo, é a explicação que Ribeiro dá para a passiva. Adianta-se aos funcionalistas e apresenta as funções discursivas da passiva, tanto em latim como nas línguas românicas.

A voz passiva em latim classico tem por principaes objectos:

1) trazer a lume o nome que teria servido de paciente, si a oração fosse construída em voz activa, nome esse que figura como sujeito.

2) Indicar uma acção sem designação precisa do agente que a leva a effeito.

(...)

Fica, pois, demonstrado que as fórmãs romanicas construídas com *se*, bem como as fórmãs latinas passivas, servem para exprimir a acção sem trazer a lume o agente. (1899: 334)

A função (1) pode ser traduzida em termos modernos como “topicalizar o paciente” e a função (2) nada mais é que a função básica das formas de-transitivas, segundo Givón (1995), que é a de “demonção do agente”.

Se Ribeiro (1899) falhou ao oferecer uma descrição de voz precisa, inovou ao apresentar as funções discursivas da voz passiva, que, embora restritas ainda apenas à construção com *se*, guardam muita semelhança com estudos posteriores sobre tal categoria.

Outro gramático do período, João Ribeiro (1908) define voz à maneira tradicional, classificando-as em *passiva*, *ativa* e *reflexa*. O *se* recebe uma seção especial na parte dedicada à sintaxe. Construiria a chamada *voz média passiva* com verbos da terceira pessoa, quando não houvesse sujeitos que pudessem ser representados por pessoas capazes de ação: *fizeram-se casas*, *preparou-se a terra*. Quando usado nesse último caso, a construção ficaria ambígua, vez que poderia indicar espontaneidade da ação, como em (2)

(2) Na peleja, muitos soldados já se estendem mortos por terra. (1908: 219)

Ribeiro reconhece a dificuldade de análise do *se*:

Não é pequena a dificuldade de analyse da passiva com *se*. É demasiada subtilidade dizer que na phrase ‘Louva-se a Deus’ a palavra *Deus* não é complemento objectivo, e afirmar que a Deus é sujeito (com preposição!). (1908: 220)

E observa:

Além disso, 'Louva-se a Deus' não significa que 'Deus é louvado', e apenas que 'Deus é para ser louvado, é digno de louvor,' da mesma forma 'Vende-se casas', não significa 'casas são vendidas', mas 'casas são para vender ou vendáveis'

Do mesmo modo analisem-se fórmulas como 'Aqui bebe-se vinho puro', 'Em Roma vive-se com pouco', 'A que horas se come?' (1908: 220)

Apesar da reconhecida dificuldade, o autor prefere considerar, nesses casos, o *se* um sujeito equivalente a *on* dos franceses ou *homem* da linguagem clássica. Para reforçar seu ponto de vista, o autor transcreve um trecho de um estudo de Alves de Amorim que considera a construção portuguesa com *se*, não um galicismo, mas um italianismo, semelhante à construção italiana *si va*. A construção portuguesa que mais se aproxima da francesa com *on*, como *on va* seria *a gente vai*. Em todo o caso, o *se* é analisado como sujeito, o que vai ao encontro de análises modernas, como as de Monteiro (1994) e de Ladeira (1986).

Todavia, o *se* não se limita à expressão da "médio-passiva", o autor enumera outros empregos do *se*, todos passíveis de serem reduzidos a um só: exprimir espontaneidade da ação. Seria essa "espontaneidade da ação" que explicaria o emprego do *se* em frases como "Elle se partiu, elle se foi embora, alegremente se partia". Da mesma forma, explicaria o uso do *se* junto ao verbo, indicando que "toda a existência expressa pelo verbo *vae* e volta ao sujeito ou nelle se cifra e limita" (1908: 221), como no exemplo citado pelo autor (1908: 221): "Quando se é mulher". O autor explica ainda como resultado da expressão da espontaneidade casos como "a água evapora-se":

O uso do *se* exprimindo a colaboração e espontaneidade do agente, serve para designar phenomenos naturaes; a agua evapora-se, — o que difere de — a agua é evaporada (podendo sel-o, nesse caso, artificial e propositadamente por outro agente). (1908: 221).

Também aqui, como observamos em Júlio Ribeiro, vislumbramos uma descrição que se aproxima da que Givón (1995) faz para distinguir, em inglês, três construções de-transitivas: a adjetiva-lexical, a passiva perfeita e passiva com *be*. A diferença básica proposta por Givón diz respeito, além da noção aspectual, exatamente à concepção ou não de um agente (mesmo que passível de supressão). Assim, a diferença proposta por João Ribeiro entre a passiva com

particípio e a construção com *se*, junto de verbos que expressam fenômenos naturais, resume-se no fato de a primeira admitir a concepção de um agente, mesmo que este não esteja expresso, e de a segunda expressar o fato dando-se espontaneamente. Restar-nos-ia saber o que exatamente o autor denomina de “fenômenos naturais”. O que ele chama de “fenômenos naturais” não seriam apenas aqueles produzidos espontaneamente pela natureza, como a evaporação da água, mas toda modificação para que um agente humano não contribuiu. Nesse último caso, as frases (3) e (4) também expressariam “fenômenos naturais”.

**(3) “o feijão queimou”**

**(4) “o navio afundou”**

Fica dado, assim, com João Ribeiro (1908) mais um passo na direção de uma melhor percepção da categoria de voz. Se com Júlio Ribeiro tivemos o início de um tratamento “funcional” da categoria de voz, em João Ribeiro temos um princípio da discussão em torno dos traços que caracterizariam a voz média e a diferenciariam da voz passiva.

Já Maximino Maciel (1914) não fala de voz ao definir verbo. Essa categoria só aparece na parte em que trata de sintaxe, quando então define voz e sua subcategorias, o que nos permite pressupor que concebia tal categoria como sintático-semântica. Voz, segundo o autor, é a modalidade sob que se exprime a ação de um verbo objetivo, ou seja, de um verbo transitivo. Apresentar-se-ia sob duas formas: ativa e passiva.

Haveria três formas de expressão da passividade: a passiva com particípio, a passiva com *se* e a passiva do infinitivo, que o autor chama de *passividade semiótica ou latente*, porque “se exprime apenas pelo sentido, pois o verbo exteriormente não possui sinal de passividade” (Maciel, 1914: 366).

Quanto à passiva participial, o autor admite para formá-la, além do verbo *ser*, os verbos *estar*, *ficar*, *andar*, *ir* e *vir*. Já a passiva com *se* ocorreria sob três condições: (a) o sujeito é nome de coisa ou ser abstracto; (b) o sujeito, embora representado por pessoa, não exerce a ação do verbo. (c) o sujeito é constituído por proposição ou expressão equivalente.

A passiva semiótica (sic) dar-se-ia apenas com infinitivos, que se adaptam a qualquer função por não serem ativos nem passivos. Ocorreria com os verbos *deixar, fazer, ouvir e ver*; com os verbos *ser, estar, levar, trazer* e depois de determinados adjetivos descritivos.

Maciel não fala de uma voz reflexiva, apenas se refere a *verbo reflexivo* quando fala da pronominalidade do verbo. Define verbo *pronominado* como aquele a que se acham anexados dois pronomes pessoais da mesma pessoa. Haveria cinco tipos de verbos pronominados: *pronominado reflexivo, pronominado passivo, pronominado indefinito, pronominado recíproco, pronominado emphatico*.

Essa divisão em classes de verbos pronominados segue critérios distintos, o que resulta numa classificação arbitrária e confusa. O pronominado reflexivo é definido formal e sintaticamente como o verbo que tem dois pronomes da mesma pessoa, um sujeito e outro objeto: *eu me julgo* (Maciel, 1914: 132).

Também o pronominado indefinito e o *emphatico* são definidos formal e sintaticamente. O primeiro é definido como aquele que é “formado de um verbo qualquer regido da partícula *se* exprimindo o sujeito indeterminado, ex.: *bebe-se*” (1914: 133). Já o segundo como “verbo de predicação completa regido da forma pronominal, não exprimindo função apreciável, ex.: *foi-se o homem*.” (1914: 133).

Já o pronominado passivo e o pronominado recíproco são definidos formal e semanticamente, conforme a “modalidade da ação”, o que poderia levar a uma voz recíproca. O pronominado passivo é definido como o verbo “nas terceiras pessoas modificado do pronome *se*, exprimindo ação sofrida pelo sujeito, ex.: *o barco virou-se, a casa queimou-se, os livros se vendem*.” (1914: 133). O pronominado recíproco seria aquele “regido da forma pronominal, exprimindo reciprocidade de ação, ex.: *eles se estimam, elle se corresponde com ella por meio de cartas*” (1914: 133).

Figura-se-nos incoerente definir voz como as “modalidades da ação” e, admitindo que a ação pode se dar de forma recíproca, não falar de uma voz recíproca. Além disso, a divisão dos verbos pronominados deveria seguir apenas um critério. A caracterização do pronominado reflexivo não é suficiente para distingui-lo dos outros ti-

pos. O fato de haver dois pronomes da mesma pessoa não é exclusivo do pronominado reflexivo. Ocorre com o enfático, em todas as pessoas, e também com o recíproco e o passivo, embora apenas nas terceiras pessoas. O outro traço, que é um dos pronomes ser sujeito e outro objeto, ocorre também com o recíproco. Desse modo, o que levaria a distinguir um verbo reflexivo do passivo e recíproco seria a negação. O reflexivo seria caracterizado não só pelos dois traços apontados pelo autor, mas também por não exprimir ação sofrida pelo sujeito, nem reciprocidade da ação. A tabela (3) resume essas colocações.

**Tabela 1: Tipos de verbos pronominados, segundo Maciel (1914)**

	<b>reflexivo</b>	<b>passivo</b>	<b>indefinito</b>	<b>Recíproco</b>	<b>enfático</b>
forma	“Dois pronomes da mesma pessoa”	Verbo 3ª p. + se	se	Se	Verbo de predic. Completa + se
Função	Sujeito/objeto		Sujeito indeterminado		Sem função
Sentido		Ação sofrida pelo sujeito		Reciprocidade da ação	

O último autor de que trataremos aqui — Bueno (1963) — faz uma descrição de voz que se aproxima mais da que fazem autores pós-NGB. Voz, por exemplo, é definida como “os diversos modos em que se relacionam o sujeito e o predicado quanto à atribuição da atividade do verbo” (1963: 375), definição semelhante a que fazem os autores modernos. Esses modos seriam três: ativa, passiva e reflexa.

Observe-se que já temos aqui a voz como a expressão de uma relação entre sujeito e predicado, conceito que reaparece em Macambira (1986) e que nos leva a considerar voz não uma categoria restrita ao verbo, mas pertencente à oração inteira. Essa interpretação é reforçada com o título dado à seção: “Concordância das vozes verbais”, que, ao mesmo tempo, enfatiza a relação sujeito/predicado e lembra a posição de Andersen (1996) quanto à diátese grega:

Isso indica que a verdadeira categoria gramatical é a concordância verbal, cuja função é indicar no verbo as várias propriedades do sintagma nominal (i.e. do sujeito no grego clássico) a que se refere. (Andersen, 1996: 4/2)

[This in turn indicates that the actual grammatical category at issue here is verbal 'agreement', the function of which is to indicate on the verb

various properties of the noun phrase (i.e. the 'subject' in Classical Greek) to which it refers. (Andersen, 1996: 4/2)]

Bueno considera ainda uma quarta possibilidade de relação entre sujeito e predicado, que é a inexistência quer de ação ou de recepção. Nesse caso, haveria apenas uma qualidade ou estado e a frase não teria nenhuma das três vozes, seria do tipo *neutro*, como em “Pedro é rico”. Além dos verbos *ser*, *estar*, são incluídos nesse caso os verbos intransitivos:

Assim: *Pedro dorme — Pedro vive — João morreu*. Não podemos dizer que os sujeitos de tais frases tenham executado ou estejam executando ação alguma, nem tampouco que a estejam recebendo: são fenômenos que se passam no próprio sujeito. Constituem, pois, casos neutros. (1963: 375).

#### A CONTRIBUIÇÃO DE SAID ALI

Said Ali (1963: 95) não define o que é *voz*, mas classifica as vozes do verbo português em três: *ativa*, cuja forma seria a “usual simples”; *passiva*, formada pelo particípio do pretérito com o auxiliar *ser*; e *média*. A *média* assumiria cinco significações diferentes: (1) ação rigorosamente reflexa, que o sujeito pratica sobre si mesmo; (2) estado ou condição; (3) ato material ou movimento que o sujeito executa em sua própria pessoa, sem haver a idéia de direção reflexa; (4) ato em que o sujeito aparece vivamente afetado; (5) ação recíproca.

Já em Said Ali (1964), o autor oferece mais detalhes sobre a voz *média*, sem, contudo, ainda definir o que seja voz. Mantém a classificação das vozes do verbo em *ativa*, *passiva* e *média*:

Embora o autor se exima de definir voz, esta categoria parece ser considerada *mórfica*, ou antes, *morfo-semântica*, que não encontra nos intransitivos uma concordância forma/sentido como encontra nos transitivos.

Esta classificação facilita o estudo das formas, mas nem por isso se harmoniza sempre com a significação do verbo. *Andar*, *fugir*, *ir*, *voar* e outros intransitivos representam atividade em que o sujeito é, como nos transitivos ativos, verdadeiro agente; porém em *padecer*, *adoecer*, *morrer*, *envelhecer*, *durar*, não se revela nenhuma atividade da parte do sujeito. São atos que nele se consomem, estados pelos quais passa (...). A condição do sujeito aqui é a de paciente. Estoutros intransitivos, ainda

que tenham forma ativa, aproximam-se, pois, quanto à significação, antes dos transitivos passivos que dos transitivos ativos. (1964: 177).

A voz média é a que merece mais comentários do filólogo. É apresentada como uma forma verbal intermediária entre ativa e passiva, conjugada com pronome reflexivo que abrange várias funções. Serve para expressar reflexividade, reciprocidade e outras noções. Uma dessas funções é indicar, por exemplo, que a ação não emana do sujeito, mas que ele foi afetado: “Pedro feriu-se nos espinhos”. Verbos que indicam sentimento, conjugados com o pronome — *zanguei-me, aborreci-me, enganei-me* — indicam que “o mesmo efeito que o sujeito, como agente, produz em outros indivíduos, se produziu inversamente nele por uma causa qualquer exterior” (1964: 178).

Os verbos pronominais podem também ter significação ativa, quando “o sentimento manifesta-se exteriormente por alguma atividade” (1964: 178). Nesse caso, o pronome reflexivo denotaria a pessoa vivamente afetada: *gloriar-se, atrever-se lamentar-se, queixar-se*. O inverso não é, contudo, verdadeiro, ou seja, nem sempre um sentimento manifesto exteriormente é expresso por forma medial. Pode-se tanto usar *atrever-se*, verbo pronominal, como seu sinônimo *ousar*, verbo ativo.

Outra função da forma reflexa é indicar “atos materiais, em geral movimentos, que o sujeito executa em sua própria pessoa iguais ao que executa em cousas ou em outras pessoas” (1964: 178): *levantar-se, sentar-se, deitar-se atirar-se, arremessar-se, ajoelhar-se, abaixar-se* e outros. Essa mesma construção empregada com nomes de coisas indica que “a ação se executa por si mesma no objeto de que se fala.” (1964: 179). Nesses casos, a voz medial denota atos espontâneos, sem agente ou causa aparente.

O uso do *se*, em frases como *vendem-se casas, alugam-se quartos*, considerado por muitos como casos de voz passiva, é explicado por Said Ali como uma extensão do processo de denotar atos espontâneos:

A linguagem, aproveitando-se dessa facilidade, torna o mesmo processo extensivo a casos de outra espécie e trata como se espontâneos fôsem atos emanados de agente que não se quer ou não se sabe mencionar. (1964: 179)

A diferença entre o uso para denotar atos espontâneos e o uso para denotar agente indeterminado poderia ser a posição do nome:

Mas aqui, sendo latente a noção de agente humano, costuma-se colocar o substantivo no lugar que compete ao objeto direto, isto é, depois do verbo. Algumas vezes basta trocar a ordem das palavras para alterar o sentido, como em *estraga-se a roupa* e *a roupa estraga-se*. (1964: 179)

Um estudo mais detalhado sobre o *se* nesta função em Said Ali (1966). Nele, o autor defende a análise dessas construções como frases com agente indeterminado. Após algumas reflexões sobre o uso do *se* no indo-europeu, tece observações sobre a perda da consciência do valor do *se* que teriam oposto frases do tipo *foram-se para o céu* e *eles foram para o céu*.

Said Ali nega o caráter passivo a verbos construídos com *se*. Para demonstrá-lo, o autor sugere uma situação de uso das duas formas, a reflexiva e a passiva, e a apresenta de forma tão clara, que nos limitamos a transcrevê-la aqui:

Coloque-se na frente de um prédio um escrito com a primeira das frases [*aluga-se esta casa*], na frente de outro ponha-se o escrito contendo os dizeres *esta casa é alugada*. Os pretendentes sem dúvida encaminham-se unicamente para uma das casas, convencidos de que a outra já está tomada. O anúncio desta parecerá supérfluo, interessando apenas aos supostos moradores, que talvez queiram significar não serem eles os proprietários. Se o dono do prédio completar, no sentido hipergramatical, a sua tabuleta dêste modo: *esta casa é alugada por alguém*, não se perceberá a necessidade da declaração e os transeuntes desconfiarão da sanidade mental de quem tal escrito expõe ao público. (1966: 98)

A diferença entre as duas formas é, portanto, não só formal mas também semântica. O *se*, para Said Ali, é, na verdade, um elemento formativo da voz medial analítica que assume diversas funções tal como assumia a média sintética das línguas clássicas. Uma dessas funções é denotar agente desconhecido, ou por realmente ser desconhecido do falante ou por o falante simplesmente não querer mencioná-lo. Isso estaria claro em frases como “*compra-se o palácio e morre-se de fome*”, onde o pronome *se* “sugere, na consciência de todo o mundo, a idéia de alguém que compra, de alguém que morre, mas que não conhecemos ou não queremos nomear” (1966: 92).

O papel do nome que segue o verbo não é, então, de sujeito passivo, mas de complemento do verbo. Para isso, concorre o fato de o nome poder vir precedido de preposição, como na conhecida pas-



sagem de Castilho (*apud* Said Ali, 1966: 93): *Por tudo isto se admira a Vieira; a Bernardes admira-se e ama-se.*

Além disso, o paralelismo dessas construções com outras com verbo intransitivo reforça a hipótese do agente indeterminado:

Imaginemos a seguinte parataxe: nesta terra grita-se e trabalha-se; faz-se tudo e em tudo se desfaz; vive-se enfim miseravelmente e na miséria se morre. Tão perfeito é o paralelismo das formas verbais tendo o reflexivo se, como é o paralelismo da noção de atividade expressa por essas mesmas formas. O sistema da análise há-de portanto ser um só; não podemos admitir dois pesos e duas medidas. (1966: 100)

Said Ali conclui sua argumentação, afirmando que as “*formas não-ativas* (passiva em latim, reflexiva em português) têm *significação ativa* nos verbos sem sujeito.” (1966: 100). Afirmamos antes que a categoria de voz parecia assumir um caráter morfo-semântico para Said Ali, que admitia a falta de iconicidade forma/sentido com verbos intransitivos. Diante dessa afirmação, temos de considerar que essa ausência de relação icônica forma/sentido ocorreria também em outros casos.

Observando os termos empregados pelo autor — voz passiva, forma reflexiva, voz ativa, significação ativa, voz medial — deduzimos o seguinte: (1) voz ativa, voz passiva correspondem a um conjugado de forma e sentido, embora nem sempre haja iconicidade; (2) os verbos têm forma ativa, forma passiva e forma reflexiva; (3) a voz medial seria uma forma que conjugaria diversos sentidos. A tabela (4) abaixo resume os pontos principais da teoria de Said Ali.

**Tabela 2: Caracterização morfo-semântica das vozes em Said Ali**

	<b>Voz ativa</b>	<b>Voz passiva</b>	<b>Voz medial</b>
Forma	Conjugação simples	Ser + participio	Conjugação com se
Sentido	Sujeito agente “Ponto donde parte a ação” atividade	Sujeito paciente “ponto para o qual a ação se dirige” passividade	Sujeito afetado, Agente inexistente ou indeterminado. Reflexividade Reciprocidade Atividade e outros

Sem dúvida, Said Ali muito contribuiu para a descrição da voz em português. Distinguindo no verbo o que era forma do que era sentido, e mais, não se deixando guiar cegamente por este último, Said Ali demonstrou mais bom senso que muitos de nossos contem-

porâneos, que usam ora de um critério, ora doutro. O estudo que fez do *se*, com argumentos bem construídos, a descrição dos diversos valores da forma medial, justificam o lugar de destaque que ocupa entre os autores brasileiros.

## CONCLUSÃO

Pelo exposto, conclui-se que: (a) a conceituação de voz, bem como sua tipologia constitui um problema em aberto a ser investigado; (b) cada subtipo de voz tende a constituir um ente heterogêneo em meio a seus pares, já que há conflito de critérios; (c) a voz, num e noutro momento, ora tem tratamento mórfico, ora semântico, ora sintático-semântico e até mesmo pragmático, sem solução de continuidade.

Todavia, pontos positivos salientam-se, entre os quais: (a) a tentativa de diferenciar a média da passiva, com base em critérios formais, semânticos e mesmo pragmáticos; (b) em alguns autores, como Fernão de Oliveira, existe a adoção de um critério unívoco, baseado na paridade forma/sentido, através do qual se admite apenas a voz ativa; (c) tentativa de alguns autores de caracterizar as construções passivas como de natureza sintática e não morfológica; (d) distinção entre voz da oração e voz do verbo, que evoca Halliday (1976); (e) questionamento sobre a passiva, no que tange à sua caracterização léxica ou gramatical; (f) questionamento sobre a função do *se*: índice de indeterminação, índice de apassivação ou mesmo sujeito?

Nosso artigo terá atingido o seu objetivo se tiver mostrado aspectos positivos de uma tradição tão desprezada, mesmo porque a maior parte dos críticos só se detém nos gramáticos pós-NGB ou, deslumbrados com a lingüística moderna, já vão aos textos antigos cheio de vivências preconceituosas.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSEN, Paul Kent. *Dionysios Thrax's concept of diáthesis*. [on line] Disponível em [www.liu.se/isk/asv/pka/diates/diates1.html](http://www.liu.se/isk/asv/pka/diates/diates1.html). 1996.
- BARBOSA, Jeronymo Soares *Grammatica philosophica da lingua portugueza*. 6ª ed. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1875.
- BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa*. Org. de José Pedro Machado. Lisboa: [s/ed.], 1957.
- BUENO, Francisco da Silveira. *Gramática normativa da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1963.
- COELHO, Adolfo. *Noções elementares de grammatica portugueza*. Porto: Lemos & C.A., 1891.
- GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Philadelphia: J. Benjamins, 1995.
- HALLIDAY, M.A.K. Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, John. (org.) *Novos horizontes em lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- LADEIRA, José Dionísio. SE índice de indeterminação do sujeito ou SE sujeito? *Revista de Letras*. Fortaleza, 1986, 11 (2): 4553.
- MACAMBIRA, José Reboças. *Estrutura do vernáculo*. Fortaleza: Secretaria de Educação e Desportos, 1986.
- MACIEL, Maximino *Grammatica descriptiva*. São Paulo: Francisco Alves, 1914.
- MONTEIRO, José Lemos. *Pronomes pessoais*. Fortaleza: UFC, 1994.
- OLIVEIRA, Fernão de. *Gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura e notas de Leonor Carvalho Buesco. Lisboa: Casa da Moeda, 1975.
- RIBEIRO, João. *Grammatica da lingua portugueza*. São Paulo: Francisco Alves, 1908.
- RIBEIRO, Júlio. *Grammatica poretugueza*. São Paulo: Miguel Melillo Editor, 1899.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

SAID ALI, Manauel. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, [s/d].

———. *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

———. *Dificuldades da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1966.

SILVA JR., Pacheco. *Grammatica da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Classica de Alves.

## **A LÍNGUA PORTUGUESA E A REDAÇÃO OFICIAL\***

*Maria Inez Silva Queiroz (UEMA)*

### RESUMO

Estudo da língua portuguesa na redação oficial. Apresenta-se uma teoria baseada no Manual de Redação Oficial da Presidência da República. Ressalta-se o des-caso da língua portuguesa em textos oficiais, em especial, no tocante ao emprego das formas de tratamento.

**Palavras – Chaves: Língua, Redação, Oficial, Manual, Portuguesa, Textos**

### INTRODUÇÃO

No Brasil, sempre tivemos problemas com textos legais, o mais célebre deles foi a grande po-lêmica entre Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro, ten-do direito a réplicas e trélicas.

José Sarney

A nossa Constituição, ao ser elaborada, foi acometida por erros gramaticais em tal profusão que necessário se fez recorrer ao renomado professor Celso Cunha para proceder a uma acurada revisão da sua ortografia. Mais recentemente, milhares de brasileiros vive-ram a expectativa causada por um ponto e vírgula na legislação que rege a lei da aposentadoria, questão essa amplamente divulgada na Imprensa Nacional.

No Maranhão, convencionou-se denominar São Luís de *Ate-nas brasileira* e berço do melhor português, hoje porém criticado por estudiosos que denunciam a falta de zelo para com o vernáculo.

Deparamo-nos, constantemente, com entraves causados pela inobservância das normas nas correspondências oficiais por parte de pessoas que ocupam níveis superiores de gerenciamento, as quais, levadas pela pressa e automatização dos serviços, assinam corres-pondências sem perceber que a língua é algo sistematizado, fruto de

---

\* Artigo apresentado no curso de Pós Graduação Linguística Aplicada a Língua Portuguesa – UEMA.

um pensamento organizado e requer, sobretudo, ordem sintagmática e coerência.

Tais pessoas, em geral técnicos e burocratas não possuem o grau de estudo aprofundado da Língua Portuguesa necessário a uma correta e adequada formulação do texto, o que os leva a incorrer em impropriedades linguísticas que tornam a redação oficial cada vez mais cheia de jargões e termos obsoletos, culminando num verdadeiro compêndio ultrapassado.

Segundo MENDES, “.....a clareza e a concisão na forma escrita são alcançados pela construção adequada da frase.”

Em, aproximadamente, setenta por cento (70%) das correspondências que circulam no meio institucional é comum encontra-se o uso das forma de tratamento de modo inadequado, tais como: DD. MD., Ilm<sup>o</sup>, etc., para enfatizar a importância dos cargos públicos exercidos por pessoas que dispensam tal tratamento. Denota-se, então, que não há uma devida preocupação por parte dos técnicos em reciclar seus conhecimentos.

No tocante à correspondência bancária, é natural administradores, engenheiros, matemáticos ou até mesmo uma secretária cuja formação acadêmica é alheia a esse processo, serem incumbidos dessa tarefa que é própria de redator e, com isso, são levados a infringir as exigências ditadas pelas normas gramaticais, tornando-se, *ab absurdo*, um processo contínuo e referencial para futuras correspondências.

## FORMAS DE TRATAMENTO NAS REDAÇÕES OFICIAIS

A cada momento nos deparamos com situações em que se faz necessário escrever ou falar com pessoas com as quais temos pouco ou nenhum grau de familiaridade. È nesses casos que as formas de tratamento assumem uma condição, adequando-se à categoria hierárquica das pessoas a quem nos dirigimos.

Verifique-se excerto abaixo sobre o grande escritor francês que deu ao secretário, em 1847, estas recomendações sobre como encerrar suas cartas:

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

A quem quer que me escreva – Minha perfeita consideração ou A segurança dos meus sentimentos, a coronéis, administradores distritais, subprefeitos– A segurança dos meus sentimentos especiais; a presidente de câmaras, de cortes reais, aos bispos, prefeitos e conselheiros de estado.

– Minha consideração especial; aos pares de França, marechais, ministros, arcebispos, embaixadores, cardeais, príncipes, homens de gênio ou de talento– Minha alta consideração; ao rei, ao seu confessor a às senhoras – A homenagem do meu respeito.

Gramaticalmente, exige-se que num discurso falado ou escrito, haja uma homogeneidade de tratamento ou seja; uma vez que o enunciado inicie por *você* não se deve mudar para forma *tu*. Entretanto, ao considerar a gradação afetiva entre o receptor e o emissor da mensagem, vê-se que esse processo poderá sofrer uma mudança na forma tratamental. Na linguagem coloquial é natural valermos-nos, no ato de apresentação entre pessoas, da forma de tratamento *senhor*, mas à medida que se intensifica a relação, troca-se essa forma por *você* e se a intimidade for mais intensa, passa-se ao emprego do *tu*.

A palavra é a representação do ser humano, que exprime não só idéias, mas também estados psíquicos de pessoa para pessoa e determina seu grau de civilidade.

Há sociedades que cultivam mais do que outras essa preocupação de polidez lingüística no trato entre pessoas: a França e a Itália, por exemplo, sempre se orgulharam de cultivar formas polidas – e não só gramaticalmente corretas -, embora de uns tempos para cá se ouçam queixas nesses países de que se acentua uma perda ou certo esmorecimento dessa ufania de espírito culto francês e italiano.

A evolução da língua se faz de modo discreto e sutil. Os falantes que desconhecem a lingüística entendem que essas mudanças são de aspecto negativo, pois reagem como se tivessem percebendo uma espécie de decadência e que a língua está se degenerando ou se deteriorando e transformando-se para pior.

Há duas forças opostas que impulsionam a evolução da língua: uma é a lei do menor esforço ou princípio da menor ação ou princípio da economia; a outra é o princípio da ênfase (energia) em pôr em evidência o que é necessário para sermos bem compreendidos quando falamos, pois a linguagem é um fato eminentemente social.

BARRETO, em sua obra, diz:

...com o uso contínuo, as palavras vão descolorindo-se, deslapiada-se-lhes o brilho, desgastam-se as metáforas, olvida-se o sentido etimológico, e o hábito trivial e indiferente o que, a princípio era característico e expressivo. As palavras, vestiduras das nossas idéias gastam-se, como se as roupas que cobrem os corpos: gastam-se os vocábulo, como se gasta tudo que se move, tudo quanto na vida sofre embates, choques ou atritos, como as pedras das ruas ou seixos da praia.

O Maranhão, por sofrer a influência da cultura francesa, não hesita em estranhar qualquer pessoa que dirija a palavra a alguém de forma descortês. Consta na história dos governantes do Maranhão que, na derradeira fase da sua vida colonial, antes que passasse a província do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, surgiram quatro governantes que não ficaram na boa memória dos maranhenses.

O terceiro desses governantes foi D. Fernando Pereira Leite de Foyos (1787/92) que, por suas maneiras não muito cortesias de tratar as pessoas, o povo o apelidara de “Cavalo Velho”.

Apesar da antonomásia de “ Cavalo Velho”, Foyos, ao escrever, não deixava de aplicar as formas de tratamento quando se dirigia a uma pessoa de representatividade ou grau hierárquico. Em carta dirigida ao Governo do Piauí que, de acordo com a legislação da época, era manuscrita e valia-se do princípio da ênfase, as formas de tratamento são bastantes marcadas, como: *Vossa Mercê, Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor*, e outros.

## A LEGISLAÇÃO SOBRE OS TRATAMENTOS NAS COMUNICAÇÕES OFICIAIS

BECHARA entende que:

...a crise da cultura, e o relaxamento de certas normas de cortesia, a par de um movimento salutar de diminuição das distâncias entre classes sociais, têm contribuído para reduzir as construções de linguagem que, sobre a função própria de intercomunicação humana, traduza o grau e o nível de educação dos falantes e o respeito que nutrem entre si.

LUFT assegura que:

Conveniência numa determinada sociedade impõe ao sujeito falante uma série de conveniências e mesmo de obrigações, às quais ele não se



## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

pode furtar sem a reprovação social, sem a pecha de incivil, de mal-educado.

*O Manual* é categórico em afirmar que o emprego das formas de tratamento obedece a secular tradição. E discrimina da seguinte forma:

São de uso consagrado:

Vossa Excelência, para as seguintes autoridades:

- a) do Poder Executivo
  - Presidente da República;
  - Vice-Presidente da República;
  - Ministro de Estado;
  - Secretário-Geral da Presidência da República;
  - Consultor-Geral da República;
  - Chefe do Estado –Maior das Forças Armadas;
  - Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República;
  - Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República;
  - Secretários da Presidência da República;
  - Procurador – Geral da República;
  - Governadores e Vice-Governadores de Estado e do Distrito Federal;
  - Chefes de Estado – Maior das Três Armas;
  - Oficiais Gerais das Forças Armadas;
  - Embaixadores;
  - Secretário Executivo e Secretário Nacional de Ministérios;
  - Secretários de Estado dos Governos Estaduais;
  - Prefeitos Municipais.
  
- b) do Poder Legislativo:
  - Presidente, Vice –Presidente e Membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;
  - Presidente e Membros do Tribunal de Contas da União;

- Presidente e Membros dos Tribunais de Contas Estaduais;
- Presidente e Membros das Assembléias Legislativas Estaduais;
- Presidente das Câmaras Municipais.

c) do Poder Judiciário:

- Presidente e Membros do Supremo Tribunal Federal;
- Presidente e Membros do Superior Tribunal de Justiça;
- Presidente e Membros do Superior Tribunal Militar;
- Presidente e Membros do Tribunal Superior Eleitoral;
- Presidente e Membros do Tribunal Superior do Trabalho;
- Presidente e Membros dos Tribunais de Justiça;
- Presidente e Membros dos Tribunais Regionais Federais;
- Presidente e Membros dos Tribunais Regionais Eleitorais;
- Presidente e Membros dos Tribunais Regionais do Trabalho;
- Juízes e Desembargadores;
- Auditores da Justiça Militar.”

Enfatiza ainda:

O vocativo a ser empregado em comunicações dirigidas aos Chefes do Poder é Excelentíssimo Senhor, seguido do cargo respectivo:

- Excelentíssimo Senhor Presidente da República;
- Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional;
- Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal.

E mais:

As demais autoridades serão tratadas com o vocativo Senhor, seguido do cargo respectivo:

- Senhor Senador,
- Senhor Juiz,
- Senhor Ministro,
- Senhor Governador.

Preceitua ainda o *Manual de Redação da Presidência da República* que em comunicações oficiais, fica abolido o uso do tratamento digníssimo (DD.) às autoridades na relação acima. A dignidade é pressuposto para que se ocupe qualquer cargo público, sendo desnecessária sua repetida evocação.

O autor ratifica que Vossa Senhoria é empregado para as demais autoridades e o vocativo adequado é: Senhor Fulano de Tal.

Como se depreende do exemplo acima, fica dispensado o emprego do superlativo Ilustríssimo para autoridades que recebem o tratamento de Vossa Senhoria e para particulares. É suficiente o uso do tratamento Senhor.

O Manual ressalta que doutor não é forma de tratamento, e sim título acadêmico. E aconselha a não usa-lo indiscriminadamente, somente em casos de comunicações dirigidas a pessoas que tenham tal grau por terem concluído curso universitário de doutorado.

Menciona ainda o referido Manual que a forma Vossa Magnificência, empregada por força da tradição, em comunicações dirigidas a reitores de universidade, corresponde-lhe o vocativo Magnífico Reitor.

Diz ainda:

No caso de correspondência a religiosos de acordo com a hierarquia eclesiástica, são: Vossa Santidade, em comunicações dirigidas ao Papa. O vocativo correspondente é: Santíssimo Padre: Vossa Eminência ou Vossa Eminência Reverendíssima, em comunicações aos Cardeais, corresponde-lhe o vocativo: Eminentíssimo Senhor Cardeal ou Eminentíssimo e Reverendíssimo Senhor Cardeal.

Vossa Excelência Reverendíssima é usado em comunicações dirigidas a Arcebispos e Bispos: Vossa Reverendíssima ou Vossa Senhoria Reverendíssima Para Monsenhores, Cônegos e superiores religiosos. Vossa Reverência é empregado para sacerdotes, clérigos e demais religiosos.

## CONCLUSÃO

O estudo que fizemos em redação oficial revelou uma série de inadequações que ferem as normas gramaticais do português. Ao que parece, isso procede do descaso e/ou do desconhecimento do *Manual de Redação da Presidência da República*, em vigor desde

1991. Nosso intuito foi sobretudo, chamar a atenção para a importância de padronizar as normas, bem como unificar a forma redacional em instituições e Serviço Público no que concerne às formas de tratamento.

Para tratar de questões pertinentes a essa temática, foi necessário uma pesquisa teórica que fundamentasse com precisão o quadro atual como se retrata. Daí a importância de ressaltar o Manual de redação da Presidência da República, como também de adentrar no próprio Manual, além de buscar-se no campo da comunicação escrita, estabelecendo, a partir desse suporte, uma conexão com a documentação que tramita nos órgãos públicos e instituições vinculadas.

Por ora, devemos considerar uma total inadequação do emprego das formas de tratamento, visto que tange à questão do grau de respeitabilidade, formalidade e cortesia para com pessoas que merecem a distinção de acordo com a hierarquia e grau de intimidade.

Tais alterações no quadro das formas de tratamento provocam uma desorganização no meio institucional, governamental seguido por particulares que insistem em ferir as normas por simples desconhecimento de um estudo mais aprofundado acerca do assunto.

Se de um lado, os gramáticos pecam por não enfatizarem a questão tratamental, por outro, a revolução dos costumes e hábitos tornam os cidadãos cada vez mais distanciados das convenções e formalidades que o caso requer.

BIBLIOGRAFIA

BELTRÃO, Odacir, BELTRÃO, Mariúsa. *Correspondência – Linguagem & Comunicação*. São Paulo: Atlas, 1998.

GARCIA, Luís. *Manual de Redação e Estilo*. São Paulo: Globo, 1998.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em Prosa Moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

MEDEIROS, João Bosco. *Português Instrumental*. São Paulo: Atlas 2000.

MENDES, Gilmar Ferreira et.al. *Manual de Redação da Presidência da República*. Brasília: Governo do Brasil, 1991.

QUEIROZ, Maria Inez Silva. *Formas de Tratamento e Outros Aspectos da Redação Oficial*. São Luís: Lithograf, 2000.

## A SITUAÇÃO ATUAL DAS LÍNGUAS MINORITÁRIAS NA EUROPA

*João Bittencourt de Oliveira* (UERJ e UNESA)

### RESUMO

A presente comunicação tem por objetivo apresentar, de maneira sucinta, a situação atual das línguas minoritárias na Europa.

Partindo de uma síntese diacrônica, procuraremos analisar, com apoio em trabalhos de renomados lingüistas, as cerca de vinte línguas desse grupo (algumas inclusive com variantes dialetais) que ainda se falam em várias regiões da Europa e que se distinguem das demais pelo sistema de fonemas e pelo sistema de formas, bem como pelos padrões frasais (colocação sintático-gramatical, concordância, variantes etc.).

Quanto aos ramos lingüísticos, distribuem-se essas línguas entre românicas, célticas, germânicas, eslavas e uma isolada: o *basco*.

Pelo menos três fatores nortearam nosso critério de classificação dessas línguas: 1) o número reduzido de falantes, 2) as áreas geográficas em que são faladas, e 3) a concorrência das línguas nacionais ou das línguas de maior "prestígio", em muitos casos impostas pela mídia ou por decisões de caráter político. Muitas, dentre elas o *basco*, o *catalão* e o *galego*, todas faladas por um maior contingente em território da Espanha, foram alvo de violenta repressão no período da ditadura do General Franco (de 1937 até meados dos anos 50).

Nas últimas décadas, porém, tem havido grandes esforços por parte de entidades internacionais, inclusive com apoio da UNESCO, para a preservação ou até mesmo a revitalização dessas línguas.

**Palavras-chave:** Línguas minoritárias; Diacronia; Basco; Catalão; Galego

### INTRODUÇÃO

Nosso trabalho tem por objetivo apresentar, de maneira sucinta, a situação atual das línguas minoritárias na Europa.

Partindo de uma síntese diacrônica, procuraremos analisar, com apoio em trabalhos de renomados lingüistas, as cerca de vinte línguas desse grupo (algumas inclusive com variantes dialetais) que ainda se falam em várias regiões da Europa e que se distinguem das demais pelo sistema de fonemas e pelo sistema de formas, bem como pelos padrões frasais (colocação sintático-gramatical, concordância, variantes etc.).

Quanto aos ramos lingüísticos, distribuem-se essas línguas entre românicas, célticas, germânicas, eslavas, uma semítica: o *mal-tês* e uma isolada: o *basco*.

Pelo menos três fatores nortearam nosso critério de classificação dessas línguas: 1) o número reduzido de falantes, 2) as áreas geográficas em que são faladas, e 3) a concorrência das línguas nacionais ou das línguas de maior "prestígio", em muitos casos impostas pela mídia ou por decisões de caráter político. Muitas, dentre elas o *basco*, o *catalão* e o *galego*, todas faladas por um maior contingente em território da Espanha, foram alvo de violenta repressão no período da ditadura do General Franco (de 1937 até meados dos anos 50).

Nas últimas décadas, porém, tem havido grandes esforços por parte de entidades internacionais, inclusive com apoio da UNESCO, para a preservação ou até mesmo a revitalização dessas línguas.

## LÍNGUAS ROMÂNICAS

Denominam-se *línguas românicas* (ou *neolatinas*) as que se formaram do latim vulgar.

Dentre os diversos critérios de classificação das línguas românicas, a enumeração de Meyer-Lübke (1901) parece-nos a mais convincente. Vindo do Leste para Oeste, o famoso filólogo suíço assim apresentou as línguas românicas: *romeno*, *dalmático*, *reto-romano* (também conhecido como *rético*), *italiano*, *sardo*, *provençal*, *francês*, *espanhol* e *português*.

É bem verdade que do ponto de vista diacrônico, não se trata de nove línguas e sim de nove sistemas de dialetos, pois cada uma representa, de fato, um conjunto de dialetos, e um desses, por desfrutar de maior prestígio político ou literário se tornou a língua nacional.

Desse modo, o espanhol baseia-se no dialeto de Castela (daí a sua denominação *el castellano*); a língua francesa baseia-se principalmente no dialeto de Paris (dialeto da *Île-de-France*) que, a partir do século XV, conquistou definitivamente a supremacia inclusive sobre o provençal no sul da França; o florentino (dialeto de Petrarca e Boccaccio) serviu de base para o italiano escrito.

Às nove línguas de Meyer-Lübke devemos acrescentar, no estágio atual, pelo menos mais duas: o *catalão* e o *galego*.

É a seguinte a distribuição geográfica das línguas minoritárias da família românica:

### **O provençal**

O *provençal* ou *occitânico* originou-se de um dos dialetos da língua de *oc*, e, sobretudo, do antigo provençal (*proensal*), ou língua dos trovadores medievais (séculos XII-XIII).

Ao domínio dos dialetos provençais pertencem a Provença, o Languedoc<sup>1</sup> (região da antiga França ao sul da Guyenne ao norte do Roussillon), o Auvergne, o Limousin.

O provençal é falado nas comunidades rurais do sul da França por cerca de 1.500.000. Todos os falantes do provençal usam o francês como língua oficial e cultural.

A situação atual do provençal é um tanto paradoxal. Por um lado, existem pessoas, principalmente as mais idosas, que ainda falam a língua na convivência diária, porém são incapazes de lê-la ou escrevê-la. Por outro lado, devido aos movimentos e associações que apóiam a revitalização de línguas minoritárias na Europa e na França, o provençal vem cada vez mais sendo ensinado nas escolas bilíngües, nas escolas públicas primárias, nas escolas secundárias e até em algumas universidades. Contudo, uma grande incerteza permanece: será que os alunos que estudam a língua irão usá-la em sua comunicação diária?

Como sustenta LAUSBERG (1981: 33), ao lado do provençal ocupa uma posição em certo sentido particular o *gascão* (*béarnais*), entre o Garona e os Pirineus, que já entre os trovadores passa por

---

<sup>1</sup> O nome *Languedoc* provém da expressão *langue d'oc* que se referia à variante de uma língua que usava *oc* "sim" (do latim *hoc*) em oposição a outra variante, *langue d'oïl*, que empregava *oïl* (*donde oui < do latim hoc ille*). É dessa segunda variante que surgiu o francês-padrão, particularmente do francês falado na "ilha de França", onde ficava a cidade de Paris, que, em 987 se tornou a capital da França.

Do ponto de vista geográfico, o termo aplica-se somente ao *Languedoc méditerranéano* ou *baixo Langudo*, que se estende entre os Corbières, o Maciço Central, a Camargue e o *Méditerranéano*.



língua independente, a par do provençal. O gascão é falado por cerca de 250.000 pessoas.

### ***O catalão***

Durante a Idade Média o catalão desenvolveu uma língua escrita (século XII a XV), que se impôs ao Sul da Itália, quando foi do domínio sobre Nápoles, e a Sicília. A partir do século XV começou a sofrer concorrência do castelhano, como língua escrita. Seu florescimento como língua literária foi retomado no século XIX.

O domínio do catalão compreende mais de seis milhões de pessoas na Catalunha na costa norte-oriental da Espanha e nas Ilhas Baleares (Maiorca, Minorca e Ibiza). Compreende ainda a Catalunha Francesa.

O catalão comporta algumas variedades dialetais e subdialetais principalmente no aspecto da fonética. Essas diferenças dialetais, entretanto, não afetam a notável unidade do catalão literário. O catalão é atualmente usado em várias universidades da região.

### ***O galego***

O galego é uma das cinco línguas que se falam na Península Ibérica: quatro delas são românicas (o português, o galego, o espanhol ou castelhano, e o catalão), a quinta, de origem controversa (o basco ou euskera). É falado por uma população de aproximadamente três milhões de habitantes na Galiza (em espanhol, Galícia), região do noroeste da Espanha, correspondente às atuais províncias de La Coruña, Lugo, Orense e Pontevedra. A estes acrescentam-se cerca de 1.500.000 galegos que vivem em diversas partes do mundo e outros habitantes castelhanos e portugueses das áreas limítrofes.

A Galiza foi, com as Astúrias, o ponto de partida da reconquista da Península Ibérica aos mouros. Afonso VII, rei da Galiza, Leão, Castela e Estremadura, foi coroado imperador da Espanha em 1135.

O processo de normatização do galego tem provocado controvérsias entre os que defendem a situação atual da língua e os que desejaríamos uma maior aproximação ao português.

Existe uma Academia da Língua Galega e as publicações literárias vêm crescendo de maneira quantitativa e qualitativa nas últimas décadas.

### ***O reto-românico***

O *reto-românico* (também conhecido como *rético*) é um nome coletivo de três grupos de dialetos românicos falados por menos de um milhão de pessoas nas regiões montanhosas na Suíça<sup>2</sup>, na Áustria e na Itália. Esses dialetos já não se encontram geograficamente ligados, mas apresentam características comuns que os distinguem dos dialetos do norte da Itália. Compreende um grupo ocidental, nos Grisões, onde tem o nome especial de *romanche* (*Rumantsch Grischun*); um grupo central, o *tirolês*, no Tirol (Áustria e Itália); e um grupo oriental, o *friulano*, no Friul (Itália).

Os atuais dialetos reto-românicos são resíduos de uma colonização românica, nas zonas de retirada, que se estendeu antigamente em continuidade geográfica pelos Alpes e pela região pré-alpina setentrional (*Raetia, Vindelicia, Noricum*). Os primeiros registros escritos datam de 1700.

O reto-românico é ainda falado por uma população que oscila entre 30.000 e 35.000.

Essa língua, com seus respectivos dialetos, vem perdendo terreno para o alemão e para o italiano, embora continue a ser o principal meio de educação da região. Nos últimos anos tem havido tenta-

---

<sup>2</sup> Há na Suíça três línguas oficiais: o alemão (falado por aproximadamente 70% da população), o francês (falado por cerca de 19%) e o italiano (falado por apenas 10%, principalmente no cantão de Ticino, na vertente meridional dos Alpes). O romanche foi reconhecido a partir de 1938 como a quarta língua nacional (*Nationalsprache*) da Suíça, porém não como língua oficial (*Amtssprache*).

Coube ao famoso linguísta e dialetólogo italiano G. I. Ascoli reivindicar para o reto-românico o status de língua (Saggi Ladini, 1873).

tivas de sua revitalização cultural. A *Liga Romanche* vem se empenhando nos trabalhos de documentação da língua.

### **O sardo**

O sardo é uma língua românica falada na Sardenha, ilha italiana, ao sul de Córsega.

Explorada, desde a Idade do Bronze, por suas minas, a Sardenha foi importante estabelecimento fenício e púnico a partir do século VII a.C. Em 1718, o Duque de Savóia tornou-se rei da Sardenha. Desde então a ilha foi parte integrante dos “Estados Sardos” (Piemonte, Savóia, Sardenha). Em 1861 foi incluída no Reino da Itália, e, em 1948, transformada em região autônoma.

O sardo não desenvolveu uma língua escrita, salvo alguns raros documentos medievais redigidos nos dialetos sardos e alguns livros da Bíblia (1861-1862).

LAUSBERG (1981: 39) divide a Sardenha em três zonas linguísticas: no sul fala-se o *campidanês*, na fixa central o arcaico *logudonês* e os dialetos centrais (*Bitti* e *Nuoro*, ainda mais arcaicos); já o norte é preenchido por dois dialetos: o *sasarês* no oeste e o *galurês* no leste.

Ao todo, cerca de 1.500.000 pessoas falam o sardo. A língua é ininteligível para a maioria dos italianos e causa uma impressão acústica mais aproximada ao espanhol do que ao italiano. Ultimamente, tem havido um movimento crescente para reconhecer o sardo como herança linguística e cultural da região.

Não há, até o presente, nenhum registro de produção literária, nem mesmo um jornal em sardo.

## LÍNGUAS CÉLTICAS

As línguas célticas constituem um dos ramos da família indo-européia. O habitat primitivo dos celtas foi, como opinam a maioria dos lingüistas, o sudoeste da atual Alemanha, de onde se viram impelidos para a Gália<sup>3</sup>, para a Espanha, para as ilhas Britânicas, até que, por fim, foram submetidos pelos romanos (século II a.C. – século I d. C). Um outro grupo dirigiu-se para uma região da Ásia Menor fixando-se na Galácia (já mencionada no Novo Testamento da Bíblia Cristã), onde foram derrotados por Átalos I em 241 a.C. Foi na Bretanha, no País de Gales e na Irlanda que o tipo e a língua dos celtas melhor se conservaram.

Os lingüistas costumam dividir as línguas célticas em três grupos: o continental, *gaulês* ou celta-comum, (extinto nos primeiros séculos de nossa era, deixando por memória apenas algumas raras e obscuras inscrições e alguns topônimos) e os insulares, o *britônico* e o *gaélico*.

O *britônico*, que parece ter coberto toda a Grã-Bretanha, recebeu marcada influência romana durante a ocupação (43-410) e, a partir do século V, sofreu forte e desvantajosa concorrência dos anglo-saxões (povos germânicos que invadiram as ilhas). Continuou em três descendentes: o *galês*, o *córnico* e o *bretão*.

O *gaélico*, atestado já no século V de nossa era, é empregado no interior da Irlanda (onde recebe o nome de *gaélico irlandês* ou simplesmente *irlandês*), no interior da Escócia (onde recebe o nome de *gaélico escocês*) e, em situação crítica na Ilha de Man (o *manx*).

---

<sup>3</sup> Nome dado, na Antigüidade, a duas regiões: a *Gália Cisplatina* (aquém dos Alpes, relativamente aos romanos), que compreendia a Itália setentrional e foi por muito tempo ocupada por tribos gaulesas, e *Gália Transalpina* (além dos Alpes), vasta região, situada entre os Alpes, os Pirineus, o Atlântico e o Reno. Habitada por grande número de tribos (celtas ou gauleses, iberos, lígures, armóricos), a Gália Transalpina foi centro de uma civilização influenciada, desde o século VI a. C., por duas correntes de civilização helênica (Mediterrâneo e Alpes). A Gália tinha forte organização religiosa (assembléia anual dos *druídas*, nome dos primitivos sacerdotes gálios e bretões).

### ***O gaélico escocês***

O gaélico escocês é a língua céltica empregada no interior da Irlanda e nas regiões montanhosas do norte da Escócia. É atestado desde o século V d.C. Com a crescente influência do inglês do norte, o uso e o prestígio do gaélico começou a declinar e desde o século XII tem havido uma retração gradual. Fatores políticos, pressões sociais e políticas educacionais vêm combinando esforços para impedir que a língua entre em processo de extinção. A partir das últimas décadas do século XX, algumas medidas, ainda que tímidas, têm sido tomadas para sustentar o gaélico, encorajar as políticas bilíngües e incluí-lo no currículo das escolas.

No censo de 1981, havia pouco mais de 80.000 falantes do gaélico escocês, dos quais menos de 1.000 com idade inferior a cinco anos.

A língua é ensinada em três Universidades escocesas, duas das quais (Edinburgh e Glasgow) possuem uma cadeira de céltico.

### ***O gaélico irlandês***

O gaélico irlandês (ou simplesmente irlandês) foi a única língua falada na Irlanda até o século XVII, mas a dominação do inglês, os efeitos da fome do século XIX e a emigração contribuíram para seu brusco declínio. Conforme o censo de 1981, mais de 5.000 pessoas falam somente o irlandês e mais de um milhão empregam o irlandês e o inglês. Quando o Estado Livre Irlandês foi estabelecido em 1921, o gaélico passou a ser de responsabilidade do governo e a constituição do país tornou o irlandês a primeira língua oficial. O gaélico irlandês é ensinado nas escolas desde 1922, e uma gramática padrão já foi produzida. Ultimamente tem havido um crescente movimento a favor da reforma do complexo sistema ortográfico da língua.

### ***O manx***

O manx (*Chailckagh*), falado na ilha de Man, no mar da Irlanda, mantém semelhanças com o irlandês e com o gaélico escocês.

Foi provavelmente introduzido na ilha no século IV por colonos irlandeses e pode ter substituído uma língua anterior de estrutura semelhante ao galês. Nos séculos X-XIII, o manx sofreu influência do antigo norueguês, principalmente no léxico, porém continuou a ser o idioma principal da ilha até o final do século XVIII, quando o inglês começou a assumir um papel dominante.

Havia cerca de 5.000 falantes no início de século XX. Com a morte de Edward Maddrell, último falante nativo da língua, em 24 de dezembro de 1974, desapareceu mais uma língua indo-européia. Maddrell foi, nos últimos anos de vida, curador da aldeia de Cregneish, e encorajado pelos membros da *Manx Society* conseguiu gravar o que ainda lembrava dessa língua.

### **O galês**

O galês é a língua céltica do País de Gales, conhecida pelos falantes nativos como *Cymraeg*. O galês e o bretão são as únicas línguas remanescentes do antigo britânico, subdivisão da família céltica. A língua britônica original era riquíssima em flexões; muitas delas desapareceram no galês. Outrora a língua principal do País de Gales e a língua literária desde o século VI, o galês começou a entrar em decadência a partir da ascensão de Henrique VII ao trono inglês em 1485.

Existem atualmente poucos falantes monolíngües do galês; cerca de 600.000 pessoas no País de Gales são bilíngües, ou seja, cerca de 25% da população.

A situação atual do galês parece relativamente estável. Organizações como a *Society for the Welsh Language* conseguiram salvar a língua da morte e estão se empenhando no sentido de assegurar para o galês um status oficial ao lado do inglês. No condado de Gwynedd, ao norte do país, é a língua oficial do governo local e aparece ao lado do inglês nas sinalizações de rodovias. É ensinado em todas as escolas e é utilizado como meio de instrução em algumas. Os defensores da revitalização do galês, entretanto, sustentam que ainda há muito por fazer.

### **O corno**

O corno (*cornock*) é a antiga língua céltica de Cornwall (Cornualha, condado do sudoeste da Grã-Bretanha). Há pouca informação documentada sobre a língua antiga. O texto mais conhecido dos filólogos, *Ordinalia* (do final do século XIV), é uma trilogia de dramas em versos de 8.734 linhas ao todo. A língua começou a decair no período da Reforma, e sua última falante conhecida, Dolly Pentreath, da aldeia de Mousehole, faleceu em 1777. Em 1967 foi estabelecido o Conselho da Língua Corno (*Kesva Tavas Kernewek*), cujo propósito é promover o estudo e a revitalização do corno.

### **O bretão**

O bretão (*brezhonek*), falado por cerca de 500.000 pessoas na Bretanha (região do oeste da França), é – juntamente com o corno e o galês – uma continuação ininterrupta da antiga língua britônica da Roma Britânica. O bretão compartilha de muitos traços comuns a outras línguas neocélticas, mas é de particular interesse ao linguista já que é a única língua céltica que evoluiu completamente sem a influência da língua inglesa. É a única língua céltica ainda falada no Continente Europeu.

Através dos séculos, a soberania do francês, a língua oficial desde os tempos medievais, contribuiu de maneira decisiva para o declínio do domínio do bretão. O declínio do bretão como língua falada é considerado por muitos linguistas como o mais dramático na Europa ocidental durante o século XX, principalmente no período que se seguiu a Segunda Grande Guerra (1939-45).

Em 1975 foi criado em Bruxelas (Bélgica) o *Comitê Internacional de Defesa do Bretão*, cujo objetivo é angariar fundos internacionais em apoio aos programas de resgate cultural dos bretões e o reconhecimento da língua como meio legítimo de expressão de um povo minoritário.

## LÍNGUAS GERMÂNICAS

Distribuem-se em três subgrupos os falares germânicos: o *gótico*, o *germânico setentrional* ou *nórdico*, e o grupo *germânico ocidental*.

O gótico, atestado principalmente por uns fragmentos da tradução da Bíblia, realizada no século IV d.C. por Wúlfila, é hoje língua morta. O germânico setentrional ou nórdico, atestado já no século III de nossa era por inscrições rúnicas, se multiplicou em dialetos, hoje tornados verdadeiras línguas, bem semelhantes entre si: o *islandês*, o *norueguês*, o *sueco*, o *dinamarquês* e o *ferroês*. O grupo germânico ocidental, consideravelmente menos uno que o nórdico, está hoje representado por várias línguas e dialetos, derivados uns do denominado *alto-alemão* (donde surgiu o atual *alemão literário*), outros do *baixo-alemão* (donde provém o atual *holandês*) e outros do *frisão* e do *velho-inglês* (donde se originou o *inglês moderno*).

As três línguas que se seguem são minoritárias.

### *O islandês*

O islandês é a língua germânica da Islândia. Depois dos monges irlandeses (século VIII), os *vikings* aportaram à Islândia (século IX). A emigração escandinava, favorecida pelo rei norueguês Haraldo I, fez subir o número de habitantes a aproximadamente 40.000 no fim do século X. A ilha foi cristianizada nos séculos XI e XII, passou à tutela dos reis da Noruega em 1262 e, em 1380, juntamente com esta, à soberania da Dinamarca, que lhe impôs a revolução luterana (1550). Obteve sua autonomia em 1904 e sua independência em 1918.

Do islandês se possuem documentos literários medievais do mais alto valor, entre os quais ressaltam as famosas "sagas"<sup>4</sup>, *sogur*: narrativas e lendas escandinavas, (c.1150-1350). Nesse período, de fato, as diferenças entre o norueguês e o islandês são insignificantes.

---

<sup>4</sup> O poema épico *Beowulf*, escrito por volta do ano 900 em anglo-saxão, possui elementos literários das sagas.



É, dentre as línguas germânicas, talvez a mais conservadora, preservada pelo isolamento e uma tradição orgulhosa de resistir a influências internacionais. O sistema de quatro casos e três gêneros é também melhor preservado do que em qualquer outra língua germânica. Outro traço peculiar ao islandês é a rejeição aos empréstimos: termos modernos são formados a partir dos elementos da própria língua. Assim, por exemplo, enquanto a maioria das línguas européias recorrem a versões de “telefone” e “rádio”, o islandês emprega os neologismos *sími* (a partir do termo que significa “linha”) e *útvarp* (literalmente “emissor”). Graças a esse conservantismo, as sagas medievais são ainda compreensíveis aos falantes do islandês.

O islandês é falado atualmente por cerca de 300.000 pessoas.

### *O ferroês*

Língua germânica falada por cerca de 47.000 indivíduos, nas ilhas Ferroês, região autônoma da Dinamarca entre Shetleland e a Islândia, ocupada primeiramente pelos noruegueses no século VIII. Guarda algumas semelhanças com o islandês e com o velho norueguês, este falado na Escócia até o século XVII, quando cedeu lugar ao gaélico (da família céltica). O ferroês, entretanto, sobreviveu e adquiriu uma forma escrita no século XIX. O dinamarquês é ensinado nas ilhas como segunda língua. Apesar da proximidade geográfica, o ferroês e o inglês têm exercido pouca influência uma sobre a outra.

A língua conserva os três gêneros e quatro casos: nominativo, acusativo, dativo e genitivo, este último pouco usado na língua falada. A base do léxico ferroês é de origem norueguesa, porém grande parte dos topônimos é de origem céltica.

### *O frisão*

Conforme os mais antigos testemunhos, (Plínio, Tácito, Ptolomeu) o território dos *Frisii* se estendia do delta do Reno até o Ems (rio da Alemanha, que margeia a fronteira com os Países Baixos e desemboca no mar do Norte). Sua história nos séculos seguintes é pouco documentada. Diferentemente das tribos germânicas, os fri-

sões não se movimentaram em grupos no tempo das Migrações dos Povos, mas permaneceram em suas velhas guaridas. Mais tarde tornaram-se mais expansivos e colonizaram as ilhas frísias do norte e a faixa costeira adjacente. Supõe-se que esse movimento rumo ao norte tenha começado no século IX. Os povoamentos ao leste do golfo de Jade ocorrem a partir do século XII. Desde o século XVII, quando a Frísia perde sua independência, entretanto, a área de domínio do frisão vem se contraindo.

Atualmente está representado por falares locais no norte da Holanda, em Oldemburgo, na ilha de Heliogoland, na costa do Slesvig e ilhas próximas, totalizando cerca de 300.000 indivíduos. Vem perdendo terreno para o holandês, apesar da educação bilíngüe.

## LÍNGUAS ESLAVAS

As línguas eslavas distinguem na família indo-européia pelo caráter fortemente conservador, e, portanto, arcaico, da morfologia nominal, isto é, a maioria dessas línguas ainda mantém tantos casos como no indo-europeu comum.

Costumam os lingüistas dividir essas línguas em dois grandes ramos: *báltico* e *eslavo*.

Do ramo báltico se cita o *velho-prussicano*, desaparecido no século XVII, o *lituano* e o *letão*.

No ramo eslavo<sup>5</sup> distinguem-se três grupos: o *meridional*, o *oriental* ou *russo* e o *ocidental*. Fazem parte do grupo meridional os falares macedônicos e búlgaros, donde surgiu o atual *búlgaro literário*, o *servo-croata*, o *esloveno* e o *macedônio*. No subgrupo oriental encontramos o *russo* com suas variantes dialetais e o *ucraniano*. No subgrupo ocidental distinguem-se duas importantes línguas: o *tcheco* e o *polonês* (línguas nacionais). Nesse subgrupo podemos incluir o *sorábio*, língua minoritária.

---

<sup>5</sup> O protótipo desse ramo é o *velho-eslavo*, idioma da antiga tradução búlgara dos Evangelhos, feita por São Cirilo e São Metódio, século IX. Ao primeiro atribui-se um alfabeto e uma escrita eslavos do tipo da maiúscula grega, que se desenvolveu no atual alfabeto eslavo.

Pelo menos duas línguas minoritárias da família eslava merecem nossa atenção.

### ***O macedônio***

O macedônio (*Mekedonski*) é uma língua eslava aparentada com o búlgaro, falada ao sul da ex-Iugoslávia e norte da Grécia. É a língua oficial da atual República da Macedônia. Possui um total de dois milhões de falantes, incluindo 1.400.000 na própria Macedônia e cerca de 2.000.000 na Grécia. Os demais falantes distribuem-se entre a atual República da Sérvia, Albânia e Bulgária.

Por influência do grego, o macedônio possui um artigo definido (ausente nas demais línguas eslavas) posposto ao nome. Esse artigo possui três formas que exprimem valores mais ou menos dêiticos. Assim, temos: *kniga* = “livro”, *knigata* = “o livro”, *knigava* = “o livro perto de mim”, *knigata* = “o livro ali ou lá”.

A situação atual do macedônio pode ser assim resumida: o governo da Bulgária não reconhece a existência da língua alegando tratar-se de mero dialeto do búlgaro; o governo grego não reconhece o nome “Macedônio” aplicado a essa língua eslava, exigindo um outro nome para substituí-lo, para não perder a glória da Antiga Macedônia (dos tempos de Alexandre, o Grande); por fim, alguns sérvios consideram o macedônio apenas um dialeto do servo-croata. Porém, os fatos linguísticos tendem a confirmar que o macedônio é, de fato e de direito, uma língua separada das demais.

### ***O Sorábio***

O sorábio (*srbi*) pertence ao ramo ocidental das línguas eslavas. Mantém semelhanças com o tcheco, o polonês e o esloveno, porém retém alguns elementos do velho eslavo.

No século IX, a área ocupada pelos sorábios, povos eslavos de Lausitz (chamados *Wandes* pelos alemães), se estendia até o rio Saale (afluente do Elba). Em 928 caíram sob o domínio alemão e em 1002 dos poloneses. Em 1033 o território foi reconquistado pelos alemães, que passaram a impor severas restrições sobre os habitantes

sorábios. Em 1635 Lausitz foi anexado à Saxônia e em 1815 o Baixo Lausitz foi transferido para a Prússia e a região passou a ser alvo de uma intensa campanha de germanização. Em 1949, Lausitz foi incorporado à República Democrática da Alemanha e os sorábios tiveram garantido o direito de usar sua própria língua e divulgar suas atividades culturais.

Conforme o último censo de 1981, cerca de 489.000 pessoas vivem na região dos sorábios dos quais apenas 15.000 empregam a língua na comunicação diária. Os demais falantes optam pelo alemão que exerce forte influência na região.

## LÍNGUAS NÃO INDO-EUROPÉIAS

Das diversas línguas não indo-européias faladas no território europeu, duas se incluem entre as minoritárias: o *basco* e o *maltês*.

### *O basco*

O *basco* (*euskera*) é a língua mais antiga entre as que se falam na Espanha e conta com cerca de 660.000 falantes (conforme o censo de 1991). Seu domínio territorial ocupa a maior parte do País Basco (*Euskal Herria*) na região ocidental dos Pirineus, do lado da França e da Espanha, em Navarra. É provável que outras línguas semelhantes ao basco eram também faladas na Europa ocidental antes da conquista romana: Gascônia, nome de uma província francesa, é de origem basca; o gascão apresenta muitos traços da influência basca.

O basco está entre as línguas mais complexas do ponto de vista morfossintático. Possui treze casos, alguns totalmente estranhos às línguas clássicas (latim e grego), como o ergativo (-*k*), comitativo (-*ekin*), o alativo (-*ra*), o destinativo (-*rako*).

Não possui gênero gramatical e nem classes de nomes. A morfologia nominal é ergativa. O sujeito de um verbo intransitivo e o objeto direto de um verbo transitivo ficam no "caso absoluto" (sufixo zero); já o sujeito de um verbo transitivo fica no caso ergativo (sufixo -*k*).

A morfologia verbal é predominantemente perifrástica e possui marcadores de tempo, aspecto e modo.

A situação atual do basco é bem diferente a das demais línguas da Península Ibérica.

Em primeiro lugar, o basco é uma língua especial aglutinante, sem relação com as línguas indo-européias. A tentativa de se determinar uma família lingüística para o basco tem sido um grande desafio para os lingüistas de todos os tempos. Sabe-se, entretanto, que já era falada antes da romanização da Península em uma ampla zona do Norte, entre os montes Cantábricos e o Vale de Arán.<sup>6</sup>

Em segundo lugar, o basco não possui a tradição literária secular das línguas românicas, os próprios bascos utilizaram o espanhol como língua de cultura há muito tempo e o euskara esteve durante séculos encerrado a um ambiente familiar e rural.

A recuperação da língua, iniciada durante o século XIX, impulsionou uma literatura que vem tomando força e que já conta com prestigiosos autores.

### *O maltês*

O maltês, falado por cerca de 300.000 pessoas, é a língua oficial da ilha de Malta. O inglês também desfruta de um certo status oficial. O árabe e o italiano são também utilizados por pequenas comunidades.

O maltês desenvolveu-se a partir do árabe ocidental, porém apresenta marcas da influência das línguas românicas (via Sicília). É talvez a única língua de origem árabe que emprega o alfabeto latino.

Desde seu reconhecimento como língua oficial em 1934, a produção escrita nessa língua tem aumentado consideravelmente e já existem na ilha canais de TV, estações de rádio e jornais que empregam o maltês como meio de comunicação, o que vem contribuindo de modo bastante positivo para afirmar o status de identidade desse povo.

---

<sup>6</sup> "Aran" é um topônimo de origem basca e significa "vale".

## CONCLUSÃO

Pudemos, assim, observar sucintamente a situação atual das línguas minoritárias na Europa. Vimos, por exemplo, que algumas dessas línguas são faladas dentro de territórios política e geograficamente bem delimitados, como é o caso do islandês (na Islândia); outras, entretanto, são faladas por grupos étnicos distribuídos por nações diferentes e sofrem a concorrência de línguas também de troncos diferentes, como é o caso do basco (entre as Espanha e a França).

Como se pode observar, é bastante difícil estabelecer a fronteira entre língua e dialeto. Nem todo dialeto de nação soberana é língua. Muitos são os exemplos de nações soberanas que possuem uma lista bem extensa de dialetos, que continuam na sua posição inferior, como os que existem na França, na própria Inglaterra, na Espanha, na Itália, na Alemanha, em Portugal, etc.

Em alguns países existem línguas isoladas, circunscritas a regiões sem importância, como o *ladino* na Itália e o *bretão* na França. Na Rússia, contam-se diversas línguas bem definidas.

Com base nas informações de que dispomos até o momento, a situação atual de algumas línguas minoritárias na Europa se apresenta satisfatória. É o caso, por exemplo, do islandês e do catalão. O mesmo, porém, não podemos afirmar com relação às demais aqui elencadas.

Tudo vai depender de esforços conjuntos de Organizações Internacionais, Nacionais e Locais.

A título de curiosidade e ilustração, transcrevemos a seguir algumas versões do Pai Nosso a partir do texto latino.

### *LATIM*

Pater noster, qui est in coelis, sanctificetur nomen tuum. Adveniat regnum tuum, fiat voluntas tua sicut in coelo et in terra. Panem nostrum cottidianum da nobis hodie et dimitte nobis debita nostra, sicut nos dimittimus debitoribus nostris. Et ne nos inducas in temptationem, sed libera nos a malo. Amen.

LÍNGUAS ROMÂNICAS

*Provençal*

Paire nostre que siés dins lou cèu, que toun noum se santifique, que toun Règne nous avèngue, que ta volonta se fague sus la terro coume dins lou cèu. Douno nous vuei noste pan de cade jour, perdouno nous nòsti dèute coume nous autre perdounan à nòsti debitour. E fai que toumben pas dins la tentacioun, mai deliéuro nous dóu mau. Que soun tiéu: lou Règne, lou Poudé e la Glòri, aro e pèr l'eternita. Amen.

*Gascão*

Pair noste qui ès dans lo cèu, que ton nom se santifique, que ton re-nhe nos avenga, que ta volentat se hasca sus la tèrra coma dans lo cèu. Dona-nos uei noste pan da cada jorn, perdona-nos nostes deutes coma nousats perdonam aus nostes debtors e hè que també pás dans la temptacion mès deliura-nos deu mau. Amèm.

*Catalão*

Pare nostre del cel, seui santificat el teu nom; vingui el teu Regne; faci's la teva voluntat, com al cel, així també a la terra. Dona's avui el nostre pa de cada dia; i perdona'ns lès notes ofenses, com també nosaltres hem perdonat els qui ens ofenen; i no dèixis que caiguem em la temptació, ans deslliura'ns del Maligne. Amèn.

*Galego*

Noso Pai, que estás nos ceus, santificado sea o teu nome. Veña o teu reino. Fágase a tua vontade, así na terra, como no ceu. O pan noso de cada dia dánolo hoxe. E perdónanos as nosas deudas, así como nosoutros perdonamos aos nosos deudores. E no' nos deixes caer na tentacion. Mais libranos de mal.

*Reto-românico (romanche)*

Bab noss, ti Che es em tschiel! Sanctifitgà vènia tes num!  
Teg reginavel vènia tar nus!  
Tia veglia davèntia sin terra sco em tschiel!  
Noss paun da mintgadi dà a nus oz!  
Ed ans perduna noss debits, sco era nus perdunain a noss debturs!  
E n'ans maina begt em empruvament, ma spendra nus dal mal!  
Pertege tes èn il reginavel, la pussanza e la gloria em etern. Amen.

*Sardo*

Babbu nostu ki ses in is Celus, santificau siat su nòmni tuu, bengat a nosu su reinu tuu, siat fatta sa voluntadi tua comenti in su celu aici in sa terra. Su pani nostu de dogna di donanosidd' oi, e perdonanosì is peccaus nostus, comenti nosaturus perdonaus is depidoris nostus, no nosi lessis arrui in sa tentatzione, ma liberanosì de tottu male. Amen.

LÍNGUAS CÉLTICAS

*Gaélico escocês*

Faither o us aa, bidin abune, thy name be halie.  
Let thy reign begin.  
Thy will be dune, on the erthe, as it is in Hevin.  
Gie us ilka day oor needfu fendinan forgie us aa oor ill-deeds,  
e'en as we forgie thae wha dae us illas lat us no be testit,  
but sauf us frae the Ill-Ane,  
or the croon is thine ain, an the nicht,  
an the glorie, for iver an iver.

*Gaélico irlandês*

Ar nathaír atá ar neamh, náomhthar hainm. Tigeadh do ríoghaehd. Deúntar do thoil ar an ttalamh, mar do nithear ar neamh. Ar narán la-éthamhail tabhair dhúinn a niu. Agus maith dhúinn ar bhfiacha, marimhaithmídne dar bhféitheamhnuibh féin. Agus na léig sinn a ccaathughadh, achd sáor inn ó olc.

*Manx*

Ayr ain, t'ayns Niau, Casherick dy rou dt'ennym.  
Dy jigg dty Reereeaight; Dt'aigney dy rou jeant er y Talloo  
myr ta ayns Niau.  
Cur dooin nyn Arran jiu as gagh laa.  
As leih dooin nyn Loghtyn, myr ta shin leih dauesyn ta janoo loghtyn ny  
noi shin.  
As ny leeid shin ayns Miolagh, agh livrey shin veih olk.

*Galês*

Ein Tad yn y nefoedd, sancteiddier dy enw; deled dy deyrmas;  
gwneler dy ewyllys, ar y ddaear fel yn y nef.  
Dyro inni heddiw ein bara beunyddiol,  
a maddau inni ein troseddau,  
fel yr ym ni wedi maddau i'r rhai a droseddodd yn ein herbyn;



## *Círculo Aluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos*

a phaid â'n dwyn i brawf, ond gwared ni rhag yr Un drwg.  
Oherwydd eiddot ti yw'r deyrnas a'r gallu a'r gogoniant am byth. Amen.

### *Córnico*

Pader an Arleth  
Agon Taze nye, eze en Neve, Benegas bo tha Hanow.  
Tha Gwlaskath gwrenz doaz; Tha Voth bo gwreze,  
En Noer pecarra en Neve.  
Ro tha nye an journama gon bara pub death,  
Ha gave tha nye gon pehasow Pecarra tel era nye gava angye Neb eze  
peha war agon bidn. Ha na raze gon lewa en antall, Buz gweeth nye thurt  
droeg.  
Rag an Gwlaskath Che a beaw, Han Nearth, han Worrians, Rag nevra  
venitha.  
Andelna ra bo/Amen.

### *Bretão*

Hon Tad pehini a zo en envou, da hano bezet santifiet, deuet da  
rouanteleza volontez bezet great var an douar evel en env.

Ro deomp hirio hor bara pemdeziec, pardon deomp hon  
pec'hejouevel ma pardonomp ive d'ar re ho deuz hon offanset, ha n'hon  
lez ket da gweza en dentation, mes delivr ac'hanomp diouz an droug.

## LÍNGUAS GERMÂNICAS

### *Alemão padrão*

Unser Vater im Himmel, dein Name werde geheiligt,  
dein Reich komme,  
dein Wille geschehe wie im Himmel, so auf der Erde.  
Gib uns heute das Brot, das wir brauchen.  
Und erlaß uns unsere Schulden,  
wie auch wir sie unseren Schuldnern erlassen haben.  
Und führe uns nicht in Versuchung,  
sondern rette uns vor dem Bösen.

### *Frisão*

Us Heit yn 'e himel, lit jo namme hillige wurde, lit jo keninkryk  
komme, Lit jo wil dien wurde op ierde likegoed as yn 'e himel.

Jou ús hjoed ús deistich brea en ferjou ús ús skulden sa't wy ús  
skuldners ek ferjûn hawwe; en lit ús net yn fersiking komme, mar ferlos

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

ús fan 'e kweade; [want jowes is it keninkryk en de krêft en de hearlikheid oant yn ivichheid. Amen.]

### *Islandês*

Faðir vor, þú sem er á himnum.  
Helgist þitt nafn, til komi þitt ríki, verði þinn vilji, svo á jörðu sem á himni. Gef oss í dag vort daglegt brauð. Fyrirgef oss vorar skuldir, svo sem vér og fyrirgefum vorum skuldunautum.  
Og eigi leið þú oss í freistni, heldur frelsa oss frá illu.  
[Því að þitt er ríkið, mátturinn og dýrðin að eilífu amen.]

### *Ferroês*

Faðir var, tu sum eret í himlunum! Heilagt verdi navn títt; Komi ríki títt; Verdi vilji tín sum í himli so á jörd;  
Gev okkum í dag okkara dagliga breyd;  
Og fyrirgev okkum skuldir okklara,  
So sum vit fyrirgeva skuldarum okkara;  
Og leið okkum ikki í freistingar;  
Men frels okkum frá ti illa.

## LÍNGUAS ESLAVAS

### *Macedônio*

Oëe na, to si na neboto, da se sveti tvoeto ime.  
Da dojde tvoeto carstvo.  
Da bide tvojata volja, kako na neboto, taka i na zemjata.  
Lebot na nasu en daj ni go deneska.  
I prosti ni gi dolgovite, kako i nie to im gi pro tavane na na ite dol nici. I ne vovedubaj ne vo isku'enie, tyky izbavi ne od zloto.

### *Sorábio*

Na wótëe, ki sy ty w njebjesach, swjeæene bud twoje mjeno.  
Põinđ k nam twoje kralestwo.  
Twoja wola so stań, ka na njebju, tak te na zemi.  
Na w idny chlib daj nam densa.  
A wodaj nam na e winy, jako my wodawamy na im winikam.  
A njewjed nas do spytowanja, ale wumo nas wot teho zeho.  
[Põeto twoje je to kralestwo a ta móc a ta èesæ ha do wiënosaæe.]

LÍNGUAS NÃO INDO-EUROPÉIAS

**Basco**

Gure Aita, zeruetan zarena, santu izan bedi zure izena, etor bedi zure erreinua, egin bedi zure nahia, zeruan bezala lurrean ere. Emaiguzu gaur egun honetako ogia, barkatu bure zorrak, guk ere gure zordunei barkatzen diegunez gero; eta ez gu tentaldira eraman, baiña atera gaitzazu gaitzetik.

**Maltês**

Missirne li Inti fis-smewiet jitqcd dis Ismik, Kejf fis-seme ekde fl-ort, Hubzna t`kiljum, aghtina llum, ahfrilne  
Min hu huti ghaline, Ia ddahhalniex fit-tigrit  
Ammin.

BIBLIOGRAFIA

- ALLIÈRS, Jacques. *Les Basques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1977.
- BALL, M. (ed.). *The Celtic languages*. London: Routledge, 1994.
- BEC, Pierre. *La langue occitane*. PUF: Paris, 1976.
- BOLDINGER, Kurt. *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*. Vers. esp. Emilio Lledó y Monserrat Nacau. Madrid: Gredos, 1972.
- CHAMBERS, J. K, and P. Trudgill. *Dialectology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- CHAVES DE MELO, Gladstone. *Iniciação à lingüística e à filologia portuguesa*. (Quarta edição, melhorada e aumentada, de Iniciação à Filologia Portuguesa). Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.
- COMRIE, Bernard, Stephen Matthews, and Maria Polinsky (consultant editors). *The atlas of languages*. New York: Facts on File, 1996.
- CRYSTAL, David. *Cambridge Encyclopedia of language*. 2nd edition. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- CRYSTAL, David. *Language death*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

- DIXON, R. M. W. *The rise and fall of languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- ELIA, Sílvio. *Preparação à lingüística românica*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1974.
- GRIMES, B. F. *Ethnologue*. 12th ed. Dallas: Summer Institute of Linguistics, 1990.
- HAYWOOD, John. *Atlas of the Celtic world*. New York: Thames & Hudson, 2001.
- LAUSBERG, Henrich. *Lingüística românica*. Trad. de Marison Ehrhardt e Maria Luísa Schemann. 2a edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.
- LOCKWOOD, W. B. *An informal history of the German language*. London: Andre Deutsch, 1965.
- PRICE, Glanville, ed. *Encyclopedia of languages of Europe*. Oxford: Blackwell., 1998.
- TAGLIAVINI, C. *Le origini delle lingue neolatine*. 4ª ed. Bolonha: Casa Editora Prof. R. Pàtron, 1964.
- WALSHE, M. O'C. *Introduction to the Scandinavian languages*. London: Andre Deutsch, 1965.

OUTRAS FONTES

*UNESCO (Study of Endangered Languages)*

CIPSH (International Council for Philosophy and Humanistic Studies), 1 Rue Miollis, 75732 Paris, France.

<http://www.cristusrex.org/www1/pater/>

[http://www.georgetwon.edu/faculty/balk\\_oe/pater\\_noster](http://www.georgetwon.edu/faculty/balk_oe/pater_noster)

**ANÁLISE DOS TERMOS “TUPI” E “TUPINAMBÁ”  
COMO DESIGNATIVOS DA LÍNGUA BRASÍLICA  
DA COSTA BRASILEIRA, DOS SÉCULOS XVI E XVII**

*Eduardo de Almeida Navarro (USP)*

RESUMO

Este artigo mostra a inadequação do termo Tupinambá para se referir à língua indígena mais difundida na costa brasileira nos séculos XVI e XVII, através de análise de alguns textos antigos que empregam tanto formas do Tupi quanto do Tupinambá e que mostram variações gramaticais dentro do próprio Tupinambá.

**Palavras-chave:** Tupi; Tupinambá; Língua brasílica

INTRODUÇÃO

Desde os primeiros tempos de colonização do Brasil, constatou-se que na costa brasileira, desde o Pará até o sul do país, aproximadamente até o paralelo de 27 graus (segundo informações do cronista Pero de Magalhães Gândavo), falava-se uma mesma língua. Já no século XVI e, mais ainda, no século XVII, firmou-se para ela o designativo de *Língua Brasílica*. Ela tinha algumas variantes dialetais:

A língua de que usam, toda pela costa, é uma, ainda que em certos vocábulos difere em algumas partes, mas não de maneira que se deixam uns aos outros de entender. (Gândavo, 1980: 122)

Diz-nos Anchieta (*Arte*, 1946: 1v):

...desde os petiguares do Paraíba até os tamoios do Rio de Janeiro, pronunciam inteiros os verbos acabados em consoante, como **Apab**, **Asem**, **Apen**, **Aiur**. (Esse é o dialeto dos Tupinambá e doutros indígenas da costa.)

Diz-nos também Anchieta (*ibidem*) que:

Os Tupis de São Vicente, que são além dos Tamoios do Rio de Janeiro, nunca pronunciam a última consoante no verbo afirmativo. Em lugar de **Apab** dizem **Apá**, em lugar de **Asem** e **Apen**, **Asẽ** e **Apẽ**, pronunciando o til somente; em lugar de **Aiur**, (dizem) **Aiu**. (Esse é o dialeto dos Tupi de São Vicente).

A variante dialetal *Tupinambá* era, assim, segundo Anchieta, usada num trecho muito maior da costa (desde o Nordeste até o Rio

de Janeiro) que a variante Tupi. O dialeto Tupi só era falado na capitania de São Vicente e planalto de Piratininga (no atual estado de São Paulo).

Anchieta informa-nos acerca de outro aspecto em que a variante dialetal Tupinambá diferia da variante Tupi: no uso do pronome objetivo com um verbo na voz causativa:

(...) comumente os verbos começados por m, ativos, tem i depois do artículo, ainda que em algumas terras pronunciam muitos sem ele. (1946: 48 v)

Assim, poder-se-ia, em algumas partes, dizer, em vez de *a□□□□□□a□* – *avermelho-o*, somente *a□□□□□□a□*, excluindo-se o pronome objetivo; em vez de *a□□□□cb□□* – *faço-o voltar*, somente *a□□□□cb□□*.

Embora Anchieta não nos diga em que terras ocorria tal emprego diferenciado de formas verbais na voz causativa sem o pronome objetivo, é sabido, por evidências indiretas, que isso ocorreria, fundamentalmente, no Tupi de São Vicente. Assim, esse seria mais um fator de diferenciação das duas variantes em questão.

Nos dois aspectos considerados (ausência da consoante final nos verbos na forma afirmativa e ausência do pronome objetivo *i* na voz causativa) o Tupi de São Vicente distanciar-se-ia do que seria praticado na maior parte da costa brasileira e aproximar-se-ia do Guarani Antigo, falado no Paraguai. O próprio Antonio Ruiz de Montoya, primeiro gramático desta língua, escreveu o *Vocabulario y Tesoro de la Lengua Guarani (o más bien, Tupi)*, como que identificando o Guarani ao Tupi ou, ao menos, apresentando-lhes as semelhanças.

Ademais, o Vocabulário na Língua Brasílica, o único dicionário da língua falada na costa brasileira no século XVI que chegou até nós, dá conta dessas diferenças (1952: 19, 105):

*Acerca que ou quasi que* – Çuer ou ajucauer, quasi q. o ouuera de matar. Seu diminutivo he Çueri. O **Tupi** diz Ço.

*Doente estar* – Xe mbaêacig. Xemarabor. Xe maraar. Este entre os **tupynambas** senifica estar ia muyto no cabo.

PERSPECTIVA TEÓRICA

Postos os termos como se acham acima, poder-se-ia mesmo concluir, apressadamente, que o designativo *Tupi* não seria o mais adequado para se referir à língua da costa brasileira nos séculos XVI e XVII. Sê-lo-ia, contudo, o termo *Tupinambá*? Edelweiss (1969) mostrou que não. O que queremos evidenciar, baseados em textos que Edelweiss não analisou, é que lhe assiste razão. Com efeito, muitas são as discordâncias verificadas nos domínios linguísticos do Tupi e do Tupinambá com os textos de Anchieta, o maior escritor naquela língua, e também com os de outros autores quinhentistas.

Em primeiro lugar, examinando-se o *Auto de São Lourenço*, representado pela primeira vez em Niterói, no ano de 1583, em pleno domínio do que Rodrigues (1986) chamou de *Tupinambá*, vemos inúmeros exemplos de emprego da variante dialetal Tupi e isso vinte anos depois de ter deixado Anchieta de residir na capitania de São Vicente, onde aquela variante era empregada. Na relação abaixo vemos alguns exemplos de emprego de temas verbais causativos (com o prefixo *mo-* ou *mbo-*) sem o pronome objetivo *i*, à maneira do Tupi vicentino:

- v. 104 – Abape eremoangaipa? (e não ereymoangaipa)
- v. 119 – erĩ aani amorãbue
- v. 145 – opacatu yamomba
- v. 189 – Namoangi, de moauyene.
- vv. 203-204 – ſ. ſebaſtião ae omondic tata çeçe
- v. 252 – Yamõba taba yãdune.
- v. 284 – Yamõgua moxi ruuba
- vv. 320-321 – Igaçepe caõy tuya aere yamomota
- v. 327 – nomoetei omonhangara
- v. 398 – Aracayate ombori
- v. 409 – Marã ejara omboribĩ
- v.v.442-443 – xe angaipa tubixagoera amoçene (...)
- v. 473 – pemoirõ pay Ieſu
- v.v. – 522-523 – caõyaya uçeya e, opacatu amboapi.
- v. 544 – Cotipe muru amoinge
- v. 596 – omõbab erimbae

(1989: 141-163)

Na amostra tomada acima, vemos que, em pleno domínio da variante dialetal Tupinambá, isto é, em Niterói, na Baía da Guanabara, temos o emprego da variante Tupi. Nos exemplos apresentados Anchieta não empregou o pronome objetivo *i* antes do prefixo causa-

tivo *mo-* ou *mbo-*. Assim, tomando por exemplo o verso 104, dever-se-ia dizer, em legítimo Tupinambá, supostamente falado na região em questão, Abape ereymoangaypab. Ora, com relação à queda da consoante *b*, neste último caso, isso seria perfeitamente justificável, uma vez que Anchieta escreve aí em versos e precisava de encontrar uma rima para *uixerobia*, do verso 101. Poder-se-ia argumentar que ele não queria escrever em dialeto Tupi, mas, tão somente, encontrar uma rima, eliminando, assim, o *b* de ereymoangaypab. Mas, como explicar a ausência do pronome *i* com um tema causativo com o prefixo *mo-*? Se Anchieta tivesse escrito ereymoangaypa (forma Tupinambá) continuaria a palavra a ter o mesmo número de sílabas de ereymoangaypa (forma Tupi). Assim, a queda das consoantes finais das formas verbais, como, por exemplo, nos versos 119 (amorãbue em vez de aymorãbuer) ou 145 (yamomba, em vez de yaymombab) pode ser explicada por questões de métrica e de necessidade de rima, mas não o uso das formas verbais causativas tais como o fez Anchieta nos exemplos acima considerados.

Ainda em pleno domínio suposto do Tupinambá, Anchieta utiliza formas verbais características do Tupi, fazendo cair a consoante final de verbos afirmativos (1980: 164-165):

- v. 625 – tocanhẽ perecopuera (em vez de tocanhem pe recopuera)
- v. 629 – Peçauçu pemonhangara (em vez de Peçauçub pemonhangara)
- v. 639 – Peyeauçubuca yxupe (em vez de Peyeauçubucar yxupe)

Em nenhum dos exemplos acima considerados o emprego da consoante final nas formas verbais alteraria o número de sílabas e, portanto, a métrica dos versos. Assim, não foi por questões de métrica que Anchieta empregou a forma apocopada, corrente entre os Tupi de São Vicente, em plena Baía da Guanabara, domínio suposto do Tupinambá.

Como vemos, o maior autor naquela língua considerada, e justamente em sua maior obra literária em língua indígena, o *Auto de São Lourenço*, desprezou aquilo que ele disse em sua *Arte de Gramática* acerca das variantes dialetais que haveria na língua falada na costa: ele empregou as duas variantes numa só obra, como que considerando irrelevantes e desprezíveis suas diferenças.



Em segundo lugar, a própria variante Tupinambá não era homogênea, conforme já o demonstrou Edelweiss (1969), analisando vocabulários correspondentes a três áreas geográficas diferentes em que estavam os Tupinambá: Guanabara, Bahia e Maranhão. Além disso, se chamarmos a língua falada no século XVI na costa oriental e setentrional brasileira de *Tupinambá*, estaremos desprezando variações apontadas, nessa mesma faixa costeira, para certos aspectos gramaticais. Ora, em pleno domínio do que Rodrigues (*op. cit.*) chama *Tupinambá*, o missionário gramático Luís Figueira, em sua *Arte da Língua Brasílica*, do século XVII, assinalou divergência morfosintática importante, qual seja, o emprego do modo indicativo circunstancial com formas nominais:

*Ndaerojái imaenduari.* – Nem por isso se lembra. (1687: 94)

*Quecé Pedro nderecé imaenduari.* – Ontem Pedro de ti se lembrou. (*ibidem*: 95)

*Quecé cãa rupi Pedro oguatabo çopari.* – Ontem, andando pela mata, Pedro perdeu-se. (*ibidem*: 95)

Ora, Anchieta diverge claramente de Figueira nessa questão, embora ambos tratem da mesma língua que Rodrigues chamou de *Tupinambá*. Diz Anchieta em sua *Arte*, que no modo indicativo circunstancial “*Os verbos que não tem artículos fazem no fim âmo, conforme a formação do seu gerúndio*” (...) (1946: 40)

Ora, os verbos que Figueira nos apresenta no exemplo acima são exatamente dessa categoria que Anchieta afirma deverem levar o sufixo *-amo*. Assim, o que Figueira escreveu *Ndaerojai imaenduari*, Anchieta escreveria *Ndaerojai imaenduaramo*, onde Figueira escreveu *çopari*, Anchieta escreveria *çoparamo*.

Ora, essa é uma diferença significativa e não somente léxica, mas morfosintática. Assim, a mesma distância que separaria o Tupi de São Vicente do Tupinambá do Rio de Janeiro separaria este do Tupinambá de Pernambuco (o de Luís Figueira).

Assim, Rodrigues, procurando identificar a Língua Brasílica ao Tupinambá, está a considerar somente a pronúncia da consoante final dos verbos afirmativos ou o uso do pronome objetivo *i* com verbos causativos, opondo o Tupinambá ao Tupi, mas despreza ou-

tros aspectos que tornam o Tupinambá da costa heterogêneo em suas formas. Se o Tupinambá não era uno, tal termo não merece o caráter de designativo genérico, pois se faria *tabula rasa* de aspectos morfossintáticos importantes que se diferenciavam na costa entre o Rio de Janeiro e o Maranhão, sem mencionarmos os aspectos léxicos que Edelweiss (*op. cit.*) já analisou.

## CONCLUSÃO

Assim, chamar a língua brasílica de *Tupinambá* não é absolutamente preciso, pois esta era uma variante dialetal e não uma língua propriamente dita. O Tupi era um dialeto de menor uso que o Tupinambá, mas este, por sua vez, não era o mesmo em toda a costa compreendida entre o Rio de Janeiro e o Maranhão.

O designativo *Tupi*, por sua vez, teve larga difusão, muita aceitação pelo povo em geral. Teve o caráter de um *denominador comum*, sendo um termo que entra na composição de outros, todos nomes de falantes da Língua Brasílica: *Tupinambá*, *Tupiniquim*, *Tupinaé*.

Num passo de seu auto teatral *Na Aldeia de Guaraparim*, Anchieta parece-nos sugerir que o termo *Tupi* poderia ser usado como um termo genérico para designar grupos indígenas diversos:

Paranagoçu raçapa  
ibitiribo guibebebo  
aço Tupi moangaipapa  
ae re muru mōbapa  
xe ratape ceroiquebo.

Bae apiaba paipo?  
Tupinaquijã que igoara.

Atravessando o grande mar,  
voando pelos montes,  
vou para fazer pecar os Tupi;  
depois disso, para exterminar os malditos,  
fazendo-os entrar comigo em meu fogo.

Que índios são esses?  
Os Tupinikin, habitantes daqui.  
(1989: 310, vv. 183-189)

Assim, se de fato Anchieta estava a empregar o termo *Tupi* como um genérico, é porque tal termo entra na composição de *Tupinikin*, de *Tupinambá* e de *Tupinaé*. Sendo usado como genérico, seria melhor que *Tupinambá* para designar a Língua Brasileira.

Embora as gramáticas de Anchieta (1595) e de Figueira (1621 e 1687) descrevam mais acentuadamente a variante Tupinambá, ainda que evidenciando diferenças que apresentava em si, como já mostramos, a literatura que Anchieta nos deixou (ele que foi o maior escritor nessa língua), está, grande parte dela, em dialeto Tupi, que ele aprendeu primeiro, quando viveu em São Paulo de Piratininga, de 1554 a 1562. Essa é mais uma razão pela qual cremos ser melhor chamarmos a Língua Brasileira de *Tupi*: boa parte de sua literatura (teatro e lírica) está nessa variante dialetal. Contudo, é preciso entender bem que não pensamos no Tupi de São Vicente quando designamos com tal termo a Língua Brasileira, mas numa generalização que, pelo que consta, o próprio Anchieta admitiu. Assim, por Tupi Antigo não queremos pensar no Tupi de São Vicente, mas naquilo que falavam os Tupi, os Tupinaé, os Tupinikin, os Tupinambá, os Tamoio, os Potiguar, etc., de forma tão generalista quando é a forma *Língua Brasileira*. O termo Tupi tem a vantagem de ser, ao que parece, um termo simples e não composto e, por outro lado, tem maior extensão que o termo Tupinambá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANCHIETA, José de. *Poesias*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.

———. *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil*. São Paulo: Anchieta, 1946.

EDELWEISS, Frederico. *Estudos Tupis e Tupi-Guaranis. Confrontos e Revisões*. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1969.

FIGUEIRA, Luís. *Arte de Gramática da Língua Brasileira*. Lisboa: Miguel Deslandes, 1687.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil e História da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Método Moderno de Tupi Antigo – A língua do Brasil dos primeiros séculos*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. *Línguas Brasileiras – Para o Conhecimento das Línguas Indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

———. Contribuição para a Etimologia de Brasileirismos. *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, v. 9, 1-54, 1958/1959.

VALLE, Leonardo do. *Vocabulário na Língua Brasileira*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP, 1952.

## **ESTUDO ACÚSTICO DA VOGAL [a] ISOLADA<sup>1</sup> E EM POSIÇÃO BASE DE DITONGO**

*Adriano Souza Dias (UFF)*

### **RESUMO**

Esta pesquisa foi desenvolvida pelos métodos da Fonética Experimental, a fim de se chegar a resultados precisos quanto à análise das vogais do português do Brasil. Primeiramente, estudamos a vogal [a], isolada, analisando suas qualidades físicas, como: duração, intensidade, frequência dos formantes, a seguir fizemos comparação com as mesmas características da vogal, base de ditongo, visando a obter as semelhanças e diferenças entre ambos os segmentos. Quanto à duração, pudemos constatar que a vogal isolada é mais longa do que a vogal, base do ditongo. Verificamos, também, que a vogal isolada é mais compacta do que a vogal em ditongo, uma vez que apresenta F1 mais alto e F2 mais baixo. A intensidade de ambas as vogais não revelou resultados relevantes. Vale ressaltar que foi constatada uma grande influência dos sons contíguos nas vogais analisadas.

**Palavras-chave:** Fonética acústica; vogais do português do Brasil; vogal a.

### **INTRODUÇÃO**

Este trabalho que desenvolvemos acerca da vogal [a] sozinha e em posição, base de ditongo, fez-nos constatar que podemos chegar a resultados surpreendentes que possam colaborar para uma descrição fonológica precisa desses segmentos.

Em Língua Portuguesa, há poucas pesquisas que tratam das vogais em ditongo e, do ponto de vista acústico, só temos conhecimento dos artigos de ZERLING & MOUTINHO e de MATA DA SILVA que abordam esse tema para o Português de Portugal. Assim, julgamos relevante desenvolver este estudo pelos métodos da Fonética Experimental.

Analisamos as características físicas, tais como: duração, intensidade e frequência (1º e 2º formantes) da vogal [a] isolada; posteriormente, analisamos esses mesmos itens para a vogal [a] em posição, base de ditongo, a fim de aferir as semelhanças e diferenças.

Esses segmentos vocálicos apresentaram diferenças relevan-

---

<sup>1</sup> Usamos desse termo para fazer oposição à vogal que não figura em posição base de ditongo, no entanto essas vogais aparecem, nos contextos estudados, juntamente com consoantes.

tes quanto à duração e à frequência dos formantes. Quanto à intensidade, não detectamos diferença significativa entre ambas as vogais.

## METODOLOGIA

Utilizamos, para a nossa pesquisa, 08 frases que contivessem as vogais a serem analisadas. Essas frases foram gravadas, por três informantes, naturais do Rio de Janeiro, em um estúdio especializado para fim proposto.

Após, esse material acústico foi transferido para um micro-computador do tipo PC-AMD K6 II 500, com 64 Mb de memória e placa *sound blaster* de 132 *bites* não-compartilhada.

Para a análise, fizemos uso do programa computacional de análise e tratamento da voz denominado *Winpitch*, projetado e desenvolvido pelo Engenheiro e Fonetista Doutor Filipe MARTIN, da Universidade de Toronto.

Esse programa é um analisador do sinal da fala, possibilita ao pesquisador uma análise em tempo real de frequência dos formantes e dos parâmetros prosódicos – Fo, intensidade e duração. Fornece espectrogramas de alta resolução, coloridos e monocromáticos e marcadores de tempo, que facilitam a segmentação do sinal. Permite que se selecione, de uma frase, um único segmento, a fim de ser analisado detalhadamente.

Selecionamos, primeiramente, as vogais silábicas isoladas e após as vogais, bases de ditongo, analisando a duração, a intensidade e os dois primeiros formantes (F1 e F2), no início, meio e fim da vogal. A seguir, procedemos a discussão dos dados e a conclusão.

Na descrição das vogais, analisamos todas as vogais idênticas a fim de se estabelecer uma média para a duração e a intensidade. Quanto ao timbre, descrevemos o campo de variação das vogais, ou seja, a menor e a maior frequência, em de F1 e F2. Em que concerne ao movimento dos formantes, fizemos a média de todas as vogais idênticas e a distância entre F1 e F2.

Quanto à discussão dos dados, comparamos a vogal [a] isolada e essa mesma vogal, em posição base do ditongo a fim de descre-

ve-las as suas semelhanças e diferenças.

### ANÁLISE E DESCRIÇÃO DA VOGAL [a] Vogal tônica [a] isolada

Duração e Intensidade das vogais			Campo de variação dos formantes			
Vogais	Duração	Intensidade	F1 se realiza	Variação	F2 realiza	Variação
[a]-1	0.071	40	de 602 a 732	130	de 1119 a 1205	86
[a]-2	0.126	39	de 732 a 861	129	de 1119 a 1291	172
[a]-3	0.134	37	de 645 a 818	173	de 1119 a 1378	259
—	<b>M=0.110</b>	<b>M=38</b>	<b>de 602 a 861</b>	<b>259</b>	<b>de 1119 a 1378</b>	<b>259</b>

A vogal tônica [a] tem uma duração média de 0.110 ms.

Essa vogal mostra F1 realizando-se entre 602 Hz e 861 Hz e F2 entre 1119 Hz e 1378 Hz. O campo de variação dos formantes registra 259 Hz, tanto para F1, como para F2.

A intensidade média dessa vogal é 38 dB.

#### *Média dos formantes da vogal [a] isolada e distância entre F1 e F2*

Posição	Início	Meio	Fim
F2	1133	1291	1147
F1	659	803	703
<b>Distância entre F1 e F2</b>	<b>659</b>	<b>488</b>	<b>444</b>

A partir da média de seus formantes, essa vogal mostra tanto F1, como F2 com uma tendência semelhante, pois registram uma ascensão, do início ao meio, sofrendo uma queda, em sua parte final.

#### *Vogal tônica [a], base do ditongo decrescente [aj]*

Duração e Intensidade das vogais			Campo de variação dos formantes			
Vogais	Duração	Intensidade	F1 se realiza	Variação	F2 realiza	Variação
[aj]-1	0.078	39	de 689 a 818	129	de 1119 a 1636	517
[aj]-2	0.063	31	de 689 a 775	86	de 1291 a 1894	603
—	<b>M=0.070</b>	<b>M=35</b>	<b>de 689 a 818</b>	<b>129</b>	<b>de 1119 a 1894</b>	<b>775</b>

A vogal tônica [a], base do ditongo decrescente [aj] tem uma duração média de 0.070 ms.

Essa vogal se realiza com F1 entre 689 Hz e 818 Hz, o que resulta num campo de variação de 129 Hz e F2 entre 1119 Hz e 1894

Hz, resultando numa variação de 775 Hz.

A intensidade média dessa vogal registra 35 dB.

***Média dos formantes da vogal [a] do ditongo [aj]  
e distância entre F1 e F2***

Posição	Início	Meio	Fim
F2	1205	1464	1765
F1	689	796	732
<b>Distância entre F1 e F2</b>	<b>516</b>	<b>668</b>	<b>1033</b>

Os formantes dessa vogal apresentam uma tendência distinta um do outro, pois F1 mostra uma ascensão, do início ao meio, e um decréscimo, no fim de sua realização, já F2 registra uma gradativa ascensão em toda a sua extensão.

Vale ressaltar que essas medidas mostram o final de F2 alto, o que é esperado, tendo em vista a influência da semivogal palatal [j], em posição contínua à sua realização.

***Vogal [a] do ditongo decrescente [aw]***

Duração e Intensidade das vogais			Campo de variação dos formantes			
Vogais	Duração	Intensidade	F1 se realiza	Variação	F2 realiza	Variação
[aw]	0,074	42	de 645 a 732	87	de 1033 a 1119	86

A vogal tônica [a] do ditongo decrescente [aw] tem uma duração de 0.074 ms.

Para essa vogal, F1 se realiza entre 645 Hz e 732 Hz, registrando um campo de variação de 87 Hz e F2 entre 1033 Hz e 1119 Hz, resultando numa variação de 86 Hz. Nota-se que essa vogal, durante a sua realização, apresenta uma sensível variação em seus formantes.

Essa vogal mostra uma intensidade de 42 dB.



***Média dos formantes da vogal [a] do ditongo [aw]  
e distância entre F1 e F2***

Posição	Início	Meio	Fim
F2	1076	1119	1033
F1	645	732	689
<b>Distância entre F1 e F2</b>	<b>431</b>	<b>387</b>	<b>344</b>

Quanto ao movimento dos formantes, observamos que tanto F1, como F2 apresentam uma ascensão, do início ao meio, e um decréscimo, em sua parte final. Podemos observar que, nessa vogal, F2 é mais baixo, em virtude da influência da semivogal velar [w] que está em posição contígua à sua realização.

***Vogal tônica [a], base do ditongo crescente [ʷa]***

Duração e Intensidade das vogais			Campo de variação dos formantes			
Vogais	Duração	Intensidade	F1 se realiza	Variação	F2 realiza	Variação
[ʷa]	<b>0.114</b>	<b>40</b>	<b>de 430 a 732</b>	<b>302</b>	<b>de 1335 a 1765</b>	<b>430</b>

Para essa vogal, ocorre uma duração de 0.114 ms.

Quanto ao timbre da vogal, observamos que F1 se realiza entre 430 Hz e 732 Hz, o que mostra um campo de variação de 302 Hz, e F2 entre 1335 Hz e 1765 Hz, registrando uma variação de 430 Hz..

A intensidade dessa vogal, durante a sua realização, alcança um limite de 40 dB.

***Formantes da vogal tônica [a] do ditongo crescente [ʷa]  
e distância entre F1 e F2***

Posição	Início	Meio	Fim
F2	1335	1507	1765
F1	732	775	430
<b>Diferença entre F1 e F2</b>	<b>603</b>	<b>732</b>	<b>1335</b>

Quanto aos formantes dessa vogal, podemos constatar que F1 apresenta uma ascensão, no meio, e um decréscimo, no fim de sua realização, enquanto F2 mostra uma gradativa ascensão em toda a sua extensão.

É importante lembrar que se a vogal anteceder a uma consoante aguda, o F2 pode subir em sua parte final, é, pois, o que ocorre com essa vogal, cuja realização precede à consoante / z /, fazendo F2

subir.

***Vogal átona [ɐ], base do ditongo crescente [ɐi]***

Duração e Intensidade das vogais			Campo de variação dos formantes			
Vogais	Duração	Intensidade	F1 se realiza	Variação	F2 realiza	Variação
[ɐi]	0,059	24	de 344 a 516	172	de 1205 a 1335	130

Essa vogal mostra uma duração de 0.059 ms. durante a sua realização.

Os seus formantes apresentam um movimento contrário, ou seja, enquanto F1 desce, enquanto F2 sobe. F1 está compreendido entre 344 Hz e 516 Hz, o que resulta num campo de variação de 172 Hz, já F2 se realiza entre 1205 Hz e 1335 Hz, registrando uma variação de 130 Hz.

A intensidade dessa vogal é 24 dB.

***Formantes da vogal átona [ɐ] do ditongo crescente [ɐi]  
e distância entre F1 e F2***

Posição	Início	Meio	Fim
F2	1033	1205	1291
F1	559	516	344
Diferença entre F1 e F2	474	689	947

Quanto ao movimento dos formantes, essa vogal registra, para F1, uma ascensão, do início ao meio, e um decréscimo, no fim de sua realização, enquanto F2 apresenta uma gradativa ascensão em toda a sua extensão.

Notamos que essa vogal mostra F2 baixo, por influência da semiconsoante [ɐ] que, por natureza, registra os formantes baixos, durante a sua realização.

DISCUSSÃO DOS DADOS

*Duração, Intensidade e Campo de Variação dos Formantes  
Vogal tônica [a] isolada*

Duração e Intensidade das vogais			Campo de variação dos formantes			
Vogais	Duração	Intensidade	F1 se realiza	Variação	F2 realiza	Variação
[a]-1	0.071	40	de 602 a 732	130	de 1119 a 1205	86
[a]-2	0.126	39	de 732 a 861	129	de 1119 a 1291	172
[a]-3	0.134	37	de 645 a 818	173	de 1119 a 1378	259
_____	<b>M=0.110</b>	<b>M=38</b>	<b>de 602 a 861</b>	<b>259</b>	<b>de 1119 a 1378</b>	<b>259</b>

*Vogal tônica [a], base do ditongo decrescente [aj]*

Duração e Intensidade das vogais			Campo de variação dos formantes			
Vogais	Duração	Intensidade	F1 se realiza	Variação	F2 realiza	Variação
[aj]-1	0.078	39	de 689 a 818	129	De 1119 a 1636	517
[aj]-2	0.063	31	de 689 a 775	86	de 1291 a 1894	603
_____	<b>M=0.070</b>	<b>M=35</b>	<b>de 689 a 818</b>	<b>129</b>	<b>de 1119 a 1894</b>	<b>775</b>

*Vogal tônica [a], base do ditongo decrescente [aw]*

Duração e Intensidade das vogais			Campo de variação dos formantes			
Vogais	Duração	Intensidade	F1 se realiza	Variação	F2 realiza	Variação
[aw]	<b>0.074</b>	<b>42</b>	<b>de 645 a 732</b>	<b>87</b>	<b>de 1033 a 1119</b>	<b>86</b>

*Vogal tônica [a], base do ditongo crescente [ɶa]*

Duração e Intensidade das vogais			Campo de variação dos formantes			
Vogais	Duração	Intensidade	F1 se realiza	Variação	F2 realiza	Variação
[ɶa]	<b>0.114</b>	<b>40</b>	<b>de 430 a 732</b>	<b>302</b>	<b>de 1335 a 1765</b>	<b>430</b>

*Vogal átona [ɐ], base do ditongo crescente [ɶɐ]*

Duração e Intensidade das vogais			Campo de variação dos formantes			
Vogais	Duração	Intensidade	F1 se realiza	Variação	F2 realiza	Variação
[ɶɐ]	<b>0.059</b>	<b>24</b>	<b>de 344 a 516</b>	<b>172</b>	<b>de 1205 a 1335</b>	<b>130</b>

A partir da média, verificamos que a vogal [a] isolada tem uma duração de 0.110 ms.; a vogal, base do ditongo decrescente [aj], 0.070 s.; a vogal, base do ditongo decrescente [aw], 0.074 ms.; a vogal tônica, base do ditongo crescente [ɶa], 0.114 ms. e a vogal átona, base do ditongo crescente [ɶɐ], 0.059 ms.

Percebemos que a vogal isolada, no geral, apresenta uma duração mais longa do que a vogal, base do ditongo.

Quanto ao timbre, notamos que a vogal isolada mostra F1 que se realiza entre 602 Hz e 861 Hz e F2 entre 1119 Hz e 13781 Hz, para ambos os formantes, registra-se um campo de variação de 259 Hz. A vogal, base do ditongo decrescente [aj] mostra F1 que se realiza entre 689 Hz e 818 Hz, o que representa uma variação de 129 Hz e F2 entre 1119 Hz e 1894 Hz, registrando um campo de variação de 775 Hz. Para a vogal, base do ditongo decrescente [aw], F1 oscila entre 645 Hz e 732 Hz, o que equivale a um campo de variação de 87 Hz e F2 entre 1033 Hz e 1119 Hz, significando uma variação de 86 Hz. A vogal tônica, base do ditongo crescente [ɕa] mostra F1 com um campo variacional de 302 Hz, realizando-se entre 430 Hz e 732 Hz e F2 com uma variação de 430 Hz e com realização entre 1335 Hz e 1765 Hz. Por fim, a vogal átona, base do ditongo crescente [ɕɐ] mostra F1 com realização entre 344 Hz e 516 Hz, representando uma variação de enquanto, para F2 a 172 Hz e F2 oscilando entre 1033 Hz e 1291 Hz, o que resulta num campo de variação de 258 Hz.

Dessa forma, no geral, constatamos que F1 possui um campo de variação maior para a vogal [a] isolada do que para a vogal [a], base do ditongo, assim como F2 mostra uma variação menor na vogal isolada [a] do que na vogal do ditongo. Essa tendência é esperada, haja vista que a vogal [a] é compacta, por excelência, apresentando, conseqüentemente, F1 não muito baixo e F2 não muito alto.

A vogal [a] isolada possui uma intensidade média de 38 dB, a vogal, base do ditongo decrescente [aj], 34 dB, a vogal átona, base do ditongo crescente [ɕɐ], 24 dB, a vogal, base do ditongo decrescente [aw], 42 dB, a vogal, base do ditongo crescente [ɕa], 40 dB.

***Média dos formantes e a distância entre F1 e F2  
Vogal tônica [a] isolada***

Vogal [aw]	Início	Meio	Fim	Média
F2	1291	1119	1181	1076
F1	659	803	703	688
Distância entre F1 e F2	474	488	416	388

**Vogal tônica [a], base do ditongo decrescente [aj]**

Vogal [aw]	Início	Meio	Fim	Média
F2	1205	1464	1765	1478
F1	689	796	732	739
<b>Distância entre F1 e F2</b>	<b>474</b>	<b>488</b>	<b>416</b>	<b>739</b>

**Vogal tônica [a], base do ditongo decrescente [aw]**

Vogal [aw]	Início	Meio	Fim	Média
F2	1076	1119	1033	1076
F1	645	732	689	688
<b>Distância entre F1 e F2</b>	<b>431</b>	<b>387</b>	<b>344</b>	<b>388</b>

**Vogal tônica [a], base do ditongo crescente [ua]**

Vogal [ua]	Início	Meio	Fim	Média
F2	1335	1507	1765	1535
F1	732	775	430	645
<b>Distância entre F1 e F2</b>	<b>603</b>	<b>732</b>	<b>1335</b>	<b>890</b>

**Vogal átona final [ɐ], base do ditongo crescente [ɐu]**

Vogal [ua]	Início	Meio	Fim	Média
F2	1033	1205	1291	1176
F1	559	516	344	473
<b>Distância entre F1 e F2</b>	<b>474</b>	<b>689</b>	<b>947</b>	<b>703</b>

**QUANTO AO MOVIMENTO DOS FORMANTES**

Constatamos que, na vogal isolada, bem como na vogal, base do ditongo decrescente [aw], os formantes apresentam a mesma tendência, ou seja, tanto F1, como F2 sobem, no meio, e descem, no fim de sua realização. Para a vogal, base do ditongo crescente [aw], F1 apresenta uma sensível subida, no meio, e uma brusca queda em sua parte final, já F2 mostra uma subida gradativa em toda a sua extensão. Por fim, a vogal átona final, base do ditongo crescente [ɐu] mostra, durante a sua realização, uma gradativa variação. Seus formantes registram uma tendência bem distinta, pois, F1 sobe, enquanto, F2 desce.

Notamos que a vogal, base dos ditongos crescente e decrescente apresenta F1 mais baixo do que a vogal isolada, o que torna, conseqüentemente, a vogal do ditongo menos posterior do que a vo-

gal isolada. A vogal, base do ditongo decrescente [aw], pela influência da semivogal velar [w], mostra F2 mais baixo, se comparada com as outras vogais. Para a vogal tônica do ditongo crescente [ua], registramos que F2 é mais alto, pois na passagem de [a] a [z] e depois [I], é natural que F2 seja mais alto, porque é contíguo a [z], que tem oscilações (ruídos) altos – agudemos.

A vogal isolada é, por excelência, compacta, porque F1 não é baixo e F2 não é alto, figurando na região central do espectro. É mais compacta do que a vogal do ditongo [aj] que registra F1 baixo, mas mostra F2 alto, também do que a vogal do ditongo [aw], pois possui F2 baixo, mas F1 também é baixo.

## CONCLUSÃO

A vogal [a] isolada é mais longa do que a vogal do ditongo.

Quanto aos formantes, F1 é mais alto e F2 é mais baixo, na vogal isolada do que na vogal do ditongo, o que é esperado, pois a vogal [a] isolada é uma vogal compacta, por excelência, enquanto que a vogal [a] em ditongo é menos compacta do que, quando isolada. Outro fato que merece atenção é que a vogal [a], em ditongo com a semivogal, é mais compacta do que a vogal em ditongo com a semiconsoante.

Não consideramos a intensidade como fator relevante para a análise dessa vogal.

Concluimos, ainda, que a vogal, base de ditongo, sofre uma grande influência da vogal assilábica, pois quando a vogal [a] aparece em ditongo com a assilábica [j], apresenta F2 mais alto, e quando figura no ditongo com a assilábica [w], F2 é mais baixo, o que é normal, pois essas vogais assilábicas apresentam, por natureza, F2 com essas características.

BIBLIOGRAFIA

- CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1970.
- FANT, Gunna. *Sound spectrography*. In: Actes du 4éme Congrès International de Phonétique. Hague: Mouton, 1962, p. 14-33.
- JAKOBSON, R., FANT, G. & HALLE, M. *Preliminaries to speech analysis, the distinctive features and their correlates*. 1952. Cambridge: MIT Press , Technical Report n° 13.
- LADEFOGED, Peter. *Elements of acoustic phonetics*. Chigago: University of Chicago Press, 1962/1996.
- MALMBERG, Bertil. *Manuel de Phonétique Générale*. Paris: Picard, 1974.
- . “Le problème du classement des sons du langage et quelques questions connexes”. In: *Studia Linguistica – Études de phonétique générale*. T. VI, 1952.
- MARTINS, Philippe. *Winpitch: Real time signal analysis for speech*. User’s Manual. Toronto: Pitch Instruments Inc, 1997.
- MATTA MACHADO, Mirian T. da. *Étude articulatoire et acoustique des voyelles nasales du portugais de Rio de Janeiro: Analyses radiocinématographique, sonagraphique et oscillographique*. Tese de doutorado, Université des Sciences Humanines de Strasbourg, 1981, 2v.
- PAGEL, Dário. *Étude acoustique des voyelles du portugais parlé à Blumenal `partir de la méthode sonagraphique*. Thèse de doctorat de 3 éme cycle. Strasbourg, Université des Sciences Humaines, 1981.
- STRAKA, G. “La division des nos du langage em voyelles et consonnes peut-elle être justifiée? In: *Les sons et les mots: choix d’études de phonétique et de linguistique*. Paris: Klincksieck, p. 59-141.
- ZERLING, J. P. & MOUTINHO, L. C. *Les diphtongues orales du portugais*. Étude acoustique préliminaire, In travaux de L’institute de Phonétique de Strasbourg, 1988, n° 28, pp. 177-201.

## **O FILÓLOGO E O FILOLOGISTA**

*José Pereira da Silva (UERJ)*

Apesar de não constar no Catálogo Brasileiro de Ocupações, o filologista está mais presente do que o filólogo em diversos ramos da atividade filológica brasileira, seja como docente, seja como pesquisador.

Como, entretanto, não é um profissional de uma ocupação oficial nem tem formação específica em Filologia, omite esta particularidade na descrição de suas atividades profissionais.

Quantos professores do ensino superior em nossos cursos de letras têm ensinado Filologia Românica, Filologia Portuguesa, Filologia Germânica, Filologia Clássica, Ecdótica ou Crítica Textual etc. e jamais se deu conta de que está desenvolvendo uma atividade filológica na ocupação de filólogo?

É até bastante natural que muitos deles se neguem a se considerar filólogos, pois de fato não o são; mas não deveriam omitir a sua condição de filologistas, termo muito pouco usado e que precisa ser restabelecido para registrar a situação atual da Filologia no Brasil.

Quantos de nossos colegas desenvolvem uma atividade de crítica textual, editando documentos importantes ou reeditando criteriosamente obras de grande interesse para a nossa cultura, acrescentando-lhes comentários lingüísticos, filológicos e literários, apesar de não terem uma formação especificamente filológica?

Antônio Houaiss (2001) diz que filólogo é o “estudioso ou conhecedor de filologia” e que filologista é o termo pouco usado para significar “especialista em filologia”, ciência que define como

- 1) estudo das sociedades e civilizações antigas através de documentos e textos legados por elas, privilegiando a língua escrita e literária como fonte de estudos;
- 2) estudo rigoroso dos documentos escritos antigos e de sua transmissão, para estabelecer, interpretar e editar esses textos;
- 3) o estudo científico do desenvolvimento de uma língua ou de famílias de línguas, em especial a pesquisa de sua história morfológica e fonológica baseada em documentos escritos e na crítica dos textos redigi-



dos nessas línguas (p. ex., filologia latina, filologia germânica etc.); gramática histórica;

4) estudo científico de textos (não obrigatoriamente antigos) e estabelecimento de sua autenticidade através da comparação de manuscritos e edições, utilizando-se de técnicas auxiliares (paleografia, estatística para datação, história literária, econômica etc.), especialmente para a edição de textos.

Para levar em consideração a definição oficial brasileira da ocupação do filólogo, do Ministério do Trabalho e Emprego, consulte a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 2002), na página virtual [www.mteco.gov.br](http://www.mteco.gov.br), cujo atalho para “FILÓLOGO” é <http://www.mteco.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=2614-05>), onde estão disponibilizadas muitas outras informações importantes a este respeito.

Alguns periódicos têm publicado informações sobre tais definições oficiais, como a *SOLETRAS*, disponível também na página <http://www.filologia.org.br/soletras/4/03.htm>, e a *Revista Brasileira de Filologia*, número 2, no prelo.

A elaboração da definição da ocupação de filólogo e todas as informações vigentes sobre suas atividades, formação etc. foi feita por uma comissão que contou com a participação dos filólogos: Bruno Fregni Bassetto, Evanildo Cavalcante Bechara, João Bortolanza, José Pereira da Silva e Luís Antônio Lindo.

Como a universidade brasileira praticamente deixou de formar filólogos a partir da última década para cobrir os seus próprios quadros, restam-nos abnegados filologistas, no conceito que lhe dá Gladstone Chaves de Melo (1957: 3), no trecho abaixo transcrito, começando pela definição de Filologia como “uma ciência positiva, histórica, com seu objeto formal nitidamente delineado, com seu método próprio e com uma grande soma de conclusões definitivamente estabelecidas.”

Estabelecendo a diferença entre “filólogo” e “filologista”, numa época em que ainda não existiam os cursos de mestrado e doutorado em Letras no Brasil, eis o que ele nos ensina (MELO, 1957: 3):

O primeiro seria o que conhece com segurança a Filologia, possui o método da ciência, está em dia com ela e, além disso, trabalha, com suas

pesquisas próprias, com suas investigações originais, para o progresso da especialidade. “Filologista” seria o que se contentasse com a primeira parte, isto é, o que conhecesse solidamente a Filologia e fosse senhor dos seus métodos, nada trazendo, porém, de contribuição pessoal.

Portanto, Antônio Houaiss consagrou a definição de filologista estabelecida por Gladstone Chaves de Melo, que entendia como filólogo aquele que, além de ser um especialista em Filologia, contribui na produção de conhecimentos na área ou na prática do trabalho filológico.

Gladstone acreditava que “ninguém devia fazer-se professor de Português, nem muito menos meter-se a gramático, sem conhecer Filologia, sem ser, pelo menos, filologista”. (*Op. cit.* p. 3-4)

Como era muito comum o autodidatismo, na época em que escreveu sua *Iniciação à Filologia Portuguesa*, ele fez questão de alertar pouco adiante (p. 4) para o seu perigo: “Não se improvisa um filólogo, nem mesmo um filologista. Ele deve ser formado. É um especialista, há de ter tido escola.”

Na época em que Gladstone Chaves de Melo escreveu isto, ser “filólogo” era uma honra muito grande, suplantando a de “lingüista”, de “gramático” e de muitas outras ocupações de letrados. Daí provém a sua preocupação com a formação do filólogo, que descreve como indicamos a seguir (*Op. cit.* p. 4-5):

O filólogo deve receber formação metódica, que lhe permita caminhar sem tropeços pelos caminhos de sua disciplina. Ele há de ser iniciado pacientemente no método da ciência, há de ter o espírito afeito à observação dos fatos, há de aprender a separar o joio do trigo. Importantíssima para ele é a aquisição dos fundamentos da ciência, onde se deve proceder por etapas, sem saltos, de maneira que as coisas se encadeiem bem.

Condição primária e indispensável é claro que é a vocação. E vocação significa “querer” e “poder”, isto é, ter pendor para a especialidade, ter gosto por ela, e possuir as qualidades necessárias – um certo grau de inteligência, amor ao estudo, espírito científico, humildade intelectual e, acima de tudo, amor à Verdade.

.....

Suposto que haja vocação, o mestre irá inculcando metodicamente no discípulo, a par das noções fundamentais, o processo do trabalho filológico. [Cf. BASSETTO, 2001: 43-62]

Porá o máximo empenho na construção dos alicerces. Dará grande apreço ao estudo da fonética histórica, por exemplo, para que mais tarde o aluno não vá naufragar na Etimologia,....

.....

Finalmente, o mestre terá de inculcar fundo no seu discípulo a importância da seleção dos textos. Conseguido o respeito ao texto, insistirá no cuidado em só se valer das boas edições, das edições fidedignas. O melhor meio para obter tal desiderato é mostrar, com muitos exemplos concretos, como se adulteram textos, fazendo assim ver que, não havendo o cuidado preliminar de escolher boas edições, corre o filólogo o sério risco de abonar um fato supostamente com VIEIRA, BERNARDES ou HERCULANO, quando realmente o está fazendo com um pobre editor, ignorante, sábio demais ou inescrupuloso.

Surgidos os cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Letras, a Universidade Federal do Rio de Janeiro criou o Mestrado e o Doutorado em Filologia Românica, que tiveram curta duração (cuja última tese foi defendida em 1998), apenas os pós-graduados titulados naquela especialidade passaram a ser considerados filólogos, além dos antigos, naturalmente, anteriores à existência de tais cursos.

Com formação específica em Filologia Românica, o último doutor diplomado no Brasil foi, no Rio de Janeiro, Emmanuel Macedo Tavares, restando alguns cursos de Linguística ou Letras com linhas de pesquisa voltadas para atividades filológicas, como os que continuam em atividade na USP, na UFBA e na PUC-Minas.

Nesta conjuntura, a Filologia, que teve seu auge na metade do século XX, perdeu toda a sua atratividade, passou a ser quase totalmente esquecida no final do século e somente agora começa a retomar fôlego, com uma defesa de tese e a efetivação de mais um ou dois professores doutores na USP, a criação de cursos de aperfeiçoamento e extensão, eventos, publicações etc. Naquela época (meados do século), brilharam ou começaram a brilhar algumas personalidades como Aires da Mata Machado Filho, Álvaro Ferdinando Sousa da Silveira, Antenor de Veras Nascentes, Antônio Geraldo da Cunha, Antônio Houaiss, Arthur de Almeida Torres, Augusto Meyer, Aurélio Buarque de Holanda, Basílio de Magalhães, Cândido Jucá (filho), Carlos Henrique da Rocha Lima, Celso Ferreira da Cunha, Clóvis do Rego Monteiro, Emmanuel Pereira Filho, Ernesto Faria, Gladstone Chaves de Melo, Hamilton Elia, Ismael de Lima Coutinho, Jacques Raimundo, Jesus Belo Galvão, Joaquim Brás Ribeiro, Joaquim Mat-

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

tos Câmara Júnior, José de Sá Nunes, José Rodrigues Leite e Oiticica, Júlio Nogueira, Junito de Souza Brandão, Lindolfo Gomes, Manuel Said Ali Ida, Mário Camarinha da Silva, Matilde Matarazzo Gargiulo, Modesto de Abreu, Olmar Guterres da Silveira, Otelo de Souza Reis, Othon Moacyr Garcia, Padre Augusto Magne, Quintino do Vale, Renato Mendonça, Rodolfo Augusto de Amorim Garcia, Serafim da Silva Neto, Sylvio Edmundo Elia, Vandick Londres da Nóbrega e outros, que se reuniram na Academia Brasileira de Filologia e no Círculo Linguístico do Rio de Janeiro.

Acredita-se que as atividades do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos e da Academia Brasileira de Filologia tenham desencadeado um movimento positivo para a Filologia e o número de profissionais das áreas de Linguística e Letras que passaram a atuar em ocupações filológicas cresceu bastante nos últimos cinco anos, abrindo bastante espaço para que os numerosos filologistas se tornem oficialmente filólogos, deixando de ser apenas conhecedores para serem praticantes das atividades filológicas.

Além de pouco utilizado, o termo “filologista” parece carregar uma carga negativa enorme, apesar de precisar apenas que não se trata de um profissional da Filologia, mas de um profissional da área de Linguística ou Letras que detém os conhecimentos da ciência filológica.

Doravante, é certo, o número de filologistas deverá crescer, mas não esperamos que eles se identifiquem com frequência como tais, pois é um termo carregado de semas positivos (o conhecimento da Filologia) e de semas negativos (a ausência de produtividade filológica), seja como produtor de conhecimentos, seja como utilitário dos métodos e técnicas filológicas na sua produção intelectual.

Mas é seguro que já estamos entrando na era em que o número de filologistas é crescente e animador para o desenvolvimento das ciências da linguagem e para a possibilidade teórica e prática de sua aplicação ocasional em outras atividades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*. São Paulo: Edusp, 2001, vol. 1.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss; Objetiva, [s/d.].

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia portuguesa*. 2ª ed. Refundida e aumentada com três mapas coloridos. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957.

SILVA, José Pereira da. A situação oficial brasileira do filólogo e do professor de filologia no Ministério do Trabalho e Emprego. In *SO-LETRAS: Revista do Departamento de Letras da Faculdade de Formação de Professores da UERJ*. São Gonçalo: UERJ, jul./dez. 2002, Ano II, N° 04, p. 28-36.

———. O filólogo e o professor de filologia na classificação brasileira de ocupações de 2002 do Ministério do Trabalho e Emprego. *Revista da Academia Brasileira de Filologia*. Rio de Janeiro, 2003, n° 2 [no prelo].

**NIHIL ENIM LACRIMA CITIUS ARESKIT  
A ORATÓRIA ROMANA  
E O PENSAMENTO RETÓRICO ARISTOTÉLICO**

*Ricardo Hiroyuki Shibata (UNICAMP)*

RESUMO

O objetivo deste artigo é examinar como a tradição retórica romana, em especial, Cícero e Quintiliano, leu e interpretou o problema da persuasão através do *ethos* – o caráter do orador – presente na *Retórica* aristotélica; problema este verdadeiramente central, pois, segundo Aristóteles, o *ethos* se constitui a mais importante das provas discursivas. Nesse sentido, das três categorias analíticas vinculadas ao *ethos* (prudência, virtude e benevolência) presente em Aristóteles, os retóricos romanos basicamente se ativeram a esta última, mesmo porque é a parte que melhor se enquadra nas *virtutes dispositiones*, mais especificamente, ao *exordium*, com particular enfoque nas expressões da *captatio benevolentiae*, e à *peroratio*; estrategicamente aquelas duas partes do discurso em que o orador mais deve se valer do uso das paixões para persuadir.

**Palavras-chave:** Aristóteles, Retórica, Ethos

Se a capacidade que o orador possui em envolver o auditório num determinado universo de sentido, persuadindo-o de que suas teses são verdadeiras e honestas, depende necessariamente da maneira pela qual o orador se apresenta em seu discurso, construindo uma imagem favorável de si-mesmo, então isto quadra perfeitamente com aquilo que a retórica antiga (grega e romana) denominava de “propriedades éticas” (*ethé*) da “voz” que os oradores conferiam ao discurso implicitamente através de sua maneira de dizer, ou seja, o feixe de qualidades que se mostra através de uma determinada maneira de se exprimir. Em particular, diz Maingueneau que:

A eficácia desses *ethé* está precisamente, vinculada ao fato de que de certo modo eles envolvem a enunciação sem serem explicitados no enunciado. O que o orador pretende ser, dá a entender e mostra: não *diz* que é simples e honesto, *mostra-o* através de sua maneira de se exprimir. O *etos*, está, dessa maneira, vinculado ao exercício da palavra, ao papel que corresponde a seu discurso, e não ao indivíduo ‘real’, apreendido independentemente de seu desempenho oratório: é portanto o sujeito de enunciação enquanto está enunciando que está em jogo aqui.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Cf. MAINGUENEAU, Dominique. O *etos*. In: —. *O Contexto da Obra Literária*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 137-138. Os itálicos são do original.

Entretanto, para a tradição retórica antiga, pressente-se, a questão desse “dizer” e sua maneira mais específica de se mostrar e exprimir não foi vista nem tratada de modo homogêneo, conquanto seja patente que a tradição retórica romana foi, em grande medida, tributária das considerações de Aristóteles – o que os historiadores da Retórica em muitos momentos, embora com vieses diferentes, já o disseram. O que talvez nunca ficou muito claro foi qual o percurso exato e as dimensões analíticas dessa apropriação e qual o rendimento hermenêutico que essa “releitura” de Aristóteles forneceu para a tradição romana.

O que caberia, então, realizar, aqui, é descrever e analisar aquilo que parece ser realmente pertinente: quais as definições de *ethos* propostos por Aristóteles e pela retórica romana (penso, sobretudo, em dois grandes sistematizadores da arte retórica romana: Quintiliano e Cícero), e como esses retores romanos se aproximam ou se distanciam das considerações de Aristóteles.

A escolha da questão do *ethos* ganha em pertinência, pois, dentre as provas “artísticas” – aquelas que dependem do método da arte retórica em oposição àquelas que dependem de condições externas (testemunhos, confissões obtidas sob tortura e fatos congêneres) -, é justamente, das três provas argumentativas engendradas pelo discurso – *logos*, *pathos* e *ethos* -, este último constitui quase a mais importante das provas. Segundo o entendimento de Aristóteles, sem dúvida alguma, esse papel de protagonista no palco da enunciação e de sua ação sobre o auditório rivaliza com certas proposições interpretativas modernas que aproximam (perigosamente) a retórica daquilo com o qual guarda semelhanças e disjunções – sua antístrofe, sua outra face – a dialética; ao proceder assim, parece relegar a segundo plano aquilo que constitui verdadeiramente o substrato mais essencial da retórica, ou seja, suas relações com a ética e a política – as duas ciências “arquitônicas” que perseguem o mesmo fim, pois o bem para o homem é o mesmo tanto para o indivíduo quanto para a cidade.

Mais precisamente, logo nos lances iniciais do Livro I de sua *Retórica*, Aristóteles afirma que “Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em

pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exato e que deixam margem para dúvida. É, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador; pois não se deve considerar sem importância para a persuasão a probidade do que fala, como aliás alguns autores dessa arte propõem, mas quase se poderia dizer que o caráter é o principal meio de persuasão”.<sup>3</sup> Se o *ethos*, então, constitui o pilar fundamental em que se assentam as demais provas discursivas, é justamente porque o orador que mostrar, através de seu discurso, um “caráter honesto” será aquele que mais parecerá digno de fiança para seu auditório. Trata-se, aqui, de um sentido moral estrito, vale dizer, o uso adequado da *epieikeia* (“honestidade”) que só pode ser corretamente avaliada em relação ao quadro mais amplo de virtudes consideradas superiores e desejáveis.

Porém, em outro lugar da mesma retórica, justamente na parte do Livro III que trata da adequação do estilo ao assunto tratado, Aristóteles afirma que “o rústico e o instruído não falam do mesmo modo”<sup>4</sup>, o que equivale a dizer que o tema e o estilo escolhidos devem ser adequadamente apropriados pelo orador em relação à construção do *habitus* (*hexis*) de um determinado tipo social.

Para Ekkhard Eggs, as diferentes proposições das passagens dos Livros I e III residem naquilo que reflete a passagem de um “sentido moral” a um “sentido neutro”: o primeiro refere-se ao campo semântico mais próximo da honestidade, benevolência e equidade; o segundo, à objetividade do que reside nos hábitos, costumes e caracteres. Ambos demonstram, ao não serem exclusivas, porém complementares, a constituição das duas faces necessárias de toda atividade argumentativa.<sup>5</sup> Em outras palavras, essa “fiança” que acaba por se definir como “condições de sinceridade” do discurso responde a questão: para o primeiro, por que (em termos morais) o auditório pode acreditar verdadeiro o discurso do orador; para o segun-

---

<sup>3</sup> ARISTÓTELES. *Retórica*. I, 2,1356a. Todas as citações da *Retórica* de Aristóteles são feitas a partir da edição da Imprensa Nacional – Casa da Moeda (Lisboa, 1998, com tradução e notas de M. Alexandre Júnior, Paulo F. Alberto e Abel N. Pena).

<sup>4</sup> *Ret.* III, 7, 1408a.

<sup>5</sup> EGGS, Ekkhard. *Ethos aristotélicien, conviction et pragmatique moderne*. In: AMOSSY, Ruth (dir.). *Images du Soi dans le Discours*. La construction de l'ethos. Paris: Delachaux et Niestlé, 1999, p. 32.



do, da configuração de um tipo social com seus costumes e práticas característicos, cuja formulação compreende o retrato bem delineado de um personagem, que pode ou não coincidir com o orador ele mesmo e seus traços biográficos implícitos e explícitos. Neste último, trata-se de ajustar o que se diz com aquilo que se espera de um determinado tipo social e seus caracteres, o que remete para um “lugar objetivo” em que está em jogo (apenas?) a habilidade de o orador construir a verossimilhança dramática de um personagem.

Ainda para Eggs, a solução dessa aporia de base reside na articulação entre a evocação de um conjunto de valores morais – uma Ética – presente no auditório e manejada pelo orador em seu discurso e o ajuste adequado a um lugar objetivo, socialmente determinado e marcado. Isto remete, por sua vez, estrategicamente, aos próprios limites em que se assenta a Retórica aristotélica, ou seja, qual a operação intelectual que assegura a relação de possibilidade e pertinência da proposição fundante de “descobrir especulativamente o que em cada caso é persuasivo” com a credibilidade do orador como “efeito de seu discurso” – este, sustentado naquilo que é exterior ao próprio discurso: os valores morais e os tipos sociais <sup>6</sup> Assim, pode-se dizer que a própria articulação dos elementos persuasivos e aglutinados num ethos particular no âmbito da argumentação deve contemplar o que exatamente escapou da argumentação apodítica e de sua base fortemente silogística.

Numa passagem, Aristóteles afirma que “três são as causas que tornam persuasivos os oradores e a sua importância é tal que por elas nos persuadimos, sem necessidade de demonstrações (*apódeixis*). São elas a prudência (*phrónesis*), a virtude (*areté*) e a benevolência (*eunoia*). Quando os oradores recorrem à mentira nas coisas que dizem ou sobre aquelas que dão conselhos, fazem-no por todas essas causas ou por algumas delas. Ou é por falta de prudência que emitem opiniões erradas ou então, embora dando uma opinião correta, não dizem o que pensam por maldade; ou sendo prudentes e honestos (*epieikés*), não são benevolentes; por isso é admissível que embora sabendo eles o que é melhor, não o aconselham. Para além destas, não há nenhuma outra causa”.<sup>7</sup> Assim, a construção do ethos

---

<sup>6</sup> Ret. I, 1356a.

<sup>7</sup> Ret. II, 1, 1378a. Os termos técnicos em grego foram salientados por Ekkhard Eggs (op.cit., p.34.) e Dominique Maingueneau (op.cit., p.137). A partir disso, pude rastrear e desdobrar

do orador dar-se-ia pelos argumentos e conselhos competentes e razoáveis, argumentando honesta e sinceramente, e pela amabilidade e solidariedade em relação a seu auditório, o que se resume à sabedoria prática do que é racional, à virtude do que é moralmente bom e à simpatia/solidariedade do que é movido pelas paixões.

Eis então, até aqui, o conceito mais extenso daquilo que para Aristóteles constituem as três linhas de força do ethos. Assim, é necessário precisar melhor em que medida e até que ponto o entendimento aristotélico vincula essas linhas com seus modos particulares de constituição. Conquanto elas se aglutinem, formando um todo unitário e coeso, destacando-se do que diz respeito àquilo que é exclusivo do logos e do pathos – os dois outros tipos de provas –, pode-se pressentir que de certo modo o ethos também lhes é tributário.

Na parte muito conhecida e muito comentada do Livro VI da *Ética a Nicômaco*, aquela dedicada justamente às virtudes dianoéticas (também denominadas de intelectuais), Aristóteles afirma que a parte racional da alma (*dianóia*) é dividida em duas partes: uma, a parte científica (ou *epistemonikón*), a qual pertenceriam todas as ciências teóricas; e a outra, calculadora (*logistikón*), a qual estariam vinculadas todas atividades contingentes e que dependem da deliberação humana. Se, em ambas, a finalidade é a verdade; em particular, na primeira, tem em vista a busca da verdade pura e simples de como são as coisas; e, na segunda, a verdade prática, resultado da ação a partir da escolha bem calculada dos meios necessários para se alcançar um determinado fim.

E é justamente essa capacidade de bem deliberar, de calcular os meios necessários para atingir um fim que se constitui a prudência (a *phrónesis*), pois entra em jogo quando “julga-se que é cunho característico de um homem dotado de sabedoria prática/prudência o poder deliberar bem sobre o que é bom e conveniente para ele, não sob um aspecto particular, como, por exemplo, sobre as espécies de coisas que contribuem para a saúde e o vigor, mas sobre aquelas que

---

seus conceitos em Aristóteles, tomando por base as reflexões de Eggs (op.cit.), de Nancy Sherman (“The habituation of character”, In: SHERMAN, Nancy (ed.). *Aristotle's Ethics*. Critical Essays. Boston: Rowman & Littlefield, 1998, p.231-260), e de John Cooper (Ethical-political theory in Aristotle's Rhetoric. In: FURLEY, David J. & NEHAMAS, Alexander. *Aristotle's Rhetoric*. Philosophical Essays. Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 200).

contribuem para a vida boa em geral”.<sup>8</sup> Sem a demanda especulativa da razão apodítica, dogmática, dedutível e aplicável independentemente do caso concreto, a prudência é sabedoria prática capaz de encontrar os conselhos razoáveis em vista de uma situação concreta, cujo fundamento está na aplicação do paradigma, vale dizer, o princípio que afirma que casos parecidos devem ser tratados do mesmo modo e que assim procedendo o auditório estará em consonância com a virtude em suas ações. Ou seja, como ninguém delibera sobre aquilo que inevitável (“as coisas que não podem ser de outro modo”, diz Aristóteles) ou sobre o que é impossível fazer, determina-se assim que o escopo da sabedoria prática está distante do âmbito das demonstrações e das coisas cujos primeiros princípios são invariáveis.

É, por isso, que Aristóteles definiu como grande modelo do sábio e prudente, isto é, o homem dotado de *phrónesis*, Péricles, não filósofos como Anaxágoras ou Tales, por exemplo, porém o grande líder político que administrara Atenas irrepreensivelmente, pois ele governou segundo o que era bom para si mesmo e para os homens em geral.<sup>9</sup> Entretanto, para aqueles que desejarem bem governar seus Estados, cabe ainda certo domínio das paixões – a temperança –, porque, conquanto o prazer e a dor não interferem no juízo quando se trata de demonstrações lógicas, é possível que as ações sejam cor-

---

<sup>8</sup> Cf. ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Nova Cultural, 1987: VI, 5, 1140a28.

<sup>9</sup> André Motte afirma, ao estabelecer as diferenças entre as “virtudes intelectuais” (a *sophía* e a *phrónesis*), que “l’action vertueuse ne dépend pas seulement d’une capacité intellectuelle à discerner le bien concret. Elle implique parallèlement que soit droitement orientée l’âme appétitive qui est le siège des désirs et qui, non rationnelle en elle-même, participe au principe raisonnable dans la mesure où elle lui obéit. Il convient donc de faire place, à côté de la vertu intellectuelle dans le domaine pratique, à une vertu éthique, vertu du caractère qui différencie elle-même en plusieurs aréai selon la diversité des objets. Bien que formellement distinctes, la *phrónesis* et *areté etiké* sont cependant indissociables: elles ne peuvent exister l’une sans l’autre”. (Cf. Cicéron et Aristote. A propos de la distinction entre la *sophía* et la *phrónesis*. In: *Aristotelica*. Mélanges offerts à Marcel de Corte. Cahiers de Philosophie Ancienne, n.3. Bruxelles/Liège: Éditions Ousia/Presses Universitaires de Liège, 1985, p. 263-303). Para Pierre Aubenque, a figura de Péricles é central quanto aos usos e atribuições da prudência: “le politique symbolisé par Périclès se trouve érigé en modèle d’une vertu dont Aristote ne dit pas qu’elle est une vertu seulement politique, et qui se trouve dès lors proposée à l’imitation de l’homme privé aussi bien que public. En accordant une place à Périclès dans la galerie des portraits éhiques, Aristote réintègre l’expérience proprement politique dans l’expérience morale de l’humanité” (Cf. *La Prudence chez Aristote*. Paris: Presses Universitaires de France, 1963, p.55).

rompidas por o juízo ser induzido em direção à satisfação de um prazer.<sup>10</sup> Assim pensando, se a phrónesis não é apenas capacidade racional, ela também não pode ser considerada arte, pois, como virtude moral, não pode admitir aperfeiçoamento, uma vez que já é perfeição em si mesma, e, além disso, é preferível que se saiba errar voluntariamente a acertar por acaso, o que equivale a afirmar que, definitivamente, quem erra por conhecimento é sábio, porém quem acerta involuntariamente é, sem dúvida alguma, ignorante. Mas também há outra vantagem em relação à arte e à ciência: uma vez adquirida, a prudência não pode ser esquecida, mesmo porque o cálculo racional – esse uso da razão que pesa todas as possibilidades de escolha – e o momento de sua aplicação segundo uma práxis específica estão íntima e complementarmente inter-relacionados.<sup>11</sup>

Esse “bem deliberar” acerca das coisas humanas e daquilo que pode ser objeto de deliberação com vistas àquilo que pode ser alcançado através da ação demanda outro requisito, esse de dificuldade não de caráter analítico, porém do que requer o próprio caráter das coisas particulares: a experiência de vida. Ou seja, para Aristóteles:

Tampouco a sabedoria prática [prudência] se ocupa apenas com universais. Deve também reconhecer os particulares, pois ela é prática, e a ação versa sobre os particulares. É por isso que alguns que não sabem, e especialmente os que possuem experiência, são mais práticos do que outros que sabem; porque se um homem soubesse que as carnes leves são digestíveis e saudáveis, mas ignorasse que espécies de carnes são leves, esse homem não seria capaz de produzir a saúde; poderia, pelo contrário, produzi-la o que sabe ser saudável a carne de galinha.

Ora a sabedoria prática diz respeito à ação. Portanto, deveríamos possuir ambas as espécies de sabedoria, ou a segunda de preferência à primeira.<sup>12</sup>

Mais especificamente, o caráter absolutamente pragmático próprio da prudência exige o conhecimento dos casos individuais, pois a ação se produz somente em casos particulares, o que requer, por sua vez, certa experiência, que é, de fato, o conhecimento desses

---

<sup>10</sup> Para uma análise mais detalhada sobre a virtude da temperança na ética aristotélica, ver YOUNG, Charles M. Aristotle on Temperance. *Philosophical Review*, october 1988, v. XCVII, n.4, p. 521-542.

<sup>11</sup> EN, VI, 5, 1140b10-30.

<sup>12</sup> EN, VI, 7, 1141b15-23.

particulares. Todavia, não menos, deve-se possuir, em alguma medida, o conhecimento do universal, uma capacidade arquitetônica apta a fornecer as linhas estruturais e diretrizes mais amplas, uma vez que deve saber aplicar ao caso particular uma característica mais geral. Dessa forma, a melhor forma de raciocínio é o silogismo prático, em que se pode distinguir a finalidade, a premissa maior, a premissa menor e uma conclusão, que se efetiva pela escolha de uma ação a ser empreendida. Dito de outra maneira, Aristóteles diz que para produzir a saúde (ação), é necessário saber que as carnes leves são saudáveis (característica universal) e que a carne de galinha é leve (caso particular), e que, portanto, a carne de galinha é saudável (aplicação do universal ao particular). Em nenhum momento Aristóteles afirma que os jovens não possam se tornar sábios ou bons geômetras, isto é, que possam adquirir o conhecimento dos universais ou os princípios básicos e a essência desse conhecimento, contudo a prudência é uma espécie de sabedoria do particular imediato que se percebe após anos de experiência prática.<sup>13</sup>

Nesse sentido, a limitação da juventude não é naquilo que versa acerca da premissa maior e do conhecimento do universal, mas da premissa menor, isto é, a respeito do contingente e do particular, ou dos meios para se atingir um determinado fim. Isso é confirmado quando Aristóteles diz que “a obra de um homem só é perfeita quando está de acordo com a sabedoria prática e com a virtude moral; esta faz com que seja reto o nosso propósito; aquela, com que escolhemos os devidos meios”<sup>14</sup>, ou ainda: “a escolha não será certa sem sabedoria prática, como não o seria sem virtude. Com efeito, uma determina o fim e a outra nos leva a fazer coisas que conduzem aos fins”<sup>15</sup>, mesmo porque, para aquele que deseja ser prudente, é necessário possuir a capacidade de deliberar retamente sobre os meios em relação a um fim bom – de outro modo não é prudência, mas simples astúcia ou mera habilidade – com temperança, o que é sinal de um bom caráter.

---

<sup>13</sup> EN, VI, 8, 1142a10-25. Ver também BERTI, Enrico. *As Razões de Aristóteles*. São Paulo: Loyola, 1998, p. 151. Pierre Aubenque (op.cit.) afirma que “la prudence est donc comme l'expérience, et ce n'est pas par hasard que l'une comme l'autre sont attribuées aux politiques comme Périclès, qui unissent, dans une synthèse à chaque fois singulière, la capacité des vues d'ensemble et le sens du particulier” (p.60).

<sup>14</sup> EN, VI, 12, 1144a7-9.

<sup>15</sup> EN, VI,13, 1145a3-6.

Entretanto, conforme diz Enrico Berti, para se evitar cair na falsa impressão de um círculo vicioso em que para se deliberar bem, a partir do bem agir, segundo os pressupostos da virtude, dependa-se necessariamente de se orientar para o fim bom em posse da virtude, Aristóteles distingue duas formas de virtudes: uma “natural”, inata e da qual não se pode ter mérito, porque exclui a capacidade racional do cálculo e da escolha, sendo fruto do bom nascimento e da boa educação; outra, virtude propriamente dita, que se adquire através do hábito e do agir bem. “A primeira é pressuposta pela *phronesis*, enquanto a segunda é produzida por ela”.<sup>16</sup>

Assim, a prudência é prescritiva, pois ao fazer coisas que conduzem ao fim, só o faz através de prescrições não em relação ao fim, mas em relação aos meios, assim como a medicina faz prescrições não acerca da saúde, mas das enfermidades que acometem o corpo para produzir saúde; do contrário, seria sustentar que “os deuses são governados pela arte política porque esta faz prescrições a respeito de todos os assuntos do Estado”.<sup>17</sup>

Portanto, a prudência é capacidade do orador em encontrar argumentos e conselhos razoáveis, segundo um princípio único (um paradigma) de situações concretas que merecem ser tratadas de modo semelhante. No que tange ao *ethos*, a prudência é a virtude *diánoética* (ou *habitus* intelectual), isto é, aquela dedicada à parte racional e calculativa da inteligência que descobre que certos exemplos possuem uma linha de encadeamento que podem ser utilizados para satisfazer a contento o método indutivo de persuasão.

---

<sup>16</sup> BERTI, Enrico, *op.cit.*, p.155. E, para a citação: EN, VI, 12, 1144b14-17. David Ross explica de modo bem didático que “a paradox is involved in Aristotle’s assertion that we become good by doing good acts; how can we do good acts if we are not ourselves good? He proceeds to explain that there is a difference between the acts that create and those that flow from the good disposition. Even in the arts there is a partial parallel; it is possible to talk good grammar, for instance, without knowing the rules of grammar. But in arts it is the doing the right thing that matters, whereas we do not say that a man is virtuous or acts virtuously unless he does the act (1) knowing he does, (2) choosing the act, and for its own sake, and (3) as the result of a permanent disposition. Thus the paradox disappears; the actions that produce virtue are not in their inner nature but only in their external aspect like those that virtue produces. Aristotle here lays finger with precision on the distinction between the two elements involved in a completely good action – (a) that the thing done should be the right thing to do in the circumstances, and (b) that it should be done from a good motive”, Cf. *Aristotle*. London/New York: Routledge, 1995, p. 201.

<sup>17</sup> EN, VI, 13, 1145a6-11.

Ora, coordenada a esta parte está outra, a virtude ética por excelência. Para Aristóteles, “a virtude é, pois, uma disposição de caráter relacionada com a escolha e consistente numa mediania, isto é, a mediania relativa a nós, a qual é determinada por um princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria prática [prudência]”.<sup>18</sup> Essa teoria da medida exata em relação às práticas morais refere-se também à capacidade de ação discursiva (como não poderia deixar de ser) do ethos. Da mesma forma, entretanto, a configuração daquele “que fala no discurso” depende necessariamente, não menos, do acerto quanto ao controle de si – o sangue-frio que o corajoso deve possuir em arremetidas perigosas –, isto é, da mobilização calculada de emoção a ser empregada – longe, portanto, da impassibilidade completa do sábio estóico –, uma vez que “a sabedoria prática também está ligada ao caráter virtuoso e este à sabedoria prática, já que os princípios de tal sabedoria concordam com as virtudes morais e a retidão moral concorda com ela. Ligadas que são também às paixões, as virtudes morais devem pertencer à nossa natureza composta. Ora, tais virtudes são humanas; por conseguinte, humanas são também a vida e a felicidade que lhes correspondem”.<sup>19</sup>

Os bravos [corajosos] são tão indômitos quanto pode sê-lo um homem. Por isso, embora temam também as coisas que não estão acima das forças humanas, enfrentam-nas como devem e como prescreve a regra, a bem da honra; pois essa é a finalidade da virtude. Mas é possível temê-las mais ou menos, e também temer coisas que não são terríveis como se o fossem. Dos erros que se podem cometer, um consiste em temer *o que* não se deve, outro em temer *como* não se deve, outro *quando* não se deve, e assim por diante; e da mesma forma quanto às coisas que inspiram confiança. Por conseguinte, o homem que enfrenta e que teme as coisas que deve e pelo devido motivo, da maneira e na ocasião devidas, e que mostra confiança nas condições correspondentes, é bravo [corajoso]; porque o homem bravo sente e age conforme os méritos do caso e do modo que a regra prescreve [grifos meus].<sup>20</sup>

Quer dizer, esta “justa medida” é disposição do espírito que denota não um comportamento fixo, pois deve levar em conta, como afirma Aristóteles, o “o que”, “como”, “quando”, as variáveis da situação concreta mostrando-se em escolhas efetuadas em ato. Dessa forma, afirmar que alguém é “medroso” ou “temerário” – os extre-

---

<sup>18</sup> EN, II, 6, 1106b36.

<sup>19</sup> EN, X, 8, 1178a15.

<sup>20</sup> EN, III, 7, 1115b10-20.

mos da coragem – equivale a dizer que não só se possui essa disposição, mas também que alguém se comportará de tal modo quando a situação requerer sua intervenção. Conforme Mckeon, isto corresponde e retoma as quatro características da definição de virtude ética do Livro II da *Ética a Nicômaco*: “(1) a habit or state of character, (2) concerned with choice, (3) lying in a mean relative to us, and (4) determined by a rational principle, or the principle by which a man of practical reason or prudence would determine it”.<sup>21</sup> Nesta última, reconhece-se perfeitamente que o que distingue a virtude de seus extremos é o fato de ela ser sempre expressão de uma escolha deliberada e razoável, ou seja, que ela está associada a prudência.

Portanto, as ações virtuosas devem ser um exercício da escolha livre do agente baseada na deliberação racional dos meios a serem utilizados e dos fins a serem atingidos. Obviamente, da mesma forma que a prudência, os meios não podem ser escolhidos ao acaso, pois mesmo que se atinjam os fins desejados, não há virtude sem escolha racional; como foi dito, acertar sem deliberar é sorte ou habilidade (no limite, ignorância), mas não virtude.

Isto fica particularmente claro quando, em outro passo, Aristóteles examina a questão da magnificência, uma das virtudes ligadas ao uso das riquezas pecuniárias. Para ele, ela está ligada a todas as ações que envolvem gastos pecuniários em grande escala, assim não se confundindo com a liberalidade, porém, distanciada de seus extremos indesejáveis – de um lado, por falta, a mesquinhez; de outro, por excesso, a vulgaridade e o mau gosto -, pela circunstância e modo adequado de sua aplicação. O magnificente, para Aristóteles, é justamente aquele que alia o dispêndio com gastos vultosos e ostentatórios com o decoro da situação, realizando-o com largueza e prazer, visto que o cálculo preciso convém ao avarento, tendo em conta, como todas as virtudes, a honra e a excelência para si mesmo, e a admiração, como obra de arte bem acabada, dos espectadores. Assim, a magnificência convém a tudo aquilo que se relaciona com o culto religioso (construção de monumentos, ofertas votivas, sacrifícios rituais) e com a ambição cívica (manutenção de exércitos, espetáculos públicos de pompa), sinalizando estrategicamente a expres-

---

<sup>21</sup> McKEON, Richard. *Introduction to Aristotle*. Chicago/London: Chicago University Press, 1973, p. 33.



são mais adequada do caráter e dos recursos do agente, isto é, da grandeza e prestígio daqueles que obtiveram suas riquezas através de seus próprios esforços, de herança, de amigos, ou por nascimento nobre; relaciona-se, não menos, com as ocasiões esporádicas e relevantes, como as bodas e congêneres, ocasiões festivas da cidade, reuniões de pessoas de posição hierárquica superior, boas-vindas e despedidas de hóspedes estrangeiros, ou mesmo relaciona-se com a decoração e cuidados com a própria casa, adornando-a com objetos valiosos e duradouros.

Nesse sentido, essa articulação entre os usos da magnificência e seus objetos de aplicação revela de modo incontestado que a magnificência não se resume a qualquer dispêndio excessivo, mesmo porque deve necessariamente levar em conta os atos racionais de pesar e avaliar em cada caso o que é digno e aquilo que resulta em acréscimo à reputação do agente. Sem isto, cai-se nos precipícios da vulgaridade daquele que gasta mais do que é justo em objetos sem importância por puro prazer da ostentação, ou daquele que faz questão de bagatelas e que hesita e lamenta por pequenas somas.<sup>22</sup>

No entanto, a parte mais representativa da retórica em que Aristóteles examina a questão da virtude é aquela em que se desvelam os critérios do que é justo ou injusto no gênero judiciário. Ali, diz ele:

Os actos que devem ser perdoados são próprios da equidade, e é equitativo não julgar dignos de igual tratamento os erros e os delitos, nem as desgraças. Ora as desgraças são acções inesperadas e feitas sem perversidade, os erros são acções não inesperadas e feitas sem maldade, mas os delitos não são inesperados e fazem-se com maldade; pois o que é provocado pelo desejo faz-se por maldade. É igualmente próprio da equidade perdoar as falhas humanas. Também olhar, não para a lei, mas para o legislador; não para a palavra, mas para a intenção do legislador; não para a acção em si, mas para a intenção; não para a parte, mas para o todo; não para o que uma pessoa agora é, mas para o que ela sempre foi ou tem geralmente sido. Também lembrarmo-nos mais do bem do que do mal que nos foi feito, e dos benefícios recebidos mais do que dos concedidos. Também suportar a injustiça sofrida. Também desejar que a questão se resolva mais pela palavra do que pela acção.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> EN, IV, 2.

<sup>23</sup> Ret. I, 13,1374b.

Então, para Aristóteles, a questão da virtude é, antes de tudo, questão de equidade, uma vez que se refere não ao juiz e aos tribunais, mas ao recurso de alguma arbitragem para a causa em litígio, porque se o juiz indaga a respeito da qualificação legislativa e jurídica conforme as instâncias da lei, o árbitro olha para outros princípios que poderiam eximir o réu de culpa e das penalidades. Por conseguinte, a equidade se aproxima da noção de prudência, pois se esta corresponde à verdade e à qualidade do discurso, sem sua qualidade ética, mas racional; aquela garante que os argumentos serão eticamente justos e equitáveis, conforme a situação concreta.

Ora, pode-se reconhecer assim que o sentido mais específico de “virtude ética” para Aristóteles no âmbito da retórica é justamente aquele de “equidade”, isto é, que o orador deve julgar não como o juiz o faz, mas como árbitro. O que equivale ainda a dizer que, em vista disso, o *ethos*, como prova retórica, possui um forte mecanismo procedural dependente de critérios reais e funcionais (e não atitudes interiores ou de base simplesmente especulativa), mesmo porque a estrutura e o julgamento do escopo persuasivo do discurso depende do auditório; se o discurso falhar em seus intentos, isto se deve única e exclusivamente ao orador, pois, como o justo e o injusto não são evidentes por si-mesmos a despeito de serem “mais fortes que seus contrários”<sup>24</sup>, cabe ao orador encontrar o conjunto de procedimentos lingüísticos mais adequados à persuasão.

É por isso que Aristóteles enumera em sua retórica os lugares-comuns e as regras de inferência concernentes a cada gênero do discurso em particular. Segundo o *methodos* proposto, os lances decisivos da estratégia argumentativa devem se fundar nos meios que permitam ao orador parecer razoável e confiável a partir do conjunto de virtudes à sua disposição. Parecer – eu disse –, de fato, não significa de modo algum qualquer esforço de manipulação ou contrafação da verdade e da virtude, porém, isto sim, fazer com que o justo e verdadeiro se imponham porque se é honesto e sincero. A mentira, a falácia, o logro e todas as formas de calculadas de mascarar falsos argumentos para vencer a qualquer preço são absolutamente condenáveis. Não há engano em sentido extra-moral, mesmo porque a retórica aristotélica pressupõe (Perelman já o disse) em contrapartida uma

---

<sup>24</sup> Ret. I, 1, 1355a21.

forte base ética. Aqui, é o “justo meio”, o termo de referência que dá o tom para harmonizar e atar todas as virtudes, pois assim como o covarde e o temerário (em relação ao corajoso), o gastador e o avaro (em relação ao magnífico), erram por se localizar em extremos, da mesma forma quem argumenta, tendo em vista seu próprio interesse particular e não o bem comum, topa pela frente com a mediania da virtude política, vale dizer, uma instância que é superior a todos “animais políticos” tomados um a um.

As instâncias de legitimação do discurso – sua integridade retórica e discursiva –, para o entendimento de Aristóteles, tende a responder a questão fundamental do que seria do justo, do bom e do belo se o discurso não conseguisse traduzi-los adequadamente. Pode-se entender melhor, então, qual o aspecto central da crítica aristotélica contra a sofística, que se deve não apenas ao caráter equivocado das operações lógicas retiradas de pressupostos falaciosos, como se demonstra nos *Tópicos*, mas ao âmbito mais extenso de sua aplicabilidade nos negócios do Estado: não se pode vencer o adversário pelo erro. Mas também, a retórica que persuade até os deuses como pretendia Sócrates de nada vale no burburinho da ágora, pois “o discurso científico é próprio do ensino, e o ensino é aqui impossível, visto ser necessário que as provas por persuasão e os raciocínios se formem de argumentos comuns, como já tivemos ocasião de dizer nos *Tópicos* a propósito da comunicação com as multidões”.<sup>25</sup>

O que implica que para persuadir, a partir desses “argumentos comuns”, é necessário levar em conta os *topoi* e os saberes que são aglutinados em torno de um *ethos* adequado à idade, à condição social, às instituições e ao *habitus* do auditório – realizar aquilo aquele *ethos* “objetivo” ao qual nos referimos anteriormente – com as paixões características de cada um.<sup>26</sup> Isto fica muito mais claro, quando na *Política*, Aristóteles define o homem como “animal político (cívico)” com capacidade de falar e de pensar<sup>27</sup>, vale dizer, um ser dotado

---

<sup>25</sup> Ret. I, 1, 1355a24.

<sup>26</sup> Aristóteles fala de “fortunas” (nobres, ricos e poderosos) não de “status social” (Ret. II, 12, 1388b), distinguindo ao lado das héxeis uma segunda espécie de *ethos*: as classes (genos) de homens diferenciados conforme a idade (jovem, adulto e velho), o sexo (homem e mulher) e a nacionalidade (Ret. III, 7 1408a); essas “classes” mostram comportamentos emocionais e sociais que não são necessariamente – como as héxeis – o resultado de uma escolha.

<sup>27</sup> ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.5: 1378a6.

de paixões (“animal”) voltado para o âmbito da comunidade de homens (ethos) através da razão (“falar e pensar”). Sua héxis, seu modo particular de se apropriar, condensar e de manifestar essas três dimensões, constitui seu ethos; e só orador que conseguir mostrar em seu discurso o mais alto grau dessas três dimensões convencerá realmente.<sup>28</sup>

Como, então, por princípio, é necessário respeitar os *topoi* e os “argumentos comuns”, decorre que também é necessário mostrar um ethos adequado à idade e ao status social e que se adapte o discurso às disposições do auditório. Ora, isto explica porque Aristóteles, no Livro II, a parte mais “patética” de sua retórica, dedica especial atenção a constituição dos caracteres. Assim, a “captação da benevolência” (assim é que eu traduzo, talvez muito interpretativamente, a noção aristotélica de *eunoia*) do auditório para o orador depende da estrutura da correta incorporação da tridimensionalidade do pathos: a expressão adequada do tema a ser tratado, do ethos do orador e do ethos do auditório.

Por exemplo, se alguém é vítima de injustiça, é necessário mostrar graus variáveis de cólera, piedade e indignação. Essas variações são realizadas dependendo do tipo de injustiça e da situação em que foi cometida, da idade, status social ou caráter do orador e da constituição ética do orador. Ora, a conveniência da aplicação da expressão afetiva é julgada pelo auditório a partir de dois sistemas de inferência e de avaliação: a tópica das paixões e a semiótica das paixões. A primeira permite inferências dedutivas a partir de situações-tipo ou de cenários ligados a afetos determinados. O esquadro em que se inserem as expressões de cólera são legítimas apenas quando se trata de “um ato de negligência ou de desprezo contra nós ou contra os nossos, e este ato não nos parece justificado”.<sup>29</sup> A segunda constitui-se nos signos do corpo (movimentos, gestos, mímicas, modo de falar) capazes de apresentar indícios da paixão que está sendo comunicada. Essas expressões físicas das paixões formam a “corporalização” do discurso. Ambos permitem ao auditório declarar o grau de conveniência ou inconveniência do orador em relação ao pathos. Esta capacidade de julgamento nasce, portanto, de um sistema nor-

---

<sup>28</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>29</sup> Ret. II, 2, 1378a30.

mativo que julga a manifestação do sentimento justo e adequado num dado cenário e diante de um auditório determinado. Do ponto de vista epistemológico, o ethos é a última instância de avaliação sobre a conveniência das manifestações de pathos<sup>30</sup>, mesmo porque, aglutinando prudência, virtude ética e benevolência (codificação e uso das paixões):

A sabedoria prática [prudência] também está ligada ao caráter virtuoso e este à sabedoria prática, já que os princípios de tal sabedoria concordam com as virtudes morais [éticas] e a retidão moral concorda com ela.

Ligadas que são também às paixões, as virtudes morais devem pertencer à nossa natureza composta [aquela referida pela passagem citada da *Política*]. Ora, tais virtudes são humanas; por conseguinte, humanas são também a vida e a felicidade que lhes correspondem.<sup>31</sup>

De fato, para seguir de perto Michel Meyer, as paixões, segundo a retórica aristotélica, são estados da alma que dizem respeito à resposta em relação ao auditório, ou mais precisamente a imagem que ele faz do orador, e não, como nos domínios da ética, da pessoa considerada isoladamente.<sup>32</sup> Como a retórica tem em vista persuadir um determinado auditório, são as paixões que ele possui ou que se considera que ele possui, que formam o “jogo de imagens” e a estrutura do discurso. Não é à toa então que só na *Retórica* é que se encontram a indignação e a vergonha, pois elas são imagens-respostas daquilo que articula e estabelece a identidade passional do auditório e do orador. Isto demanda um “ajuste da distância” quer seja para retificá-la ou transformá-la completamente nos gêneros deliberativo e judiciário, quer para sancioná-la e ratificá-la no gênero epidítico. Neste, em particular, aquele que louva ou censura deve estar numa posição de autoridade e, portanto, num estrato superior (um lugar da superioridade).<sup>33</sup>

---

<sup>30</sup> Cf. EGGS, Ekhard, op.cit., p.48.

<sup>31</sup> EN, X, 8, 1178a15-20.

<sup>32</sup> Daí, o número de paixões elencadas na *Retórica* serem em número superior a aquelas descritas na *Ética*. Nesta, há onze (cólera, temperança, virtudes concernentes ao dinheiro, virtudes concernentes à honra, virtudes concernentes à raiva, quasi-virtudes, justiça, continência, prazer, amizade e felicidade); naquela, quatorze (cólera, calma, amor, ódio, segurança, temor, vergonha, impudência, favor, compaixão, indignação, inveja, emulação e desprezo).

<sup>33</sup> MEYER, Michel. Prefácio. In: —. *A Retórica das Paixões*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. xli.

De qualquer forma, as paixões possuem função reflexiva e se incluem no rol daquela imagem que se faz do auditório, exercendo função epistêmica e informando sobre orador e sobre o modo como o auditório age no orador. Aqui, pode-se discernir que as paixões são representações (mesmo até representações de representações); que visam à identidade do orador relativamente ao auditório ao qual ele se destina; que variam conforme o auditório é considerado superior, inferior ou igual ao orador; em que concorre a imagem que auditório faz de si mesmo em relação ao orador (o auditório pode se imaginar mais forte e superior, sem de fato sê-lo).

Ainda com Meyer, se alguém se acha superior a outrem, agirá com desprezo aumentando a distância entre eles; agirá com cólera, se julgar que alguém se mostra superior ao que não é; e nada temerá, se esse alguém nada poderá fazer; se alguém receber um bem sem merecimento, haverá indignação, porém se receber um agravo imerecido, será digno de piedade.<sup>34</sup> Nesse mesmo sentido, Ekkhard Eggs afirma que:

S'il s'agit de défendre quelqu'un qui a dû subir une injustice de la part de l'accusé, il faut montrer un plus ou moins grand degré de pitié, colère ou d'indignation. Ce degré variera selon le thème, c'est-à-dire le type d'injustice et la situation où celle-ci a été commise, mais aussi selon l'ethos de l'orateur, à savoir son âge, son statut social ou son 'caractère'; ce degré dépendra enfin de la 'constitution éthique' de l'auditoire.<sup>35</sup>

E vem a propósito que é através de sua expressão formal – aquela “objetividade” do ethos, a que nos referimos no início de nosso estudo – que se encerra o circuito da construção do ethos a seu efeito. Aristóteles diz, no Livro III, que a expressão será conveniente se expressar a analogia entre emoções e caracteres com os assuntos estabelecidos:

O discurso será “emocional” se, relativamente a uma ofensa, o estilo for o de um indivíduo encolerizado; se relativo a assuntos ímpios e vergonhosos, for o de um homem indignado e reverente; se sobre algo que deve ser louvado, o for de forma a suscitar admiração; com humildade, se sobre coisas que suscitam compaixão. E de forma semelhante nos restantes casos. O estilo apropriado torna o assunto convincente, pois, por

---

<sup>34</sup> *Idem, ibidem*, p. XLVIII.

<sup>35</sup> Cf. EGGS, Ekkhard, *op.cit.*, p. 47.

paralogismo, o espírito do ouvinte é levado a pensar que aquele que está a falar diz a verdade.<sup>36</sup>

É por isso que os oradores que “disserem palavras suaves com dureza e palavras duras com suavidade, o discurso não se torna persuasivo”; por outra, a manutenção da conveniência entre as expressões patéticas e o conteúdo do discurso faz com que o auditório compartilhe o “mesmo estado de espírito” do orador.<sup>37</sup> Aqui, o julgamento daquilo que é conveniente ou não depende de um sistema normativo – uma “ética das paixões”<sup>38</sup> mais do que uma “retórica das paixões” – que avalie se as manifestações “objetivas” dos sentimentos que o orador realiza no discurso está em conformidade com o auditório ao qual se destina, com a situação de enunciação, com o assunto de que trata.

**(Continua no número 28)**

---

<sup>36</sup> Ret. III, 7, 1408a.

<sup>37</sup> Ret. III, 7, 1408b.

<sup>38</sup> Cf. EGGS, Ekkhard, *op.cit.*, p.49.

## **O ASPECTO SEMÂNTICO NA FORMAÇÃO DE PALAVRAS DIVERGÊNCIAS ENTRE O ENSINO E A REALIDADE NO PORTUGUÊS**

*Maria Regina Pante (UEM)*

### **RESUMO**

Já há algum tempo a lexicologia deixou de abordar os processos de formação de palavras apenas considerando seus aspectos formais. Hoje, os diversos processos responsáveis pela ampliação do léxico vêm recebendo um tratamento diferenciado, com base em aspectos não só formais, mas também, fonológicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos, o que tem gerado diversas pesquisas com resultados bastante interessantes. No entanto, apesar de todos os avanços, as gramáticas tradicionais ainda insistem em seguir o que prescreve a NGB, influenciando, por conseguinte, os nossos livros didáticos, que, via de regra, apenas trazem, quando trazem, listas de prefixos, sufixos e elementos de composição, e seus respectivos significados, como se não houvesse outra possibilidade semântica. Tal restrição prejudica o ensino que, embora tenha sofrido mudanças e se voltado para a gramática contextualizada, ainda insiste no ensino de formações sem considerar tais aspectos, provando o aluno da possibilidade de compreender melhor os fatos da língua. Como proposta, apresentamos a análise semântica do morfema *não* em formações dicionarizadas ou não, evidenciando sua crescente produtividade e sua polissemia, dependendo do contexto morfossintático em que está inserido.

### **Palavras-chave:**

**lexicologia, formação de palavras, derivação, composição, semântica, ensino.**

### **INTRODUÇÃO**

Já há algum tempo a lexicologia deixou de abordar os processos de formação de palavras considerando apenas o critério morfológico. Hoje, em tais processos há uma confluência entre morfologia e outros segmentos da gramática, como a fonologia, a semântica, a sintaxe e a pragmática. Sob essa nova perspectiva de análise dos processos de formação de palavras, vamos abordar de que forma o morfema *não* é descrito nas gramáticas tradicionais, nos dicionários e na literatura em geral, bem como os diversos significados que ele pode apresentar, dependendo do contexto morfossintático em que está inserido.



### **O morfema não: prefixo ou elemento de composição?**

Entende-se por derivação prefixal ou prefixação o acréscimo a uma base de um elemento, o prefixo, o qual, na maioria das vezes, é de origem grega ou latina, conservando, geralmente, uma relação de sentido com o radical a ser derivado. Em gramáticas da língua portuguesa e, conseqüentemente, nos livros didáticos, há, via de regra, extensas listas de prefixos gregos e latinos acompanhados de seus respectivos significados. Essa preocupação reflete a tentativa de dar conta do significado final de todas as palavras que trazem em sua formação um mesmo prefixo e/ou sufixo, ou seja, espera-se que o falante, a partir dessa lista de elementos, possa automaticamente reconhecê-los em palavras formadas, depreendendo, assim, o seu significado final.

O problema reside no fato de que na grande maioria das vezes tais elementos apresentam diversos significados, dependendo da base à qual eles se agregam. Ex.: fazer/defazer (idéia contrária);quieto/inquieto/desinquieto (idéia de reforço).

Outros aspectos também são abordados, como o fato de que os prefixos só se agregam a adjetivos e a verbos e não são responsáveis pela mudança da classe gramatical, função essa que cabe somente ao sufixo.

No entanto, observando atentamente os dicionários e, principalmente as formações recentes, percebe-se que tal não é a realidade de nossos prefixos, haja vista formações como: *desamor*, *inverdade*, *não-governamental*. Não bastassem tais contradições, ainda temos a imposição da falsa idéia de que prefixos são formas presas e, isoladamente, não possuem sentido. Como abordar, então, elementos que, dependendo do contexto morfossintático, desempenham funções distintas, a exemplo do *não*, na formação acima?

Elementos como esses no português atual são usados como formas livres e por isso, segundo alguns autores, podem entrar no processo de composição. Kury & Oliveira (*apud* Monteiro, 1991:128) admitem a existência de prefixos auxiliares da derivação e outros mais ligados à composição.

Monteiro (1991) entende que é preciso levar em conta os critérios da produtividade e da autonomia, a fim de diferenciar raiz e

prefixo. Para ele, morfemes que têm autonomia em um dado contexto frasal devem ser considerados formas livres, principalmente se a esse critério for acrescentado o da possibilidade de receber morfemas criando novos vocábulos.

No entanto, o morfema *não*, figura como forma livre (advérbio de negação), mas não é uma raiz, já que não serve de base para a formação de novas palavras.

\* \* \*

A composição é um processo de formação no qual são unidos dois ou mais vocábulos que possuem significação própria que, segundo Coutinho (1969: 175), combinam-se para representar uma idéia nova e única.

Para Melo (1981: 154), “*Na composição se juntam dois ou mais vocábulos de vida autônoma na língua, assumindo o composto sentido novo. Essência de tal processo é a combinação ocasional de elementos preexistentes*”.

Para Said Ali (1931), os elementos da composição podem ser dois substantivos, unidos diretamente ou por preposição; dois adjetivos; adjetivo mais substantivo; pronome adjunto ou numeral mais um substantivo; uma partícula (preposição ou advérbio) mais nome ou verbo; e verbo com substantivo ou com outro verbo. No caso dos compostos com partículas adverbiais ou preposicionais, o autor traz exemplos com os advérbios *bem* e *mal*: *bem-afortunado*, *maldizer*, *mal-intencionado*, etc.

Se atentarmos para esta postura de Said Ali, veremos que o morfema *não*, a exemplo de *bem* e *mal*, é um advérbio que pode formar compostos que apresentam flexão apenas no segundo elemento: *bem-aventurados*, *mal-intencionados*, *não-fumantes*, etc. Além do mais, as gramáticas tradicionais, embora não façam qualquer referência a essa possibilidade do emprego de *não*, apresentam exemplos com outros advérbios: *sem-terra*, *sem-teto*, em que apenas o último elemento flexiona em número.

Foge ao escopo deste trabalho analisar as possibilidades de análise desse morfema. O que nos interessa no momento é abordar as

formações com esse elemento, com base nos vários sentidos que pode apresentar. Quer prefixo, quer elemento de composição, o que se percebe é que os autores, ao abordarem o morfema *não*, não atentam para o fato de que, semanticamente, ele nem sempre nega o sentido da base à qual se agrega. Enquanto forma livre traz uma significação bastante clara: negar a idéia contida em um verbo ou em uma frase inteira e, além do mais, não se presta à criação de novos elementos no léxico. Anteposto a uma base, no entanto, a situação é bastante distinta: amplia, de maneira considerável, o léxico.

Essa situação, porém, não é tão simples como parece. À primeira vista, o falante de língua portuguesa pode pensar que, a exemplo do que acontece com o advérbio homônimo *não*, a idéia do prefixo é sempre a de negação. Tal situação, como veremos, nem sempre ocorre.

#### OS DIVERSOS SIGNIFICADOS DO MORFEMA *NÃO*

Para a presente análise tomamos por base os dicionários *Novo Aurélio Século XXI* e *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (doravante Aurélio e Houaiss), e, em seguida, analisamos alguns números da revista *Veja* e artigos esparsos do jornal *Folha de São Paulo*. Constatamos que, nos dicionários, o morfema *não* é citado como *advérbio de negação* e, às vezes, como interjeição. Não há, portanto, qualquer referência à possibilidade de seu emprego como elemento formador de novas palavras. Apesar disso ambos apresentam várias entradas com esse elemento. Quanto ao aspecto semântico do morfema *não*, se tomarmos a significação de negação dada ao advérbio para analisá-lo nas formações dicionarizadas, bem como naquelas que vêm surgindo com freqüência, veremos que, nem sempre, a idéia de negação está presente. Há, além dela, outras como a de *ausência/falta, oposição/recusa/abstenção, falha*, que alteram semanticamente o produto da formação.

#### ANÁLISE DAS FORMAÇÕES

Analisados os *corpora*, observamos que o *Aurélio* registra 67 verbetes prefixados por *não* e o *Houaiss* registra 53, dos quais alguns

são coincidentes. Já na *Folha de São Paulo*, extraímos alguns exemplos em textos diversos, a fim de comprovar a crescente produtividade dessas formações.

Excetuando-se formas como *não-me-toques*, *não-me-deixes*, etc., ou seja, verdadeiros sintagmas que, no momento, fogem ao escopo de nosso trabalho, resta-nos o morfema *não* empregado diante de várias bases, apresentando acepções diversas, tais como: *abstenção*, *ausência*, *falha*, *falta*, *oposição*, *negação*:

- *abstenção*: privação, impedimento, ato de não intervir;
- *ausência*: estado ou condição de ausente; falta; carência;
- *falha*: defeito;
- *falta*: ato ou efeito de faltar; ausência; privação;
- *negação*: ato de negar; rejeição, recusa;
- *oposição*: ato ou efeito de opor-se; vontade contrária; antagonismo, contrariedade, contestação, réplica, objeção, refutação.

Vejamos a ocorrência desse morfema com idéias distintas:

#### NEGAÇÃO/IDÉIA CONTRÁRIA (MORFEMA NÃO + ADJETIVO)

*não-alinhado*, *não-aromático*, *não-arredondado*, *não-beligerante*, *não-combatente*, *não-compartilhado*, *não-conformista*, *não-conservativo*, *não-contável*, *não-distribuído*, *não-empresarial*, *não-engajado*, *não-essencial*, *não-euclidiano*, *não-existente*, *não-formal*, *não-fumante*, *não-governamental*, *não-holonômico*, *não-holônimo*, *não-iluminado*, *não-intervencionista*, *não-inversor*, *não-letrado*, *não-ligado*, *não-linear*, *não-lingüístico*, *não-localizado*, *não-natural*, *não-nulo*, *não-operacional*, *não-orientável*, *não-participante*, *não-passeriforme*, *não-periódico*, *não-saturado*, *não-segmental*, *não-seletivo*, *não-simétrico*, *não-singular*, *não-tendencioso*, *não-verbal*, *não-viciado*, *não-viesado*, *não-vocálico*, *não-volátil*.

Vê-se que todos eles são passíveis de uma paráfrase em: “que não é ou não está X, em que X é uma base nominal, ou, ainda, “que

não é um ser que pratica a ação expressa por X”, em que X é uma base verbal.

Diante de substantivos, no entanto, o *não* apresenta sentidos diversos:

*OPOR-SE A / NEGAR A / RECUSAR-SE A*  
(MORFEMA *NÃO* + SUBSTANTIVO)

*não-agressão, não-alinhamento, não-beligerância, não-conformismo, não-discriminação, não-engajamento, não-violência.*

Nesses exemplos, o que se percebe é que ocorre a oposição do sentido da base. Assim, temos a paráfrase: “agir contrariamente (a), recusar-se (em)”: à agressão (agredir), ao alinhamento (alinhar), à guerra (guerrear), ao conformismo (conformar-se), à discriminação (discriminar), ao engajamento (engajar-se) e à violência (violar/praticar a violência).

*AUSÊNCIA/FALTA* (MORFEMA *NÃO*+ SUBSTANTIVO)

*não-asonância, não-contradição, não-cooperação, não-cumprimento, não-intervenção, não-popularidade, não-intervencionismo, não-poder, não-proliferação, não-sofrer, não-sofrimento.*

Esses exemplos, ao contrário dos acima elencados, não apresentam uma idéia de *recusa, oposição* ou *negação*, mas a de *falta de algo, ausência*. Assim, podem ser parafraseados por “falta/ausência de: assonância, contradição, cooperação, cumprimento, intervenção, popularidade, intervencionismo, poder, proliferação, sofrer, sofrimento.

*NEGAÇÃO* (MORFEMA *NÃO* + SUBSTANTIVO)

*não-existência, não-ficção, não-metal, não-padrão, não-salariado, não-ser.*

Esses exemplos, por sua vez, não trazem a idéia de *negar-se a/recusar-se a/opor-se a*, nem a de *falta/ausência de algo*, mas sim a de *negação de algo*, em seu sentido estático, e podem ser parafraseados por “que não é X ou que não apresenta X, em que X é elemento

determinado (substantivo ou elemento substantivado). Percebe-se que as paráfrases “*que se recusa a existir*” ou “*que falta existência*” não podem ser empregadas nesses contextos, pois aqui cabe tão e somente a idéia de *negação*, pura e simplesmente, a exemplo do que acontece com os adjetivos precedidos de *não*: *que não existe, que não é ficção, que não é metal, que não é padrão, que não recebe salário ou que não é assalariado, que não é um ser ou que não é ser*.

### FALHA (MORFEMA *NÃO*+ SUBSTANTIVO)

*não-disjunção.*

Esse exemplo, empregado em Citologia, foi o único que apresentou a idéia de falha: “falha na separação adequada de duas cromáticas, ou de dois cromossomos homólogos durante a divisão celular”, ou seja, o esperado é que ocorra a disjunção/separação, mas isso não acontece, ocorrendo, então, a falha.

Buscamos, ainda que em um *corpus* restrito, ocorrências de novos elementos com o morfema *não* e, após termos analisado os verbetes dicionarizados, passamos à recolha de elementos em textos jornalísticos, a fim de comprovar a produtividade desse morfema na formação de novos vocábulos e em que tipos de textos isso ocorria com maior freqüência. Escolhemos o jornal *Folha de São Paulo*, e alguns números da revista *Veja*; aquele foi cuidadosamente analisado, durante um período de trinta dias, e esta última, foi tomada, de forma aleatória, em textos de diversos gêneros.

No que se refere à *Folha de São Paulo*, constatamos que tais neologismos são mais freqüentes em textos políticos, estando ausentes de outros cadernos do mesmo jornal. Notamos, ainda, que nem todas as formações encontradas nessas edições de textos jornalísticos estão registradas em um dos dicionários analisados, fato que pode sugerir uma crescente produtividade: *não-pagamento, não-unânime, não-biológico, não-vencidos, não-segurança, não-pobres, não-atendimento*. Já a revista *Veja* apresentou neologismos em textos de gêneros diversos, tais como: *não convencional, não-hierarquia, não descritas, não realizadas, não satisfeitas*.

Percebe-se que tais exemplos, nenhum dos quais dicionarizados, encaixam-se perfeitamente no quadro acima descrito. Assim, temos: o morfema *não* diante de adjetivos com o sentido de negação; *não-unânime*, *não-biológico*, *não-vencidos*, *não-pobres*, *não convencional*, *não descritas*, *não-realizadas*, *não-satisfeitas*, em que encontramos, o emprego do hífen em todos os verbetes da *Folha*, mas não nos da *Veja*, que procurou seguir o que prescreve Houaiss: quando empregados como adjetivos, não se deve colocar hífen. Os substantivos, no entanto, foram todos empregados com hífen, a exemplo dos dois dicionários consultados, e apresentaram o sentido de falta/ausência: *não-pagamento*, *não-segurança*, *não-atendimento*, *não-hierarquia*.

Por meio desse quadro de possibilidades semânticas do emprego de *não* diante de diversas bases, é possível observar o grau de dificuldade encontrado na compreensão de tal processo. O levantamento apresentado acima, embora possa permear possibilidades claras de regras com esse morfema, ainda é insuficiente, já que os dicionários analisados não trazem, na maioria das vezes, os verbetes contextualizados e sim, o seu significado isolado, neutro. É preciso, para uma maior exatidão do emprego de *não*, um levantamento mais sistemático nos mais variados tipos de textos, técnicos, científicos, jornalísticos, etc., de forma a sistematizar o significado conforme as bases às quais esse elemento é anexado. Além do mais, para que se possa sistematizar uma possível regra de aplicação com esse morfema, é necessário uma análise sêmica das bases, o que não é possível nesse trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O morfema *não*, enquanto elemento anteposto a uma base, foi possível constatar que seu significado não é único, ao contrário, trata-se de um morfema plurissêmico, dependendo do ambiente morfossintático, bem como do significado da base à qual se agrega, ou seja, depende não só de seu significado, mas também do da base, de forma que no processo de formação de palavras não é mais possível falar apenas em morfologia isoladamente, mas, principalmente, em semântica, embora tenhamos igualmente que pensar em outros componentes da gramática.

Quanto às formações novas com esse morfema, fica claro que, se levarmos em conta apenas textos jornalísticos com ênfase em política, não será possível determinar sua alta ou baixa produtividade. Para que isso seja possível e, principalmente seguro, é necessário, antes, proceder à análise de outras modalidades textuais. Até onde se pôde analisar, é provável que haja uma clara possibilidade de sistematização de regra para o emprego de *não*, dependendo da categoria da base. No entanto, só uma pesquisa mais aprofundada, com textos de vários gêneros, bem como com textos do português falado, será possível realizar, efetivamente, tal sistematização.

Além do mais, modelos de análise como esse, ressaltando o aspecto semântico das formações, devem começar a fazer parte das aulas de língua portuguesa, uma vez que, como dissemos, não se deve mais pensar em formações isoladas, e sim contextualizadas. Dessa forma, pode-se dar subsídios à leitura e à compreensão de textos, ampliando, concomitantemente, o conhecimento do léxico por parte do aluno.

#### BIBLIOGRAFIA

COUTINHO, I. L. *Pontos de Gramática Histórica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.

MELO, G. C. de. *Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa*. 6. ed. rev. e melh. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981. (Col. Lingüística e filologia).

MONTEIRO, J. *Morfologia Portuguesa*. São Paulo: Pontes, 1991.

SAID ALI, M. *Grammatica Histórica da Língua Portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1931.



**QUANTO MAIS ROSA, MAIS CRISTO  
UMA LEITURA DE CLARICE LISPECTOR  
À LUZ DA TEORIA DOS TOPOI, DE J.C. ANSCOMBRE**

*Paulo César Costa da Rosa (UERJ)*

“Nós devemos renunciar a nós mesmos e imitar Jesus Cristo.” (*A Imitação de Cristo*)

**RESUMO**

Este trabalho procura mostrar, à luz da Linguística do Texto, alguns aspectos sintático-semânticos do conto *A imitação da rosa* de Clarice Lispector, tendo como referência teórica principal a teoria dos topoi (lugares comuns argumentativos), de Jean-Claude Ancombre.

**Palavras-chave: Semântica; Topoi; Clarice Lispector**

**INTRODUÇÃO**

Para Platão, o artista deveria ser banido da República, já que se dedicava à tarefa menor de imitar a imitação, já que aquilo que se entenderiam por real não seriam senão imagens. A importância, o valor da imitação, da *mimesis*, é, por assim dizer, resgatado por Aristóteles, se bem que, ou mal traduzido ou mal interpretado, denotou, para alguns, simples cópia. Para Aristóteles, a imitação é inata ao homem – qualquer forma de imitação, o que, aliás, parece diminuir a importância da imitação artística como processo específico, e talvez lhe diminua o *status*. De qualquer maneira, a própria preocupação de Platão em banir o artista já confere à obra de arte um valor diferente de um simples e real objeto.

Se a criação literária se constrói sobre uma imitação da realidade, a expressão do escritor resultará do modo como se dá sua apreensão dessa realidade. Assim, quanto mais questionadora for essa apreensão, por parte do autor – entendido como um ser subordinado a uma história, a uma cultura –, tanto mais desconcertante será a relação entre o narrador (e/ou os personagens) dum conto, dum romance e o mundo ali criado. É, a nosso ver, esta a riqueza da obra literária: ela não é o mundo, mas a criação linguística de um mundo, onde o cenário, os personagens podem tanto servir à simples narrativa, ao

simples ato de “contar uma história”; quanto podem servir a uma discussão sobre a própria existência.

Ora, se o que for posto no centro do debate for o próprio conceito de *mimesis*, de **imitação**, a obra estará aberta a uma interessante leitura metalinguística, consistindo em um exercício de buscar pistas que comprovem ter sido esta a motivação central da escritura. Uma obra de arte cujo tema central é a imitação, sob um certo sentido, porá frente a frente duas imitações, podendo causar o efeito de dois espelhos dispostos em 180º: um número infinito de imagens, a sugerir uma limitação vacilante entre o sujeito e o objeto; entre o escuro e o claro; entre a normalidade e a anormalidade; entre o modesto e o sublime; entre Cristo e rosas.

Este trabalho procurará mostrar, sob uma ótica subordinada à Linguística do Texto, alguns aspectos sintático-semânticos do conto *A imitação da rosa* (LISPECTOR, 1978), tendo como referência teórica principal a teoria dos *topoi*, de Jean-Claude Anscombe.

#### A PALAVRA PRECISA

No mundo esquivo de Lispector, é recorrente nos sujeitos a sensação de angústia diante da constatação da existência do objeto – objeto que será em princípio o mais banal possível, o que ressaltará a impotência do sujeito diante de sua súbita significação. Ora, num mundo criado por palavras – o mundo da obra literária –, é possível ao narrador apresentar em lentas etapas, simulando uma espécie de *slow motion*, algo que pode ter-se dado abruptamente. Em *A imitação da rosa*, é notável a passagem do “surgimento” das rosas, em que se verifica uma interessante gradação. Essa passagem não faz senão confirmar, no refinamento formal da escritura de Lispector, como o significado das palavras é, por assim dizer, fluido, no sentido de que uma mesma palavra pode apresentar sentidos inusitados, contraditórios, por vezes inesperados. Não é incomum referir-se a esse fenômeno com conceitos tais como “ressemantização” ou “ressignificação” – o que veremos, mais adiante, ser uma noção injustificada.

Ao constatar um caráter fugidio das palavras, Lispector vê-se compelida a confessar sua perplexidade diante da expressão linguística. Se, por um lado – pelo lado da “confissão” – sua dificuldade pa-

rece resultar de uma deficiência intrínseca às línguas naturais, por outro advém da busca incessante da precisão, do *mot juste*. Não será surpreendente que encontremos em sua obra declarações angustiadas como

É curioso como não sei dizer quem sou. Quer dizer, sei-o bem, mas não posso dizer. Sobretudo tenho medo de dizer, porque no momento em que tento falar não só não exprimo o que sinto como o que sinto se transforma lentamente no que eu digo. Ou pelo menos o que me faz agir não é o que eu sinto, mas o que eu digo.

ou

(...) estava compreendendo as palavras, tudo o que elas continham. Mas apesar de tudo a sensação de que elas possuíam uma porta falsa, disfarçada, por onde se ia encontrar seu verdadeiro sentido. (LISPECTOR, 1969: 17 e 51)

Entretanto não acreditamos tratar-se de “deficiência” essa dita “fluidez”, e, sim, um princípio lingüístico: a atualização de toda e qualquer palavra em função do enunciado em que ela se inscreve é proposta – dentre vários autores – por Anscombe:

a’) Não existe sentido literal tal que sentido literal seja uma constante semântica. À mesma forma certamente corresponderá a mesma significação, mas esta será função, e, não, uma constante. Com efeito, na medida em que a significação é uma função argumentativa (tendo, portanto, a ver com “o exterior” do enunciado), ela comportará variáveis, parâmetros. Uma significação será algo como, por exemplo, “Buscar a conclusão r para a qual o enunciado considerado é melhor argumento que um outro enunciado p”. Assim, os dois sintagmas um pouco de N e pouco de N não terão a mesma significação em termos de argumentação; ao passo que teriam o mesmo sentido literal, a saber “pequena quantidade de N” no Quadro de uma teoria informativa.

b’) Na medida em que a significação não é mais constante, mas uma função que comporta parâmetros e variáveis, não poderia mais ser questão de vericondicionalidade. Aliás, a referência vinculada às funções argumentativas é desta vez uma referência interna. Através de sua significação, um enunciado não remete a objetos do mundo exterior, mas a discursos dos quais ele é a continuação, ou é suscetível de ser sua continuação. Numa tal ótica, a língua refere-se tão-somente a ela mesma.

A título de ilustração, tomemos afirmação acima como referência para a apreciação da passagem do “surgimento” das rosas, a que aludimos acima.

Primeiramente, notemos que o narrador faz a personagem partilhar o estranho surgimento do objeto se apresenta ao narratário: (“Abriu os olhos, e como se fosse a sala que tivesse tirado um cochilo e não ela, a sala parecia renovada (...) Oh! como era bom rever tudo arrumado e sem poeira, tudo limpo pelas suas próprias mãos des- tras, e tão silencioso, e com um jarro de flores.” [p. 45])

Observe-se o sorrateiro aparecimento das rosas: sorrateiro porque vem como última palavra do último termo (adjunto adnomi- nal, portanto subordinado) de uma coordenação aditiva de três predi- cativos. Além disso, ainda não são apresentadas como *rosas*, mas como seu hiperônimo: *flores*. No próximo passo, *flores* recebe um *status* ligeiramente superior: da adição à inclusão (denotada aqui pe- lo conector *até*). No entanto permanece subordinado, em função ad- junta.

É surpreendente a regularidade da atuação do que se pode chamar de um traço do estilo de Lispector, que é a importância do **olhar** (“Como era rica a vida comum, ela que enfim voltara da ex- travagância. Até um jarro de flores. **Olhou-o**” (grifo nosso).[p. 45]). Pois é justamente a partir do emprego desse verbo que as flores se tornam rosas (aliás, até o fim): – Ah! como são lindas, exclamou seu coração de repente um pouco infantil (“Eram miúdas rosas silvestres que comprara de manhã na feira.” [p. 45])

Notemos que o crescimento da importância textual das rosas acompanha, na mesma medida, o crescimento de sua importância sintática: agora é um predicativo, se bem que ainda ladeado de ad- juntos, o que as faz, por assim dizer, errante em meio ao sintagma. Isso sem contar especificamente com o adjunto *miúdas*, que sugere o crescimento que está por vir. No seguinte passo, *rosas* passa a sujei- to: “Mas à luz desta sala as rosas estavam em toda a sua completa e tranqüila beleza.” [p. 45]

Para finalmente recebem o arrebatado atributo *tão lindas*, ad- jetivo intensificado por um advérbio cuidadosamente selecionado por conta da terminação em *-ão*, que aventa acessoriamente a noção de aumentativo (“Nunca vi rosas tão bonitas, pensou com curiosida- de.” [p. 45])

Dessa forma, a apurada harmonia entre o eixo paradigmático (em que se selecionaram, por exemplo, *flores* depois *rosas*) e o eixo sintagmático (em que verificamos várias maneiras de modificar, por exemplo, aqueles substantivos) é sem dúvida responsável por o texto atingir a beleza desejada pelo locutor. Mas a atualização semântica de itens lexicais está longe de ser um fenômeno eventual. Trata-se da essência das línguas. “A significação não se encontra no sentido como parte sua: ela é, no essencial pelo menos, constituídas de direti-vas, ou ainda de instruções, de senhas, para decodificar o sentido de seus enunciados.” (DUCROT, 1989) Nesse sentido, não se justifica, por exemplo, o conceito de “ressemantização”, simplesmente porque, se não há uma constante semântica (e sim uma função), o significado será tão histórico e cultural quanto o enunciado que o inscreve.

#### A IMITAÇÃO DE CRISTO COMO FONTE DOS TOPOI FUNDAMENTAIS D’A IMITAÇÃO DA ROSA

Logo no início do conto *A imitação da rosa*, o locutor (narrador) faz menção ao livro *A Imitação de Cristo*, com o qual a protagonista teve experiências desagradáveis: desde a não-compreensão da obra até o temor de imitar Cristo. *A Imitação de Cristo* é um conjunto de quatro livros, escritos possivelmente pelo monge agostiniano e escritor alemão Tomás de Kempis (1379-1471). Foi um livro de orações que exerceu uma influência religiosa muito grande. Ali se instruía como se deve viver, em consonância com o etos cristão: imitar Cristo era não andar nas trevas, era ter a luz da vida.

Nossa hipótese é a de que Lispector parte d’*A Imitação de Cristo*, como manancial do feixe de *topoi* sobre o qual se instaura o conflito dos personagens. Acreditamos que algumas das seguintes instruções serviram, implícita ou explicitamente, de ponto de partida para a autora:

- a) Não tenha vergonha de servir aos outros, e de parecer pobre neste mundo, por amor a Jesus Cristo.
- b) Evite tanto quanto possível o tumulto do mundo; pois há o perigo de se envolver com as coisas mundanas, mesmo se tiver intenção pura.

- c) É grandioso viver na obediência a um superior, e não depender de si mesmo. É mais seguro obedecer do que comandar.
- d) Nós podemos experimentar uma grande paz, se nós não quisermos nos ocupar do que dizem e fazem os outros, cujas responsabilidades não são de nossa conta.
- e) É bom às vezes sofrer contradições, e que pensem mal ou pouco favoravelmente de nós, ainda que boas sejam nossas ações e nossas intenções.
- f) O homem, o quanto viver, nunca estará inteiramente ao abrigo das tentações; pois transportamos conosco o germe da tentação, por causa da concupiscência na qual nós nascemos.
- g) Volte os olhos para si e evite julgar as ações dos outros.
- h) Nenhuma obra exterior servirá sem a caridade; mas tudo quanto se faz pela caridade, pequeno ou vil que seja, produz frutos abundantes.
- i) Nós devemos renunciar a nós mesmos, carregando a cruz de Jesus Cristo. (L'imitation de Jésus Christ: 5-35.)

Dessas instruções, algumas são explicitamente verificáveis em passagens do conto. No quadro abaixo, cotejamos algumas das instruções com fragmentos que julgamos mais ou menos coincidentes (os grifos são nossos):

a) Eu sou a <b>LUZ</b> do mundo. Aquele que me segue <b>NÃO ANDARÁ NAS TREVAS</b> , mas terá a <b>LUZ</b> da vida. (João, VIII, 12). Essas são as palavras de Jesus Cristo, pelas quais ele nos exorta a imitar sua conduta e sua vida, se nós queremos ser verdadeiramente <b>ILUMINADOS e LIBERADOS DE TODA CEGUEIRA</b> do coração.	(...) não mais aquela coisa que um dia se alastrara <b>CLARA</b> , como um câncer, a sua alma [p. 41] Uma ausência que entrava nela como uma <b>CLARIDADE</b> . [p. 54] Como se pinga limão no chá escuro e o chá escuro vai se <b>CLAREANDO</b> todo. Seu cansaço ia gradativamente se <b>CLAREANDO</b> . [p. 54] Assim como um <b>VAGA-LUME ACENDE</b> . [p. 55] (...) fizera o possível para não se tornar <b>LUMINOSA</b> e inalcançável. [p. 58]
b) Nós devemos <b>RENUNCIAR</b> a nós mesmos e <b>IMITAR JESUS CRISTO [ROSAS]</b> .	Mas, com os lábios secos, procurou um instante <b>IMITAR</b> por dentro de si <b>AS ROSAS [CRISTO]</b> . Não era sequer difícil.[p. 55] (...) – Não pude impedir, disse ela, e a derradeira piedade pelo homem estava na sua voz, o último perdão que já vinha misturado à altivez de uma solidão <b>JÁ QUASE PERFEITA</b> . Não pude impe-

---

	dir (...). Foi <b>POR CAUSA DAS ROSAS [CRISTO]</b> , disse com modéstia. [p. 57]
c) É grandioso viver na obediência a um superior, e não depender de si mesmo. É mais seguro obedecer do que comandar.	Mas agora que ela estava de novo “bem”, tomariam o ônibus, ela olhando <b>COMO UMA ESPOSA</b> pela janela, o braço no dele (...) [p. 35] ele [Armando] que <b>A RECEBERA DE UM PAI E DE UM PADRE</b> , e que <b>NÃO SABIA O QUE FAZER COM ESSA MOÇA</b> da Tijuca (...) [p. 40]
d) O homem, o quanto viver, nunca estará inteiramente ao abrigo das tentações; pois transportamos conosco o germe da <b>TENTAÇÃO</b> , por causa da concupiscência na qual nós nascemos.	Como uma viciada, ela olhava ligeiramente ávida a perfeição <b>TENTADORA</b> das rosas (...) [p. 52]
e) Nenhuma obra exterior servirá sem a caridade; mas <b>TUDO QUANTO SE FAZ PELA CARIDADE</b> , pequeno ou vil que seja, <b>PRODUZ FRUTOS</b> abundantes.	E <b>DAR</b> as rosas <b>ERA</b> quase tão <b>BONITO</b> como as próprias rosas. [p. 48]

---

Teçamos agora algumas considerações úteis acerca do conceito de *topoi*, desenvolvido por Jean-Claude Anscomb:re:

Os *topoi* são os princípios gerais que servem de apoio ao raciocínio, mas não são o raciocínio. Eles não são nunca emitidos em forma de asserção, no sentido de que o locutor nunca se apresenta como sendo seu autor (mesmo que ele o seja efetivamente), mas eles são utilizados. Eles sempre são apresentados como sendo o objeto de um consenso no seio de uma comunidade mais ou menos vasta (aquí entendida como reduzida a um indivíduo, por exemplo, o locutor). É por isso que eles podem muito bem ser criados sem muita preocupação em ser fiéis à realidade, sempre sendo apresentados como tendo força de lei, como tendo autonomia. (ANSCOMBRE, 2000)

Para podemos entender melhor o conceito de *topoi*, é preciso entender sua função na cena argumentativa. Consideremos os seguintes constituintes dessa cena: o **locutor** (em nosso caso aqui o narrador), o **alocutário** (aquí será o leitor, mais precisamente, o narratário), a **asserção**, os **enunciadores** (que são tanto o locutor quanto o alocutário, bem como quaisquer outras fontes geradoras de valores culturais mais ou menos consensuais). Para Anscomb, a natureza argumentativa da língua advém do fato de esses constituintes estarem sempre (ou quase sempre) atuando nas enunciações.

Porém os *topoi* não são conceitos de sentido fixo, mas gradual, no sentido de que uma enunciação é o processo, cujo produto é o

enunciado, que, a rigor, por caminhar em direção a uma conclusão, é uma combinação argumentativa de um feixe de fatos a, a', a''... com um feixe de fatos b, b', b''... Mas, ainda assim, essa relação não é bi-unívoca (a->b; a'->b'; a''->b''). Na verdade, a aparição do fato a se apresenta como a legitimação da aplicação de um (ou de vários, ou de uma cadeia de) *topos* que conduz a um fato b. “Desse ponto de vista, a significação de uma frase é o conjunto dos *topoi* cuja aplicação ela autoriza logo que ela é enunciada” (*Op. cit.*, p. 22).

Para exemplificar, passemos ao *topos* que nos parece a questão central de *A imitação da rosa*: chegar à luz corresponde a chegar à anormalidade<sup>39</sup>. Quando o locutor (narrador) do conto afirma que “Ele [Armando] sabia que ela [Laura] fizera o possível para não se tornar luminosa e inalcançável.”, o adjetivo *luminosa* ganha uma acepção negativa (de volta à anormalidade), que não pode ser representada apenas pela noção **luminosa = dentro da anormalidade**. O adjetivo *luminosa* está vinculado ao seguinte feixe de *topoi*:

- 1) *Quanto mais se imita Cristo, menos se enquadra na anormalidade.*
- 2) *Quanto mais se imita Cristo, mais se enquadra na anormalidade.*
- 3) *Quanto menos se imita Cristo, mais se enquadra na anormalidade.*
- 4) *Quanto menos se imita Cristo, menos se enquadra na anormalidade.*

Um dos estranhamentos do conto, conforme veremos adiante, será o conflito entre o *topos* (2), para o qual locutor (narrador) e protagonista parecem inclinar-se, e o *topos* (1), que se enquadra no código social vigente. Poderíamos já discutir como se dá no conto o caminhar do argumento “tornar-se luminosa” até a conclusão “enquadrar-se na anormalidade”. Entretanto isso não é possível (ou ao menos seria incompleto), na medida em que a relação entre luminosidade e anormalidade não está bem explicada. E foi no momento em que buscávamos entender tal relação que percebemos a atuação de *A imitação de Cristo* sobre os *topoi* acima e sobre a própria trama de *A imitação da rosa*.

Tomemos a seguinte passagem:

Quando lhe haviam dado para ler a “Imitação de Cristo”, com um ardor de burra ela lera sem entender, mas, que Deus a perdoasse, ela sen-

---

<sup>39</sup> Usaremos aqui a oposição normalidade/anormalidade, sugerida por Lúcia Helena em Clarice Lispector: a função desalienante da sua criação literária (cf. Bibliografia).



tira que quem imitasse Cristo estaria perdido – perdido na *luz*, mas perigosamente perdido. Cristo era a pior tentação. [p. 37] (Grifos nossos).

Aos olhos de Laura, que lê sem entender o livro religioso, imitar Cristo não é seguir seu exemplo, mas, numa possível interpretação “burra” de Laura, “cometer a heresia de tentar igualar-se a ele”; ou ainda, numa possível interpretação refinada do locutor (narrador), “atingir a perfeição e não se deixar sucumbir às exigências sociais feitas a uma mulher casada, burguesa, da Tijuca.”

De qualquer maneira, tudo leva a crer que a menção a *luz* e a palavras de seu *frame* – não só nessa passagem, mas também ao longo do texto – é intertextual, e parece ter sua gênese na introdução da *Imitação de Cristo*:

Eu sou a *luz* do mundo. Aquele que me segue não andarás nas trevas, mas terá a *luz* da vida. (*João, VIII, 12*). *Essas são as palavras de Jesus Cristo, pelas quais ele nos exorta a imitar sua conduta e sua vida, se nós queremos ser verdadeiramente iluminados e liberados de toda cegueira do coração.* (*L'imitation de Jésus Christ, p. 5*) (Grifos nossos)

Com isso o feixe de *topoi* que sugerimos acima deve ter uma construção mais complexa<sup>40</sup>:

1) *Quanto mais se imita Cristo, menos se chega à luz; portanto se enquadra na normalidade.*

1') *Quanto mais se imita Cristo, menos se chega à luz; portanto se enquadra na anormalidade.*

2) *Quanto mais se imita Cristo, mais se chega à luz; portanto se enquadra na normalidade.*

2') *Quanto mais se imita Cristo, mais se chega à luz; portanto se enquadra na anormalidade.*

3) *Quanto menos se imita Cristo, mais se chega à luz; portanto se enquadra na normalidade.*

3') *Quanto menos se imita Cristo, mais se chega à luz; portanto se enquadra na anormalidade.*

---

<sup>40</sup> Note-se que esse feixe de *topoi* é um conjunto de possibilidades de relacionar o argumento “imitar Cristo” às conclusões “chegar à luz” e “enquadrar-se na normalidade/anormalidade”. É possível que, por conta da grande diversidade de visão de mundo dos vários grupos sociais do planeta, todos esses *topoi* sejam aplicáveis. Note-se ainda que os *topoi* da série (2) não são sinônimos da (4): esta afirma que só imitando Cristo é que se chega à luz (tese dos muito cren-tes); aquela afirma que imitar Cristo é um dos meios de chegar à luz (tese ponderada de quem não descre.)

4) *Quanto menos se imita Cristo, menos se chega à luz; portanto se enquadra na normalidade.*

4') *Quanto menos se imita Cristo, menos se chega à luz; portanto se enquadra na anormalidade.*

No entanto Laura, diante da percepção da existência das rosas, desloca o ideal de perfeição em Cristo para o ideal de perfeição nas rosas. Esse deslocamento se dá gradativamente, sempre amparado por comparações ou metáforas que se calcam em palavras do *frame* de luz, apontando firmemente para a possibilidade de o conto ter como um de seus intertextos principais a *Imitação de Cristo*. Nas primeiras aparições de rosas as adjetivações são do campo semântico de *beleza e perfeição*: *lindas, tão bonitas, perfeitas*. Depois de um momento de prazer diante das rosas, Laura passou a se sentir “constrangida” e “perturbada”: “a beleza extrema incomodava.”[p. 46]. Incomodava por representar “um risco”, “uma advertência”[p. 47]. prontamente somos compelidos a retornar à advertência que Laura mesma fizera no início do conto: “quem imitasse Cristo estaria perdido – perdido na luz, mas perigosamente perdido.”[p. 37]. A noção de risco é a primeira das pistas de que a confusão que se instaura na mente de Laura se funda na **culpa por querer imitar a perfeição** – perfeição que no texto constitui o conjunto interseção resultante do cotejo **rosas/Cristo** (o que a torna também uma pista para a intertextualidade entre *A imitação da rosa* e *A imitação de Cristo*). Portanto o risco é de cair em tentação (“Cristo era a pior tentação”[p. 37]). A decisão de dar as rosas para Carlota não é símbolo de generosidade, mas de medo de ficar diante da perfeição (“E mesmo ficaria longe delas”[p. 48]; “E ao mesmo tempo se livraria delas”[p. 49]). A relutância em não dá-las faz parte da própria tentação. Mas já não adiantava livrar-se das rosas. Depois de tanto olhar as rosas e acabar por vê-las (“E quando olhou-as, viu as rosas”[p. 49]), Laura já estava possuída pelo prazer proporcionado pelas rosas. E não teria efeito seu desejo de se livrar da experiência que tivera com as rosas (“E só ela saberia, e depois nunca mais, oh, ela se prometia que nunca mais se deixaria tentar pela perfeição, nunca mais!”[p. 53]) A partir de então, sua “partida” “tranqüila como num trem” era só questão de tempo.

A segunda das pistas de que a confusão que se instaura na mente de Laura é o resultado da “queda em tentação”: livrou-se das

rosas e ficou a ausência. E essa ausência se torna claridade e dá início à ocorrência de uma série de palavras do *frame* de luminosidade. É também uma segunda pista para a intertextualidade citada acima, já que as primeiras palavras d'*A imitação de Cristo* são uma citação ao Evangelho de João (“Eu sou a luz do mundo. Aquele que me segue não andarás nas trevas, mas terá a luz da vida.”) (*L’imitation de Jésus Christ*, p. 5): “como se pinga limão e chá escuro vai se clareando”[p. 54]; “como o vaga-lume acende”[p. 55]; “com a serenidade do vaga-lume que tem luz”[p. 57]; “luminosa” e inalcançável”[p. 58]

Assim, Laura vai da imitação de Cristo (“quanto mais Cristo, mais perfeito”) à imitação das rosas (“quanto mais rosas, mais perfeito”), alterando o feixe de *topoi* – aos olhos do código social vigente – de uma maneira provavelmente esquizofrênica: as rosas, como Cristo, têm o poder da tentação.

O conflito de Laura está na dúvida entre os *topoi* (2), “Quanto mais se imita Cristo (as rosas), mais se chega à luz; portanto se enquadra na normalidade.”, e o (2’), “Quanto mais se imita Cristo(as rosas), mais se chega à luz; portanto se enquadra na anormalidade.” Isso porque ela, até o encontro com as rosas, lutava para “manter-se bem”.

A derrota de Laura (e a de Armando, bem como a do médico que lhe deu alta ou de qualquer outro que torcia por que ela “se mantivesse bem”) foi cair em tentação e entregar-se à instrução fundamental do Livro Terceiro d'*A Imitação de Cristo*: “Nós devemos renunciar a nós mesmos e imitar Jesus Cristo.” Laura renuncia a si, à normalidade, em favor de uma espécie de transe que desconcertaria o marido recém-chegado do trabalho, que desconcertaria o médico e sua ciência, e que, sobretudo, desconcerta o leitor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo que aqui empreendemos procurou revelar que o caráter fugidio da significação, acusado por vários autores, não se trata de uma deficiência, mas de uma riqueza que as próprias línguas naturais oferecem, já que a significação não se funda numa constante, e, sim, numa função. Isso resulta naquilo que podemos chamar atualização. Nesse sentido, não se justificam, por exemplo, o conceitos como ressignificação ou ressemantização, simplesmente porque, se não há uma constante semântica (e sim uma função), o significado será tão histórico e cultural quanto o enunciado que o inscreve.

Este trabalho procurou ainda mostrar o quanto *A Imitação de Cristo* orientou o processo de produção do conto *A imitação da rosa*, muito provavelmente fornecendo-lhe os *topoi* fundamentais de sua construção.

A leitura do texto literário à luz do instrumental teórico oferecido pela Semântica Argumentativa mostrou-se pertinente e não fez senão confirmar o que está longe de constituir novidade: a Linguística do Texto pode e deve contribuir, por meio de suas descobertas, com os estudos literários, bem como deve esperar deles a contrapartida, numa simbiose, a nosso ver, tão necessária quanto inexplicavelmente tímida em nossas Universidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSCOMBRE, J.C. *Argumentation et topoi*. COLLOQUE D'ALBI, n. 5, Albi, 1984. *Anais...* Albi: Ecole Normal d'Albi, 1984: p. 46-70.

———. Da argumentação na língua à teoria dos topoi. Rio de Janeiro: mimeo, 2000

——— & DUCROT, O. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelas: Mardaga, 1984.

ARISTÓTELES. *Arte poética e arte retórica*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, [s/d.].

DUCROT, Oswald. Argumentação e *topoi* argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.) *História e sentido da linguagem*. Campinas-SP: Pontes, 1989.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

HELENA, Lúcia. Clarice Lispector: a função desalienante da sua criação literária. In: FÉLIX, Moacir et al. *Encontros com a civilização brasileira*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOCH, Ingedore. MAS era primavera. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.) *História e sentido da linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

LAMENNAIS, F. (trad.). *L'imitation de Jésus-Christ*. Tours: Maison Alfred Mame et Fils / Éditeurs Pontificaux, 1922.

LISPECTOR, Clarice. A imitação da rosa. In: *Laços de família: contos*, 10ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

———. *Perto do coração selvagem*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1969.

MILLY, Jean. *La phrase de Proust*. Paris: Librairie Larousse, 1975.

NUNES, Benedito. *O dorso do tigre*. São Paulo: Perspectiva, 1969.

———. *O drama da linguagem*. São Paulo: Ática, 1989.

**SOCIOLINGÜÍSTICA**  
**ANÁLISE DESCRICÃO DO FALAR DE FUNKEIROS**  
**DENTRO DA COMUNIDADE DA ROCINHA<sup>41</sup>**

*Vanessa Silva de Souza (UNESA)*  
*Nataniel dos Santos Gomes (UNESA)*

**RESUMO**

O trabalho tem como objetivo falar do linguajar usado pelos funkeiros, na maior favela da América Latina, que é a Rocinha, com intuito de mostrar as formas sintáticas e seu vocabulário que se misturam com o nordestino, do pagodeiro, da malandragem, usando dados como classe social, idade média e escolaridade, por exemplo:

A grande marca de grupo consonantal: troca de L pelo R

Formas sintáticas: É nós na fita. (colocação do verbo de ligação antes do pronome).

Vocabulário: Chuchuca (mulher bonita), Já é! (frase afirmando alguma coisa), Ta ligado? (está prestando atenção, frase interrogativa), Que filé! (homem bonito), Sangue bom (pessoa de boa índole).

Classe social: classe baixa com renda máxima de 2 salários mínimos, por família.

Idade média: entre 14 e 25.

Nível de escolaridade: A grande maioria não chega a concluir o Ensino Fundamental.

Tais expressões foram se difundido para outras comunidades carentes do Rio de Janeiro, sendo usadas também por adolescentes de classe alta e média, para o desespero de seus pais.

**Palavras-chave: Sociolingüística; Falar; Funkeiro; Sintaxe; Gíria**

O trabalho tem como objetivo, inicial falar do linguajar usado pelos funkeiros, o *corpus* deste estudo será a os funkeiros da Favela da Rocinha, já que se trata na verdade de um grupo social.

O mesmo tem o intuito de mostrar as formas sintáticas, vocabulares, e semânticas, com características de outros grupos sociais que são os nordestinos, dos pagodeiros, da malandragem, usando dados como meio ambiente, classe social, idade média e escolaridade.

---

<sup>41</sup> Trabalho apresentado no VII CNLF, em agosto de 2003.

Para falarmos deste grupo social, antes temos a obrigação de contar a origem e como surgiu o *funk* no Rio de Janeiro e quais os primeiros bailes e as equipes de som pioneiras neste movimento.

A música *funk* é de origem africana, e teve início EUA com o nome de *soul*, depois passou a se chamar *black-music*, *break* e enfim, *funk*.

A estrutura musical do *funk* é feita com instrumentos como guitarra, bateria e principalmente contra baixo.

No Brasil o *funk* existe há pouco mais de vinte anos, mas no EUA já existe há 50 anos.

Nos Estados Unidos o movimento teve como principal colaborador e pioneiro James Brown e sua magnífica banda JB'S e George Benson que também foi um grande cantor deste estilo e também responsável pela mudança de nome do nosso conhecido cantor brasileiro Jorge Bem, que passou a assinar Jorge Ben Jor, para evitar semelhanças que estavam ocorrendo na época.

O *funk* no Brasil originou-se também do movimento Black-power (força negra) dos anos 70, que foi criado por cantores cariocas com Tim Maia que incorporou o samba ao *funk* e *soul*, mas foi Gerson Combo, carioca do bairro de Madureira, que lançou o *funk* fiel às raízes americanas gravando dois vinis na mesma década.

Jorge Ben Jor, foi um grande “mesclador” de Funk, Soul e Samba o álbum “África Brasil” de 1976 contém obras primas como "Ponta de Lança Africano" "Umbabarauba (homem gol)", "Taj Mahal", "Xica da Silva" que são exemplos dessa mistura musical.

No início os bailes Funk começaram nos bairros suburbanos do Rio de Janeiro que contavam com as equipes de som Furacão 2000<sup>42</sup> e Soul Grand Prix<sup>43</sup>.

O *funk* a princípio era música do pobre para pobre, agora isso mudou e o estilo contagiou todas as classes que tocam as músicas Funk em boites famosas do Rio de Janeiro, tal movimento contagiou

---

<sup>42</sup> Iniciou seus bailes em Petrópolis no período do movimento Soul.

<sup>43</sup> Não existe mais.

os paulistas e soteropolitanos, que também contratam as equipes de som do Rio, para darem bailes *funks* nas cidades citadas.

Os bailes são freqüentados por adolescentes de 14 e 18 anos e a grande maioria não tem o nível fundamental com renda máxima de 4 salários mínimos por família. Porém, existem exceções como é o caso de um casal de irmãos, dos quais entrevistei, que tem as idades de 19 e 24 anos, ambos tem o ensino médio completo, trabalham e sempre que podem fazem concursos públicos e a renda familiar é de 8 salários mínimos. Tal fato descarta a hipótese de que todos os funkeiros são vagabundos, não têm nível de escolaridade e não gostam de trabalhar e são miseráveis.

Vejamos agora algumas marcas do falar de seus freqüentadores.

Têm a grande marca de grupo consonantal que é a troca do L pelo R: (fenômeno chamado pelos lingüístas de rotacismo).

“Qual é o problema?” substituto de problema ou tal forma e substituída por pobrema

“Peguei ele no fragra.” Ao invés de flagra

### MARCAS SINTÁTICAS

O grupo social em tela tem com característica do português não-padrão a “simplificação das conjugações verbais” que é a variação verbal apenas na 1ª pessoa do singular.

“Us pessoal tá fazendo confusão”. (marca do falar nordestino faz com que o carioca da favela substitua o “o” pelo “u” com o acréscimo do s de plural onde deveria ter o artigo no singular porque o morfema “pessoal” e coletivo de muita gente e não necessita de artigo no plural).

A oração acima tem a marca explícita do que chamamos tendência do menor esforço, que é características de grupos de grande desenvolvimento lingüístico do português não-padrão.



“Nóis vai!” (além do verbo não acompanhar o sujeito (nós), este último é pronunciado com um **i** pós-posto ao **o** e anteposto ao **s** formando assim nós).

No exemplo acima temos o enxugamento das redundâncias do português padrão<sup>44</sup>.

“É nós na fita.” (colocação do verbo de ligação antes do pronome).

“Tiramu fotos.” (não põem a pessoa que teria que acompanhar o verbo e este não está no plural e sim no singular, já que na verdade várias pessoas tiraram fotos e não uma).

Os casos acima mostram, que os falantes deste grupo social não precisam por o artigo, verbo e objeto no plural, para a oração ser compreendida basta marcar apenas um deles que geralmente é o artigo ou pronome-sujeito quando se encontra na oração.

### MARCA SEMÂNTICA

Palavra *caô* dependendo do contexto em que se encontrar tem significado diferente como, por exemplo:

a) “Tá cheia de *caozinho*.” (está nervosa ou cheia de gracinha).

b) “É *caô*!” (quer dizer mentira)

c) “Adriana arrumou um *caô* com Marcela.” (neste caso a palavra tem o significado de briga ou confusão).

Tal palavra é o que chamamos de palavra inventada pelos cariocas funkeiros de comunidades carentes.

### MARCA LEXICAL

Jargão é uma palavra medieval, encontrada em provençal e em Francês Jargon, termo este usado pelos lingüistas para descrever ou censurar as variações de uma determinada língua falada.

---

<sup>44</sup> “O excesso de marcas para indicar um único fenômeno”(BAGNO, 2001: 66)

O jargão está ligado diretamente ao ouvinte-falante de um grupo social.

O termo jargão, mais tarde foi usado por Chaucer para descrever o gorjeio dos pássaros. Esta palavra era usada para designar a fala ininteligível, tal como um gargarejo. Em Inglês do século XVI era chamado *gibbrish* (gorjeio) *gabble* (lengalenga) para designar o jargão, já que está havia se espalhado por outras línguas como o italiano (gergo ou zergo), espanhol (jerga, jeringonza) e português (geringonça).

Espalhando-se de uma língua para outra o termo jargão mudou seu significado e passou a ser referência para qualificar a linguagem do submundo ou gíria (como dizem as pessoas leigas nos assuntos lingüísticos) que são os mendigos, ladrões e vigarista, e mais atualmente pessoas de classes carentes, moradores de favelas dentre eles nordestinos, funkeiros, pagodeiros, etc...

Uma antilinguagem de uma contracultura ou linguagem para marginais.

Como podemos ver, o preconceito lingüístico sempre existiu e as variações idem.

“Chapa quente” – Palavra usada pelos funkeiros quando vai começar ou começou uma briga ou confusão.

“Tá na pista” – Quando a pessoa está sem fazer nada, está à toa ou na rua vadiando, na verdade desocupado.

“Tô bolado” – É quando a pessoa está extremamente preocupada com alguma coisa ou quando algo este perturbando.

“Alemão” – Esta palavra é usada para designar o inimigo ou pessoa estranha na comunidade, na verdade este termo foi inspirado nos alemães já que estes eram inimigos de outros países na 2ª guerra mundial.

“Chuchuca” – Quando a pessoa do sexo feminino é muito bonita, delicada, fofinha, como poderíamos dizer uma garota para se namorar (“coisinha bonitinha”).

“Já é!” – Palavra usada para confirmação de algum compromisso.

“Ta ligado?”

Usada para chamar a atenção de algo para saber se ouvinte-falante está atento no que o outro fala. Usada com frase interrogativa.

“Que filé!” – Usada tanto pelo sexo feminino e pelo masculino está palavra designa pessoa bonita, atraente, mais especificamente para elogio. Frase exclamativa.

“Sangue bom” – Para designar uma pessoa de boa índole, boas intenções, que ajuda as outras, que tem um bom coração. E para designar uma pessoa má, cafajeste e inescrupulosa, a este designado o nome de “sangue ruim” ou “sangue de cazuza”.

“Cachanga” – A grande maioria usa este termo substituindo palavra “casa”, mas o sentido e o mesmo de residência ou moradia.

“Traíra” – Palavra usada para denominar uma pessoa não confiável, traidora e falsa, na verdade para este palavra ser formada foi tirada apenas a penúltima sílaba da palavra “traidora”.

“Só no truque” – Quando a pessoa se sai muito bem ou quando é perspicaz e alguma situação que necessite inteligência.

## CONCLUSÃO

Ao concluirmos este trabalho introdutório, que teve como objetivo não só descrever, mais também mostrar, que cada grupo social ou lingüístico têm pontos muito interessantes a salientarmos e levarmos em conta a importância da Sociolingüística Variacionista e o estudo dialeto para que pessoas que se dizem cultas, mas ignorantes na área não tenham preconceito lingüísticos quando depararem com os fenômenos relatados e descritos acima.

Como vimos à história da formação de um Jargão é muito importante para entendermos um grupo social e suas raízes, como é o caso do trabalho em tela, que precisou saber-se a origem da música e seu movimento, e porque a variação e vista com preconceito, já que na antiguidade está era a linguagem falada por marginais, mendigos, etc. Sempre relacionada ao submundo e estigmatizada pela classe

dominante e como nos dias sempre foi uma preocupação dos estudiosos.

Temos, que cada vez mais abrir espaço para os estudos das variações linguísticas, para que pessoas não sejam excluídas da sociedade, por causa do modo com falam.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *A Língua de Eulália*. São Paulo: Contexto, 2001.

BURKE, Peter & PORTER, Roy. *Línguas e jargões*. São Paulo: Unesp, 1997.

MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina. *Introdução à lingüística*. Domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001.

TARALLO, Fernando. *A Pesquisa Sociolingüística*. São Paulo: Ática, 2001.

**TRAJETO HISTÓRICO  
DE DOIS TIPOS DE DISCURSO RELATADO  
O DISCURSO DIRETO E O DISCURSO INDIRETO<sup>45</sup>**

*Vanise Gomes de Medeiros (UERJ / PUC-Rio)*

**RESUMO**

Neste artigo proponho uma reflexão sobre o percurso de duas formas de discurso relatado, a saber, o discurso direto e indireto, como práticas que trabalham o juridismo na linguagem. Para tal fim, tem-se como apoio o aporte teórico da análise de discurso (Pêcheux e Orlandi).

**Palavras-chave:**

**Discurso relatado, Discurso direto, Discurso indireto, Discurso jornalístico.**

O sistema da citação está completo, acabado, desde a idade clássica: a citação, segundo Port-Royal, satura esse sistema, esgota duas possibilidades e nada mais, desde então, poderá advir, exceto um retorno ao passado, uma revalorização da gnômé ou, mais facilmente, a *autorictas*, tal como se vê, tal como se faz. (Compagnon, 1996)

Consoante inúmeros trabalhos de Authier-Revuz (cito dois: 1978 e 1982), há uma posição tradicional, presente em diversas gramáticas contemporâneas – tradição que, acrescento, também comparece nas gramáticas brasileiras contemporâneas, como é o caso de Cunha e Cintra (1985) e Rocha Lima (1988) – que apresenta o discurso direto (doravante DD) como aquele em que se reproduz a palavra do outro, entendendo-se reproduzir como a manutenção da palavra do outro e, por conseguinte, a fidelidade ao seu dizer. Indo mais adiante, fidelidade que implica a verdade do dizer. Essa posição opõe o DD ao discurso indireto (doravante DI): com o DI não se teria a reprodução da palavra do outro, mas o conteúdo de seu dizer através da reformulação do que teria sido dito.

Então, com o primeiro tipo de discurso relatado, isto é, com o DD, o significante seria mantido, o que garantiria a manutenção do dito; já com o segundo, isto é, com o DI, ter-se-ia a liberdade em relação ao significante, o que resultaria na não reprodução “fiel” do dizer. Nessa tradição ainda, o DI também é pensado como sendo uma

---

<sup>45</sup> Este artigo é fruto de uma parte da tese de doutoramento: “Dizer a si através do outro: do heterogêneo no identitário nacional”. (Medeiros, UFF: 2003)

transformação de um discurso direto, isto é, como um “DD transformado” (Authier-Revuz, 1976:6). Em outras palavras, o DI se apresenta nessa posição como um discurso segundo a partir de um discurso primeiro (o DD, no caso).

A despeito das objeções de Authier-Revuz (1978) a esta tradição, objeções que oportunamente serão retomadas, o que interessa agora é mostrar que tal posição, se dominante em inúmeras gramáticas e presente em abordagens lingüísticas (como é o caso, por exemplo, da abordagem transformacionalista), não constitui, no entanto, uma posição única.

Melhor explicando, o que se objetiva aqui destacar é que nem sempre ao DD se conferiu o estatuto de verdade, nem sempre o DI foi tratado como decorrente do DD, nem sempre DD e DI constituíram um par gramatical. Ao contrário, o par DD/DI é fruto de um processo histórico que o gramaticaliza como tal somente no século XVII, com a gramática de Port-Royal, como será observado no desenvolver deste trabalho.

Neste artigo, proponho uma reflexão sobre o percurso de duas formas de discurso relatado, a saber, o discurso direto e o indireto, como práticas que trabalham o juridismo na linguagem. Pretendo, pois, apresentar um pequeno painel histórico destas duas formas de discurso relatado, tendo em vista demonstrar que tomar o DD como uma forma que trabalha a reprodução do discurso do outro supondo-o fiel a este discurso tem sua historicidade, bem como atribuir ao DI o lugar de discurso segundo.

Para este percurso que irei empreender agora, serão retomados alguns autores que de uma ou outra maneira pontuaram a questão do discurso relatado.

Rivara (2000) bem como Compagnon (1996), na releitura que fazem de Platão, apontam em *A República* o gérmen de uma discussão que pode ser trazida para essas duas formas de discurso relatado (DD e DI). Conforme Rivara (2000:16), Platão:

Oppose les oeuvres où l’auteur parle toujours en son nom propre et expose l’histoire (diegesis) et celles où il suit un principe d’imitation, et

donne la parole à un personnage, essayant de nous donner l'impression que ce n'est pas lui qui parle.<sup>46</sup>

De acordo com Rivara (*idem*), Platão manifesta sua desconfiança pela segunda, isto é, por aquelas obras em que o autor dá a palavra ao personagem dando a impressão de que não é ele, autor, quem fala. E prefere a primeira, isto é, aquelas obras em que se tem a narrativa “pura”, em que há “harmonia” (*ibidem*). O exemplo da posição em Platão encontra-se, conforme Rivara, na rejeição do filósofo grego à reza de Chrysis a Agamenon no início da *Ilíada*. Aí o herói simula não falar em seu nome e se dirige diretamente ao leitor, o que é condenado por Platão. De acordo com Rivara, aí se pode pensar em uma citação em DD, em uma “reproduction littérale d'un monologue ou d'un dialogue.”

Isto possibilita uma importante observação: dar a palavra ao outro, em Platão, conforme Rivara, resulta em simulação. O que significa que o DD pode ser pensado não como lugar de reprodução do discurso do outro, mas como espaço de simulação de um dizer.

Compagnon (1996) também inscreve a questão do DD e DI na problemática da *mimesis* em Platão. Apesar de, tal como Rivara (2000), situar o problema destas duas formas de discurso relatado na releitura que faz de *A República*, Compagnon vai buscar na reformulação do funcionamento da *mimesis* em *O sofista* a compreensão da posição de Platão em *A República*.

Em *O sofista*, diferentemente do que ocorre em *A República*, não se tem mais a tríplice divisão entre: a idéia de cada coisa, que se situa no patamar da verdade e que tem por criador Deus, a cópia da realidade, em que se tem a produção do objeto pelo artesão, e a cópia da cópia, em que se encontra a imagem obtida pelo pintor ou poeta. A divisão é outra em *O sofista*; e será essa outra divisão que irá permitir se entender, em Platão, o desprestígio do discurso direto em prol do indireto.

Conforme Compagnon, nesse outro texto de Platão, as artes de produção são divididas em dois tipos: a produção divina e a pro-

---

<sup>46</sup> (...)opõe as obras em que o autor fala sempre em seu próprio nome e expõe a história (*diágesis*) àquelas em que ele segue o princípio da *imitação* e dá a palavra a uma personagem, tentando nos dar a impressão que não é ele que fala (tradução minha; bem como todas as demais).

dução humana. Cada uma delas produzindo realidades e imagens. As realidades da produção divina corresponderiam à criação; já as imagens da produção divina seriam, por exemplo, os sonhos. Do lado da produção humana, ter-se-ia como produção da realidade a casa do pedreiro, por exemplo. E como produção das imagens uma nova divisão:

Por um lado, a arte de produzir cópias (eikon), as “boas” imagens que respeitam as proporções, que são dotadas de semelhança com a idéia; por outro, a arte de produzir simulacros (phantasma), as más imagens que simulam a cópia, que fabricam a ilusão, que são desprovidas de semelhança com a idéia porque são produzidas sem passar pela idéia. (*ibidem*:48. Grifo do autor)

Ou seja, em *O Sofista* tem-se uma divisão entre boas e más imagens, sendo a primeira a cópia, que mantém relação com a idéia, e a segunda, o simulacro, que não mantém relação alguma com a idéia. Cabe destacar que o simulacro não é uma cópia da cópia, ou melhor, o simulacro não é sequer uma cópia, mas uma simulação da cópia. Imagem desprovida de semelhança.

É, pois, esta nova divisão que, como se disse, irá permitir Compagnon resolver o impasse que expõe em *A República* ao se ter aí a valorização do DI em detrimento do DD. Eis o impasse: “como integrar o discurso indireto ao trabalho do artesão, ambos valorizados; e o discurso direto ao objeto pintado, ambos desvalorizados?” (*idem*: 50). Para isto, seria preciso entender o DD como cópia do DI, isto é, como cópia da cópia, o que se mostra problemático. Com a nova descrição da *mimesis* de *O sofista*, tal dilema se desfaz na medida em que se tem aí o resgate da *mimesis* através da sua divisão em produção de boas imagens (cópias) e de más imagens (simulacros). Ou seja, com esta outra leitura é possível se entender o lugar do DI, como cópia (boa imagem), e do DD, como simulacro (má imagem). O DD não é, então, cópia do DI.

Em suma, o DI é tomado como tendo relação com a idéia, uma vez que é cópia (boa), e o DD, como não tendo relação com a idéia, como não sendo cópia do DI, isto é, como não sendo cópia da cópia.

Portanto, o DD, na releitura de Platão por Compagnon, não se apresenta como espaço de reprodução tampouco como tendo a pretensão de funcionar como um discurso verdadeiro. Ao contrário, o



DD é aí simulacro e, como tal, condenável. Observe-se seu lugar, a partir de Platão, conforme Compagnon (1996:51):

A repetição (o discurso direto ou a citação) seria condenável menos por realçar a mimesis que por ser um simulacro, imagem má: ela é animada pela malícia, é geradora de não-ser e indutora de falsidade; assemelha-se aos procedimentos sofistas que usam e abusam do poder mágico do logos para produzir a ilusão e a trapaça, o discurso sem denotação.

Enfim, o DD, longe de ser tomado como discurso do qual o DI derivaria, longe de ser tomado como possibilidade de reprodução de discurso, longe de ser pensado como sendo “fiel” ao discurso outro, é proposto como simulacro: não se trata sequer de uma cópia, mas de ilusão que serve para enganar, ludibriar.

O DD não tem, pois, sua gênese no paradigma da verdade. Isto, pensado discursivamente, significa que o DD nem sempre fez funcionar o efeito de verdade que hoje se faz presente nas gramáticas, em algumas abordagens lingüísticas e no imaginário de língua.

Já o DI, como se observou, funciona como cópia, boa imagem. Se não faz funcionar o efeito de verdade, tampouco funciona, como ocorre com o DD, como recurso lingüístico que serve ao engano.

Estes dois autores, em suas releituras de Platão, permitem assim problematizar o funcionamento de duas formas de discurso relatado tal como elas se apresentam no imaginário atual: reprodução de um dizer e tradução de um dizer. Oposição que trabalha também o efeito de anterioridade do DD sobre o DI, que aí ainda não se apresenta. Através de Rosier (1999) vai se poder avançar um pouco mais esse quadro.

Embora Rosier critique a posição de Compagnon, porque este teria feito deslizar uma questão relativa à narração, ligada à noção de gênero, para um fato gramatical (ROSIER, 1999:15) – “*En latin, comme en grec d’ailleurs, le problème du discours rapporté est traité dans le cadre des figures de narration et non comme un fait grammatical.*”<sup>47</sup> (grifo da autora) –, ela irá confirmar a supremacia do DI sobre o DD e, importa sublinhar, apontar o DI como sendo uma for-

---

<sup>47</sup> Em latim, como em grego, o problema do discurso relatado é tratado no quadro das figuras de narração e não como um fato gramatical.

ma de discurso que teria seu funcionamento, no período clássico, como discurso da verdade, em virtude de se constituir como discurso da lei.

Defendendo a posição de que o par *oratio recta* e *oratio obliqua* ultrapassa uma correspondência com o que se entende hoje por DD e DI, uma vez que não se restringe à frase e tampouco se apresenta nas gramáticas latinas, mas se trata uma oposição de ordem retórica (onde se encontra tal oposição no período clássico), isto é, uma oposição que serve para diferenciar gêneros discursivos, Rosier vai apresentar sua hipótese sobre DI inscrevendo-o na relação da narração com o político, isto é, partindo do suposto de que a questão da narrativa tem injunções políticas com conseqüências na forma de discurso relatado.

Conforme esta autora, o DI tem seu nascimento, isto é, tem seu primeiro texto escrito, no século II a.C., com a proscrição dos rituais dos Bacanais. Esses rituais, que vinham sendo objeto de perseguições judiciais, são proibidos pelo senado grego que redige, em discurso indireto, conforme a autora (*idem*;16), o texto de interdição dos Bacanais:

L'interdiction des bacchanales (-186), acte de naissance officiel du discours indirect, est un texte exemplaire, hypostase des rapports étroits, dans le monde latin, entre grammaire et politique.<sup>48</sup>

Trata-se, pois, de um texto que institui uma forma de escrita da lei, qual seja, o discurso indireto. Pensando esse gesto através da Análise de Discurso, teoria que serve de suporte para a reflexão aqui empreendida, trata-se de um duplo movimento, como se pode observar: ao mesmo tempo em que se instaura uma forma de escrita da lei, em discurso indireto, este modo de escritura, isto é, o DI, funciona como forma que confere um estatuto oficial ao enunciado que ele relata.

Retornando à autora citada, esta fórmula sua hipótese sobre o DI: trata-se de uma forma codificada por uma prática política; uma

---

<sup>48</sup> A interdição dos Bacanais (-186), ato de nascimento oficial do discurso indireto, é um texto exemplar, distinto dos relatos restritos, no mundo latino, à gramática e à política.

forma que se inscreve como prática de uma determinada formação discursiva<sup>49</sup>, qual seja, a da lei:

(...)le discours indirect ne relève pas de l'explication grammaticale mais d'une formation discursive particulière, idéologiquement marquée. S'exprimer en style indirect, c'est adopter le style de la loi, c'est parler, selon le mot de Montaigne, "dire le vray". La pratique devient praxis.<sup>50</sup> (ibidem:16)

E com isto se inscreve como forma de relato da verdade (*ibidem*). Portanto, a partir de Rosier, pode-se observar o DI como materializando uma determinada formação discursiva, qual seja, a jurídica, e instaurando assim uma forma de relato do discurso da verdade, em DI, ao mesmo tempo em que se instaura como forma de discurso da verdade.

Uma forma de prática da verdade que também atua, conforme Rosier, no discurso histórico. Neste, bem como no discurso jurídico, não se teria o DD. É interessante sublinhar que o não comparecimento do discurso direto no discurso jurídico e no discurso histórico, no período clássico, se deve, recuperando o que se observou com Compagnon, em função de, com o discurso indireto, o autor falar, isto é, de o discurso indireto funcionar como se o autor assumisse o dizer ao passo que o discurso direto funciona como se o autor simulasse um dizer, instaurando assim a ilusão de um falso dizer.

Antes de prosseguir, importa trazer esta questão para nossos dias para observar o discurso indireto funcionando como prática do discurso da verdade em alguns territórios discursivos da sociedade contemporânea.

O discurso indireto ainda é uma forma de inscrição na lei da fala do outro. Ou melhor, o discurso indireto é uma prática corrente judiciária em diferentes situações enunciativas. Por exemplo, tanto em depoimentos policiais quanto em relatos de depoimentos nos tribunais, relata-se a palavra do outro em discurso indireto e se responsabiliza com esse gesto o outro pelo dizer. E não somente aí, em outras práticas institucionais o discurso indireto também comparece

---

<sup>49</sup> A noção de formação discursiva aí trabalhada advém de Foucault.

<sup>50</sup> (...)o discurso indireto não destaca uma explicação gramatical mas uma formação discursiva particular, ideologicamente marcada. Expressar-se em estilo indireto é adotar o estilo da lei, é, segundo as palavras de Montaigne, "dizer a verdade". A prática se torna *praxis*.

funcionando como forma atestatória do dizer e do fazer: é o que se pode observar nas atas e documentos em reuniões em que os dizeres e fazeres são redigidos em discurso indireto e, depois de lidos, assinados.

Ou seja, ainda que as gramáticas e abordagens linguísticas contemporâneas apontem para o DD como forma de reprodução fiel, há territórios em que o discurso indireto se encontra institucionalizado como prática de um discurso da verdade.

Voltando à Rosier, se, por um lado, a autora observa que o discurso indireto constitui uma prática política, isto é, uma prática do discurso jurídico (e também do discurso histórico) é em outro lugar que irá se encontrar o DD no período clássico, a saber, na poética. Ou seja, o DD se apresenta como tendo estatuto estilístico ao passo que o DI funciona como “signo de legitimidade”, (*ibidem*: 21). Daí, como se apontou atrás, o tratamento destas formas como recobrando uma oposição não de formas gramaticais mas de gêneros discursivos. O DI como uma prática do discurso jurídico e histórico; o DD como uma prática do discurso poético, literário.

A questão que se apresenta agora é: se, no período clássico, o DD não funcionava como forma de atestação do dizer, como forma de relato da verdade, em que momento o DD passou a ter o estatuto de discurso da verdade? Ou melhor, pensando esta questão à luz da Análise de Discurso, em que momento o DD passa a ser tomado como forma de relato “literal”, isto é, como produzindo o efeito de literalidade do dizer?

Parte do trabalho de Rosier é destinado a estudar a evolução destas duas formas de discurso relatado. Aqui serão pontuadas algumas das passagens do percurso desta autora que irão interessar a este artigo.

Para Rosier, será com os gramáticos de Port-Royal que se terá o começo de uma mudança significativa no estatuto do DI: de língua da lei, portanto, da verdade, para finalmente, no século XIX, se apresentar como discurso do falso, da infidelidade.

Como já dito, discurso indireto e direto não constituem uma questão gramatical no período clássico, tampouco constituem um par que se oponha nesse período. É somente no século XVII, com a gra-

mática de Port-Royal, que vai se encontrar o discurso indireto sendo estudado a partir do juntivo *que*. Ou seja, é através da sintaxe que o discurso indireto passa a ser pensado em uma gramática. É aí que ele se gramaticaliza. É, pois, no século XVII que comparece na gramática, como um par, o DD e o DI.

É também nesta gramática que se apresenta a idéia de transformação do DD em DI, embora centrada apenas na pessoa gramatical (mais tarde é que a idéia de transformação se estenderá aos verbos). Aqui interessa-me destacar que a idéia de transformação coloca o DD como anterior ao DI, isto é, como um discurso primeiro; o que irá possibilitar se pensar mais adiante em uma supremacia do DD em relação ao DI. Ou seja, instaura-se, pois, com esta gramaticalização do par DD/DI, um gesto de leitura do DD e do DI como formas que se relacionam e como formas que decorrem uma da outra. Gesto que irá permitir outros sentidos a estas formas.

Uma observação se faz necessária sobre a Gramática de Port-Royal: o juntivo *que* é tomado nesta gramática como pronome relativo e todas as relativas são consideradas aí como incidentes. O DI é, pois, tratado como uma subordinada através de um pronome incidental. Contudo, considerar o DI como subordinada e o DD como discurso primeiro não significa ainda a supremacia do DD sobre o DI. Ao contrário, na gramática de Port-Royal, o DD continua condenado. Em outras palavras, ainda que gramaticalizado como forma antecedente ao DI, o DD continua a não significar na formação discursiva do DI, qual seja, na que confere legitimidade ao dizer.

Cabe expor o que foi dito. Os autores da gramática de Port-Royal se interrogam sobre a prática do discurso indireto e observam que, entre os hebreus e evangelistas, diferentemente do que ocorre na tradição latina, há uma preferência pelo relato direto. Para os gramáticos de Port-Royal, no entanto, tal prática, isto é, do DD, é considerada um arcaísmo. A posição discursiva desta gramática é ainda de interdição do DD e de preferência pelo DI uma vez que com este se mantém a unidade da predicação, algo que não ocorre com o DD:

Le rapport direct des paroles est implicitement considéré comme un archaïsme, non prescriptible aux usagers. La forme direct justapose deux

énonciations (...) et menace l'unité prédicative. La hantise de la "polyphonie" proscriit son usage (...).<sup>51</sup> (ibidem:27)

Portanto, com a gramática de Port-Royal, o par se gramaticaliza e se, através da idéia de transformação, o DD passa a ser considerado como anterior ao DI, continua, no entanto, em função da idéia de unidade de predicação e da harmonia do texto, a ser proscrito.

Será através da pontuação, ou melhor, das aspas, que, no século XVIII, o estatuto do DD irá se alterar. Continuando a seguir os passos de Rosier, é com Beauzée que se tem, no século XVIII, o tratamento do DD em um capítulo consagrado à pontuação. O DD comparece na gramática em termos de pontuação e é tratado na relação da escrita com o oral.

Percebendo a função lingüística da pontuação, Beauzée se debruça sobre o DD e não se refere ao DI. Apresenta o DD como equivalente à citação, em função das aspas. As aspas, sinais tipográficos inventados no século XVII pelo impressor Guillaume (Compagnon, 1996:38), são expostas como servindo para descrever a maneira de relatar diretamente as palavras do outro (Rosier, 1999:30) e, nesse sentido, não se distingue DD de citação<sup>52</sup>. Ambos, citação e DD, aparecem, então, como falas demarcadas e aprisionadas pela tipografia. Ambos comparecem aí como falas primeiras. Falas autênticas.

Visto isto, importa tecer algumas observações.

Em primeiro lugar, aproximar o DD da citação serve para conferir àquele um outro sentido. Melhor dizendo, se o DD, ou melhor, a *oratio recta* situava-se na poética e por ser simulacro era banida, no discurso dos sofistas ela também aparecia e era condenável duplamente: por ser simulacro e por poder corromper. Mas poder corromper implica assumir que esta forma de relato tem uma força. Ou seja, à citação se atribuía uma força argumentativa. Aproximar,

---

<sup>51</sup> O relato direto das palavras é implicitamente considerado como um arcaísmo não prescritível aos usuários da língua. A forma direta justapõe duas enunciações (...) e ameaça a unidade predicativa. A intimidade com a "polifonia" proscreeve seu uso.

<sup>52</sup> Embora o travessão já existisse desde a Antigüidade como "signe de correction" (Catach, 1996:77), será somente no século XIX indicará alternância de vozes, servindo com isso especificamente ao DD (Rosier, 1999:30) e materializando assim sua diferença em relação à citação.

então, citação de DD implica conferir de alguma maneira essa mesma força ao DD. E isto permite uma reflexão interessante no terreno do discurso jornalístico.

Se o DD não é prática do editorial ou mesmo de artigos, não por ser simulacro, mas por se trabalhar nestes espaços a ilusão de neutralidade e objetividade que se articula também através do não rompimento sintático da sentença (algo que o discurso direto promove), é, no entanto, forma recorrente na reportagem jornalística. Aí ocorrendo em função de sua força argumentativa e do juridismo no discurso jornalístico. Mais adiante será retomada esta questão.

Em segundo lugar, tomar DD e citação como equivalentes a partir de um recurso tipográfico – as aspas – permite observar a tipografia como um dispositivo que serve à política do dizer na imprensa, isto é, os sinais tipográficos são produto da prática política da imprensa sobre as formas de demarcação da palavra do outro.

Ainda a esse respeito cabe sinalizar que os séculos XIX e XX assistem uma revolução tecnológica no domínio do discurso relatado (Catach, 1996:77). Aparece uma profusão de sinais de circunscrição da palavra do outro: alguns são criados; outros ressignificados, como é o caso das aspas que ampliam suas funções. À guisa de explanação, as aspas já existiam na Idade Média (*idem*) com outros sentidos e funções. Por exemplo, elas marcavam um comentário crítico, “um acréscimo requerendo uma atenção especial sobre um fragmento do texto” (Authier-Revuz, 1998:373); a partir do final do século XVIII, passam a servir para indicar a alternância de vozes do DD.

Então, com os novos sinais tipográficos e/ou com a ressignificação dos já existentes, estava em questão, de acordo com Catach, “a passagem de uma cultura da voz e da orelha para um cultura do olhar”, por um lado, e, por outro, a desambigüização do dizer. Estava em jogo, pode-se dizer, lançando mão de Foucault (1997) e Schneider (1985), a questão a autoria.

A integração do autor ao sistema de propriedade da nossa sociedade (Foucault, 1997:48) tem como contrapartida a incorporação da alteridade ao sistema legal. É preciso a partir daí separar o que seria de si do que seria do outro.

Conforme Schneider (1985:35), data do início do século XIX as primeiras preocupações com o plágio; portanto, com o direito de autoria. Legisladores e juristas passam a intervir para definir a propriedade autoral. Para determinar o que era do dizer do um e o que era do dizer do outro. As aspas cumprem este papel.

Enfim, as aspas, igualando DD à citação, permitem observar o papel da tipografia no que se refere à mudança do estatuto do DD e no que se refere à política do dizer que resulta de uma política sobre os sentidos. Seguindo Orlandi (2001:116), pode-se afirmar que as aspas, assim como as outras diferentes tecnologias da escrita (pontuação, parênteses, notas de rodapé), estabelecem “uma relação regrada com os sentidos”, fabricam a “normalidade dos sentidos”. As aspas, no caso, estabelecem a unidade na dispersão dos dizeres.

Para Rosier, o papel das aspas ao lado da polêmica instaurada no século XIX em função da entrada em cena do discurso indireto livre (doravante DIL) é fundamental na mudança do estatuto do DD.

Sua hipótese é a de que a ampla discussão sobre o DIL no século XIX<sup>53</sup> tem como uma das conseqüências colocar em cena, como um par o DD e o DI, e de transformá-los, em diferentes lugares, em um trio: DD, DI e DIL.

Em outras palavras, se DD e DI aparecem como par na gramática de Port-Royal, isto é, para Rosier, algo circunstancial. No século seguinte estão separados em lugares distantes: DI sendo tratado na parte relativa às completivas; DD sendo tratado na parte referente à pontuação<sup>54</sup>. É somente com a entrada em cena do DIL que se passa a trabalhar DD e DI como par.

Pensando a questão em termos discursivos, a entrada do DIL e a discussão que suscita toma o par DD/DI como posto, isto é, de acordo com a Análise de Discurso, como um já-lá, como um pré-construído. Por um lado, o DIL instaura na gramática o DD ao lado do DI, por outro lado, possibilita uma reflexão sobre a autonomia do dizer. Reflexão que decorre da autonomia sintática possibilitada pelas aspas.

---

<sup>53</sup> Não é o caso de se tratar aqui da polêmica suscitada com a descoberta do DIL. A esse respeito, vale conferir Cerquilini (1983).

<sup>54</sup> Cabe destacar que esta separação comparece ainda hoje em muitas gramáticas brasileiras.



Retornando a Rosier, para esta autora, uma vez que a gramática de Port-Royal colocou o DI como forma derivada do DD, o passo seguinte e fundamental para a mudança de estatuto do DD se deu com as aspas, ao servirem para demarcar um território como de reprodução do dizer, por indicá-lo como autônomo:

(...) le DD use de marques propres à un rendu fidèle comme la citation et se met, lui, à relever du vrai ou du faire vrai. Le DI devient dès lors le discours du transposé, du faux.<sup>55</sup> (ibidem:43)

Autonomia que servirá, com a entrada do DIL em cena, para criar para o DD a tradição de forma de reprodução e manutenção fiel da palavra do outro, forma de reprodução verdadeira do discurso do outro; daí, forma de relato da verdade.

É hora de observar um pouco a suposta autonomia do DD refletindo sobre o juridismo que também nele se inscreve.

#### DO JURIDISMO NO DISCURSO DIRETO

São várias as ilusões que o DD engendra: de fidelidade à palavra do outro, de objetividade na transcrição da palavra outra e de neutralidade por parte de quem relata esta palavra outra. Ilusões que se apóiam no corte sintático promovido na cadeia discursiva; na possibilidade de o DD funcionar como forma autônoma, corpo à parte que se mostra, como exterior, à cadeia discursiva.

De Authier-Revuz (1978) destaco duas marcas do comportamento autônomo do DD. Diferentemente do DI, o DD não comporta sinonímia, isto é, não se pode substituir, por exemplo, “não sou casado” em um DD por “sou solteiro” (tradução de exemplos de Authier-Revuz, 1978:54). O DD, também em oposição ao DI, permite a repetição daquilo que não se compreende; por exemplo, da palavra estrangeira. Ou seja, a autonomia do DD decorre de, com esta forma, poder se ter a reprodução do significante. Tipo de reprodução que impede a sinonímia e que permite a reprodução da palavra ouvida embora não compreendida. Aí reside sua ilusão de reprodução ver-

---

<sup>55</sup> (...) o DD usa marcas próprias para uma reprodução fiel assim como a citação e se constrói como verdadeiro ou fazendo a verdade. O DI se torna a partir daí discurso da transposição, do falso.

dadeira do discurso do outro. Ou seja, a impossibilidade de alteração do significante de um território demarcado (pelas aspas, no caso) possibilita que se tome o DD como mantendo a palavra outra. Esquece-se, como lembra Authier-Revuz (2001:193), que:

Toute forme de représentation d'un discours autre rencontre donc le problème du sens et, partant, relève, quel que soit le type de représentation choisi, du registre de l'interprétation.<sup>56</sup>

Esquece-se de que manter o significante não implica a manutenção do significado. Não se considera a enunciação. Isola-se um dito e julga-se assim se dar conta do dizer. Delimita-se um enunciado como tal e aprisiona-se-o entre aspas supondo com esse gesto apreender o sentido. Julga-se, pois, domar o sentido aprisionando o dizer.

De acordo com Authier-Revuz (1998:145), o discurso relatado, DD ou DI, não relata uma frase ou enunciado, mas um ato de enunciação. Aí reside a diferença entre uma abordagem enunciativa e discursiva de outra de ordem sintática. Nesta, ele importa pelas marcas de subordinação e de pronominalização; naquela, ele é assumido enquanto enunciação outra que se ilude poder reproduzir. Daí, no caso do DD, seu conflito constitutivo:

(...) *le DD*, qui rapporte des paroles, coupées de leur situation d'énonciation, la fait éclater, et propose, *disjoints*, la chaîne signifiante de l'énoncé rapporté et, explicités, des éléments de situation. Cette disjonction correspond au *conflit constitutif du DD*: L s'efface devant l'énoncé qu'il répète textuellement, et, en même temps, qu'il le veuille ou non, il tire toutes les ficelles de la situation d'énonciation qu'il rapporte et dans laquelle l'énoncé s'inscrit et prend son sens.<sup>57</sup> (AUTHIER-REVUZ, 1978: 53. Grifo da autora)

Então, o DD relata uma enunciação que ele apaga no ato de delimitação do enunciado outro através das aspas. Demarca-se o dizer outro supondo aí não intervir:

---

<sup>56</sup> Toda forma de representação de um discurso outro reencontra então o problema do sentido e, portanto, marca, qualquer que seja o tipo de representação escolhida, o registro da interpretação.

<sup>57</sup> (...)o DD, que relata palavras, cortadas de sua situação de enunciação, esfacela-as, propõe e explicita disjuntas a cadeia significante do enunciado relatado e os elementos da situação. Esta disjunção corresponde ao conflito constitutivo do DD: o L [locutor] se apaga diante do enunciado que ele repete textualmente e, ao mesmo tempo, quer ele queira ou não, retira todas as marcas da situação da enunciação que ele relata e na qual o enunciado se inscreve e toma seu sentido.

(...) la valeur fondamentale semble être celle d'un "je n'interviens pas" de L, qui désigne, montre, sans y toucher, le discours qu'il rapporte comme un *objet* doué d'une existence indépendante.<sup>58</sup> (idem: 51. Grifo da autora)

Instaura-se, desse modo, a ilusão de neutralidade no tratamento do discurso outro, de objetividade e, indo mais adiante, a ilusão de verdade.

Voltemos rapidamente aos textos teóricos já apontados a fim de observarmos o juridismo no discurso direto.

Através de Compagnon, pôde-se observar o DD funcionando como simulacro na tradição grega, como discurso da falsidade, ao passo que o DI se apresentava como cópia, boa cópia.

Através de Rosier, foi possível acompanhar como o DI se constituiu como discurso da lei e, por conseguinte, da verdade, e como, no século XIX, veio a perder este estatuto para o DD, que aí passa a funcionar como discurso da verdade.

O caminho que se trilhou com Rosier serve também para pensar o percurso da gramaticalização destas duas formas de discurso relatado como produto de um tratamento de base lógico-sintática dado ao DI e DD, isto é, como produto de um processo que vai significando DD e DI na formação discursiva da lógica. Expliquemos revendo a passagem do DD, de simulacro, para discurso da verdade no século XIX, e a do DI, de discurso da lei, para discurso que falseia.

No caso do DI, este é, como se viu, gramaticalizado através do junctivo *que*. E passa a ser tomado como forma decorrente de outra, isto é, do DD. No caso do DD, este, por sua vez, adentra a gramática através de um sinal de pontuação: as aspas. Em ambos os casos está em jogo a formação discursiva lógico-matemática que trata as formas de discurso relatado através do tipo de proposição, tomando a sentença como objeto em si. No caso do DI, pela completiva, isto é, pela oração subordinada; no caso do DD, pela autonomia do ditto que advém das aspas associadas à ruptura sintática que esta nova forma de escritura possibilita. Cabe lembrar que, com as aspas, ins-

---

<sup>58</sup> (...) o valor fundamental parece ser de um "eu não intervenho" de L [locutor], que designa, mostra, sem tocá-lo, o discurso que ele relata como um objeto dotado de existência independente.

taura-se uma fórmula para o DD – “dire deux points ouvrez les guillemets” (Rosier, 1999).

Em outras palavras, nem DI nem DD são tratados enunciativamente, na gramática, isto é, não importam na relação com a enunciação que reportariam, mas como enunciados tomados sintaticamente. O percurso que se observou, então, consiste no percurso que trabalha estas duas formas de discurso relatado como fenômenos da sintaxe e que como tal permitiu a assunção do DD à discurso da verdade, uma vez que discurso primeiro (o DI, como já dito, passa a ser tomado como discurso derivado do DD) e uma vez que forma autônoma.

No entanto, tomá-lo como fenômeno da sintaxe apaga o juridismo que se inscreve nas formas de relatar a palavra outra, agora, no caso, juridismo que se inscreve no DD, em função da autonomia que as aspas possibilitam, ou seja, do corte na língua que coisifica a palavra do outro e faz supô-la transparente. Que a toma como objeto do mundo, e que, com esse gesto, instaura a ilusão de apreensão, de detecção fiel do discurso outro, e produz o efeito de objetividade de um trabalho de transcrição da palavra do outro.

Juridismo em processo em função da mudança da ordem religiosa para a jurídica (cf. Haroche, 1992 e Orlandi, 1988), a partir da qual emerge o sujeito jurídico: este agora dono de seus atos e de seu dizer e por eles responsabilizado. Daí decorre a necessidade de demarcação do que é do outro, do dizer do outro. As aspas permitem, pois, que aquele que enuncia se retire da responsabilidade do dizer ao abrir um espaço demarcado ao outro em seu dizer.

Isso posto, considero, pois, que o DD, como forma de relato posta como fiel, como forma objetiva da palavra do outro, é produto do longo processo de constituição da figura do autor (cf. Foucault, 1997), em que as aspas funcionam como materialização deste processo na língua (Medeiros, 2003). Fecha-se o cerco de si na suposição de domínio sobre a palavra do outro ao se tornar este discurso outro objeto isolável, apreensível e visível.

Dizendo de outro modo, dado o processo, que remonta a *Idade Média*, de configuração da figura do autor, figura que nas palavras de Foucault, “*está ligada ao sistema jurídico e institucional que*

*encerra, determina, articula o universo dos discursos (...)*” (1997: 56); portanto, figura que é fruto de uma ordem jurídica em curso instaurando a propriedade, os direitos e as proibições, as leis e as sanções, a elaboração de uma prática de detecção da palavra outra constitui uma forma de delimitação da autoria, do que é do autor e do que não é dele. Daí as aspas como marcas desse domínio do dizer do outro que permite a posse do discurso como de si.

Se as aspas são, então, de alguma forma produto de uma ordem jurídica em curso, por um lado, por outro, o DD, terreno agora por elas delimitado, serve à ordem jurídica por se apresentar como forma de reprodução da fala do outro, bem como legitima-se no espaço jurídico:

La “garantie” d’exactitude des termes reproduits au DD est institutionnalisée dans le cadre judiciaire: souvent, l’attention des témoins est attirée sur l’engagement que constitue pour eux l’emploi du DD pour rapporter les paroles d’un L et le risque de faux témoignage<sup>59</sup> (Authier-Revuz, 1978: 49. Grifo da autora.)

Para finalizar, o DI pôde ser tomado no passado como discurso da lei na medida em que através dele o autor não simulava falar na voz de outrem, na medida em que o texto, através desta forma de relato, mantinha sua unidade predicativa, isto é, não promovia um rompimento na cadeia discursiva; como contrapartida, esta forma de relato instituiu uma forma de escrita da lei, que, permanece até nossos dias, como já se apontou, em determinadas práticas jurídicas. Ou seja, arquiva-se a palavra do outro sob a forma de discurso indireto.

A entrada das aspas em momento posterior permitiu uma nova forma de apreensão da palavra do outro que também servirá à prática jurídica. Coisificada, tornada objeto, fato, a palavra do outro, tomada como da ordem da reprodução fiel, é passível de julgamento. Ou seja, o DD passa a servir para imputar a responsabilidade do dizer ao outro. Garantia de veracidade que serve à ordem contemporânea, isto é, à ordem jurídica.

Se com tal sentido o DD comparece em inúmeras práticas de escritura contemporâneas, cabe lembrar que há espaços outros em

---

<sup>59</sup> A “garantia” da exatidão dos termos reproduzidos em DD é institucionalizado no quadro judiciário: frequentemente a atenção das testemunhas é atraída para o compromisso que constitui para eles o emprego do DD para relatar as palavras de um L e o risco do falso testemunho.

que esta forma de discurso relatado significa diferentemente. Melhor explicando, ao longo do artigo foi possível observar um trajeto do DD de prática de simulação do dizer à prática de apreensão/reprodução do dizer. Cabe registrar que estes dois sentidos continuam a vigorar em relação ao DD e que servem para separar territórios discursivos e formas de saber. Mas isto é assunto para outro trabalho.

#### BIBLIOGRAFIA

AUTHIER-REVUZ, J. “Les formes du discours rapporté. Remarques syntaxiques et sémantiques à partir des traitements proposés”. DRLAV, 17, Paris: Paris VIII, 1978.

———. “Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l’autre dans le discours”, DRLAV 26, Paris: Paris VIII, 1982.

———. “Le guillemet, un signe de ‘langue écrite’, à part entière”. In: *A qui appartient la ponctuation?*. J.M. Defays, L. Rosier, F. Tilkin (eds.). Duculot, 1998.

CATACH, N. *La ponctuation*. 2<sup>a</sup>. ed. Col. Que sais-je? Paris: PUF, 1996.

CERQUILINI, B. “Le style indirect libre et la modernité”, Langage, no. 73, mars, Paris: Larousse, 1983.

COMPAGNON, A. *O trabalho da citação*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

CUNHA, C. F. da & CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2<sup>a</sup>.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1997.

———. *A ordem do discurso*. 4<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

HAROCH, C. *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992.

LIMA, C. H. da Rocha *Gramática normativa da língua portuguesa*, 29<sup>a</sup>. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

ORLANDI, E. *Discurso e texto*, São Paulo: Pontes, 2001.

———. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1988.

Pêcheux, M. *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*, ed. da UNICAMP, Campinas, 1998.

Rivara, R. *La langue du récit: introduction à la narratologie énonciative*. Paris: L'Harmattan, 2000.

Rosier, L. *Le discours rapporté: histoire, théories, pratiques*. Louvain-la-Neuve: Duculot, 1999.

Schneider, M. *Voleurs de mots*. France: Gallimard, 1985.

## **EM DEFESA DO IDIOMA PORTUGUÊS**

*Adelto Gonçalves (USP e ABF)*

*Revista brasileira. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, fase VII, ano IX, n° 36, julho-agosto-setembro 2003, 255 p.*

Manuel Said Ali (1861-1953), apesar da origem árabe dos sobrenomes, foi filólogo, professor do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, membro da Academia Brasileira de Filologia e autor de obras como *Dificuldades da Língua Portuguesa* (1908), *Gramática Elementar da Língua Portuguesa* (1923), *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* (1925), *Versificação portuguesa* (1948) e *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (s.d.). Depois desta relação, não é preciso dizer que foi um dos maiores cultores da nossa Língua, “a última flor do Lácio, inculta e bela”, como dizia o poeta Olavo Bilac (1865-1918).

De Said Ali, o último número da *Revista Brasileira*, da Academia Brasileira de Letras, republica o ensaio “O purismo e o progresso da língua portuguesa” em que o autor, a princípio, procura conjecturar sobre a origem do idioma, admitindo de procedência latina o seu cabedal mais grosso, mas lamentando que sejam só do reinado de D. Sancho I os documentos mais antigos que se conhecem. Já então, diz, aparece de tal modo caracterizado o português que, apesar da grande diferenciação de tempo, ainda assim se parece mais com a linguagem hoje falada do que com o latim.

Mais adiante, o filólogo lembra que o cânon dos puristas hodiernos, como se sabe, são as obras dos que escreveram de 1500 para cá, conhecidos pela designação de clássicos portugueses, especialmente certos quinhentistas e seiscentistas. De fato, ao tempo em que estas estrelas de primeira grandeza brilharam, não se cogitava de se buscar inspiração literária ou lingüística à França. Guardou, portanto, o idioma a sua relativa pureza, se pureza era tão-somente ficar alheio à influência do falar dos vizinhos d’além Pirineus.

No século XVIII, porém, Portugal começou a ser assolado pelos ventos que vinham de Paris, as “idéias do século”, como diz em brilhante ensaio o professor José Esteves Pereira (*Portugal Contemporâneo*, direção de António Reis, Lisboa, Publicações Alfa, 1990).



Daí por diante, com observa Said Ali, a cultura e a língua francesas passaram a ser, em boa parte da Europa, a principal fonte de inspiração para a literatura, a filosofia e as instituições políticas e sociais.

Na virada do século XVIII para o XIX, de nada adiantava o intendente Diogo Inácio Pina Manique colocar seus espíões e moscas – havia uma diferença entre estas duas palavras que talvez só o intendente soubesse – no café Nicola e no botequim das Parras, ao Rossio, para ouvir a conversa alheia. Nem atulhar as prisões de “bota-fogos”. As idéias que vinham de França eram mais fortes, com maior poder de argumentação.

O “mal” forçava as portas do absolutismo monárquico, es-crunchava, sem que houvesse força que o detivesse. E entusiasmava especialmente os jovens. Eis aqui a razão de sua vitória: as idéias novas não vencem porque derrotam as idéias velhas, mas porque uma geração as adota e se afirma com elas. Foi uma questão de tempo. Tanto que a geração perseguida por Pina Manique chegaria ao poder em poucos anos com a Revolução do Porto de 1820.

Eram tão fortes as “idéias do século” que canalizaram ao português dicções francesas, embora seja certo que tenha cooperado para isso o desamparo em que a gente educada deixou o cultivo da tradição vernácula. Diz o professor Said Ali em seu ensaio agora res-suscitado pela Revista Brasileira que muitos termos vieram de França e seu uso se tornou moda entre a boa sociedade portuguesa. Antes disso, o árabe já havia trazido à Península Ibérica um caudal léxico bastante considerável.

No Brasil, o português foi recheado por milhares de termos africanos, como nos dá conta Yeda Pessoa de Castro em *Falares Africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro* (Rio de Janeiro, Topbooks, 2001), sem contar as palavras de origem tupi-guarani. E em Moçambique vive amancebado com o inglês da África do Sul. Nada isso destruiu o idioma. Pelo contrário, enriqueceu-o mais.

Já lá se vai mais de meio século que o professor Said Ali escreveu seu texto e, por isso, não tivera tempo de se horrorizar com a invasão de termos ingleses em nosso idioma – e não se diga que apenas no Brasil porque em Portugal também pouca defesa se faz contra os estrangeirismos.

Primeiro, foram os publicitários que mais trataram de difundir designações estrangeiras, embora possuamos no vernáculo expressões que dizem rigorosamente a mesma coisa. Fazem isso talvez levados por “vã cobiça”, para valorizar o seu trabalho diante dos olhos leigos.

Agora, é a Internet que acaba de instilar dezenas de termos ingleses em nosso idioma. Se os clássicos portugueses, ressuscitados hoje, por certo, levariam algum tempo para nos entender. Mas nada disso significa a morte do idioma. O português tem sido tão forte que resistirá uma vez mais a essa invasão. Como os indígenas antropófagos do Brasil à chegada do europeu, haverá de deglutir o estrangeiro para revigorar suas próprias forças.

Não é só o ensaio de Said Ali o que traz de bom este número da Revista Brasileira, uma publicação que se torna a cada edição mais atraente. Há ainda textos sobre os dez anos da morte do historiador Américo Jacobina Lacombe e do jornalista Carlos Castello Branco, além de um dossiê sobre o centenário de nascimento do poeta Carlos Drummond de Andrade e outros textos sobre prosa e poesia. Para quem não sabe, a Revista Brasileira nasceu em 1855 e durou até 1857, sob a direção de Francisco de Paula Menezes. Surgiu outra Revista Brasileira em 1879, indo mensalmente até 1881, sob a direção de Nicolau Midosi. Depois veio a chamada fase José Veríssimo da publicação, que circulou de 1895 a 1899.

A quarta fase da Revista Brasileira, dirigida por Batista Pereira, genro de Rui Barbosa, foi de 1934 a 1935. Em 1941, a Revista passou a ser publicada pela Academia Brasileira de Letras, sob a direção de Levi Carneiro, seguindo até 1948. Depois de uma interrupção de dez anos, voltou a sair em 1958, ainda com Levi Carneiro na direção. A sexta fase, sob a orientação de Josué Montello, compreende apenas seis números, de 1975 a 1980. Voltou a ser publicada em 1994, sob a direção de João de Scantimburgo.

**A Revista Brasileira poderá ser pedida à Academia Brasileira de Letras pelo endereço eletrônico [publicacoes@academia.com.br](mailto:publicacoes@academia.com.br).**

**FUNDAMENTOS HISTÓRICO-LINGÜÍSTICOS  
DO PORTUGUÊS DO BRASIL**

*José Pereira da Silva (UERJ)*

**ELIA, Sílvio. *Fundamentos histórico-lingüísticos do português do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. 160 p.**

Este é o livro que a família e os amigos do Professor Sílvio Elia estavam devendo à sociedade acadêmica brasileira, deixado pronto pelo autor, surpreendido pela morte em 1998.

Graças ao empenho do Professor Evanildo Bechara e da Editora Lucerna, Dona Maria José da Fonseca Elia deixou que este excelente trabalho, que foi o último da lavra de seu esposo, fosse disponibilizado aos estudiosos das letras brasileiras.

Seguramente, trata-se da melhor síntese de nossa história direcionada para a fundamentação dos estudos da atual língua geral da costa e do interior do País, da chegada dos primeiros lusófonos ao primeiro século de sua fase independente.

Poucos estudiosos entre nós, como afirma Bechara (p. 9) estariam mais aparelhados que o Professor Sílvio Elia para tratar deste palpitante e atualíssimo tema, resenhando toda a nossa história até o início da República, por considerar que “o período imperial consolidou a consciência cultural do Brasil” (*Ibidem*).

Sílvio Elia divide os estudos dos quatro séculos (tratando de cada um em um capítulo) em três seções ou subcapítulos: *Quadro Histórico, Literatura e Língua*:

Na seção *Quadro Histórico* leva o leitor a repassar os principais fatores e momentos do descobrimento e colonização do país, sem perder de vista a posição do Brasil no conspecto não só de Portugal, mas também do resto da Europa. Na seção *Literatura* vai apontando a produção escrita – portuguesa, brasileira e estrangeira –, desde a nossa certidão de nascimento, que é a *Carta* de Pero Vaz de Caminha, até a literatura dos caatequistas, dos historiadores, dos cientistas, viajantes e artistas. Tem, nesta seção, oportunidade de levantar e discutir problemas tratados por eminentes estudiosos da nossa literatura, chegando, algumas vezes, a propostas diferentes, conforme sua ótica particular. De todos os nomeados faz breve relato das obras e emite juízos de valor sobre os mais importantes pela qualidade da produção ou por sua fortuna crítica. (*Ibidem*)

Na seção *Língua*, em todos os capítulos, é que Sílvio Elia ainda apresenta maiores e mais particulares contribuições pessoais, como continua o Professor Bechara, nesta longa citação:

Na seção *Língua* é notável o à-vontade do Autor no tratamento das questões lingüísticas e gramaticais aí ventiladas, descritas e discutidas. É uma seara sobre a qual Sílvio Elia vem estudando e meditando desde o início de sua carreira de filólogo e lingüista, superiormente preparado, o que lhe permite transformar estes *Fundamentos Histórico-Lingüísticos* numa obra de maturidade. Toda obra madura tem por trás de si uma história. Esta começa com seu livro de estréia *O Problema da Língua Brasileira*, em 1940, e vai a pouco e pouco amadurecendo o tema nos seus contatos pessoais com Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto e Gladstone Chaves de Melo; com suas leituras teóricas e meditações de História, Sociologia, Sócio e Etnolingüística, para desaguar no livro *El Português en Brasil: História Cultural*, para a Colección Idioma e Iberoamérica (Madrid, Editorial MAPFRE, 1992, 330 páginas) e na colaboração ao *Lexikon der romanistischen Linguistik* (Band VI, 2, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1994, págs. 559-571), intitulado “O português do Brasil”. O ciclo dessa história s fecha com estes *Fundamentos Histórico-Lingüísticos do Português do Brasil*, concluídos provavelmente um ano antes do seu falecimento, ou mesmo em 1998.

Nas quatro seções dedicadas à *Língua*, do século XVI ao XIX, entra o leitor na questão da transplantação do idioma português de raízes quinientistas para o Brasil; no contacto e intercâmbio com as línguas indígenas e africanas; nos sucessivos estados de língua no seu sistema fonético-fonológico, morfossintático e renovação do léxico; por fim, nos arroubos de consciência nacional para culminar com “a questão da língua brasileira”, tema que Sílvio Elia retira, com mão de mestre, das elucubrações de um evolucionismo naturalista de carácter amadorístico, corrente na época entre escritores e estudiosos portugueses e brasileiros sem a devida preparação técnica para emitir juízos de valor, formulando teses superficiais que não resistem a uma análise mais aprofundada. Também aí se foi desgarrando da explicação de uma *língua* portuguesa e de um *estilo* brasileiro para enfeixar a questão da dicotomia coseriana de *sistema e norma*.

Na página 143, Sílvio Elia escreve, comentando o ensaio de Gladstone Chaves de Melo “*Alencar e a Língua Brasileira*”, onde nos deixa uma das mais importantes lições destes *Fundamentos*:

Essa distinção entre língua portuguesa e estilo brasileiro também eu já fizera na 1ª ed. de *O Problema da Língua Brasileira*, 1940. Todavia, na 2ª ed., 1961, passei a adotar a tripartição do prof. Eugenio Coseriu entre sistema, norma e fala, a qual intercalava um termo na oposição de Saussure entre *langue* e *parole*. A *langue* ficava assim constituída de sistema + norma. O sistema é virtual, é um sistema de possibilidades, a lín-

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

gua é real, por ser uma realização histórica do sistema. Por outras palavras, **só se muda de língua quando se muda de sistema**. (Grifo nosso)

Na verdade, Sílvio Elia começa o seu trabalho com uma constatação importante para estabelecer a divisão que fez de seu estudo em Fase Colonial (séculos XVI a XVIII) e Fase Independente (século XIX em diante), na “Introdução Geral” (p. 13):

*A questão da língua* no Brasil na verdade só emergiu com o Romantismo e a Independência (1822). Até então imperava o prestígio dos clássicos, que, de fato, ainda sobreviveu por algum tempo e só veio a declinar na primeira metade do século XX, com o movimento modernista (1930).

Aproveitando ao máximo a avaliação do Bechara, exaradas no “Prefácio”, nas orelhas e na quarta capa, pretendo ter-lhe feito uma suficiente apresentação do excelente trabalho de Sílvio Elia, agora apresentado em sua primeira edição e que deverá passar a fazer parte indispensável na bibliografia dos que vierem a tratar do assunto a partir desse momento privilegiado.

**O livro poderá ser solicitado diretamente à Lucerna por telefax (21) 3393-3334, 2462-3976 e 2463-7446 ou por e-mail [info@lucerna.com.br](mailto:info@lucerna.com.br).**

## GUIA DE USO DO PORTUGUÊS DO BRASIL

*Francisco Gomes de Matos (UFPE)*

NEVES, Maria Helena de Moura. *Guia de Uso do Português. Confrontando regras e usos*. São Paulo: Unesp, 2003, 829 p.

Em 1977, a Editora Vozes lançou a 7ª. Edição do longo *Dicionário de Lingüística e Gramática*, do saudoso J. Mattoso Câmara Jr. Ao volume acrescentou-se um Posfácio de minha autoria, no qual se incluiu o verbete **Gramática do usuário**. Ali, argumentei que deveria haver Manuais do Usuário de Português, centrados nas opções de que dispõem os usuários da língua e enfatizei que obras dessa natureza ainda não tinham sido escritas.

Decorridos 26 anos, concretiza-se a referida antevisão, através da auspiciosa publicação deste **Guia**, fruto da competência científica e sapiência didática da lingüista Maria Helena de Moura Neves, autora da também pioneira Gramática de usos do Português (UNESP, 2000, 1037 p.). Segundo os prefaciadores do Guia, Francisco Platão Savioli e José Luiz Fiorin, trata-se do “primeiro trabalho, que, baseado em critérios científicos, nos diz se um determinado uso está ou não de acordo com a norma da língua culta escrita” e que “deixa ao usuário a possibilidade de refletir sobre as formas lingüísticas e escolher aquela que, por diferentes razões, julga a mais conveniente”. (12)

Em sua Apresentação, a autora esclarece que

Os usos comentados foram observados num corpus de 80 milhões de ocorrências do português escrito contemporâneo do Brasil, que abrange textos dos tipos romanesco, oratório, técnico-científico, jornalístico e dramático (13).

Dentre os atributos desta obra, destaco a sua contribuição para a Educação/Auto-confiança dos usuários, através de informações descritivas (oriunda da pesquisa lingüística) e prescritivas (consulta a obras de caráter normativo). Dentre os inúmeros pares de formas variantes apresentadas, destaco: a gente/nós, de o/do, em anexo/ anexo, de forma que/de formas que, imprimido/impresso, para/pra, ter/haver, visar/visar a. O verbete mais extenso (7 p.) se ocupa da

Concordância verbal. Merecem 3 páginas os verbetes sobre verbos em -izar e a vírgula. Para os estudiosos de como a autora lida com o imenso desafio de dar conta da variação dos usos do Português, eis alguns dos rótulos encontrados: coloquial, informal, formal, linguagem cuidada. Talvez por influência da tradição descritiva britânica, Moura Neves opta por “registro”, em vez de “variedade”.

Registre-se, também, um aspecto do GUIA que pode atrair a atenção de pesquisadores das áreas de Estudos Gramaticais e de Estudos Fraseológicos: a fraseologia usada pela colega da UNESP - Araraquara, ao referir-se às prescrições de uso. Eis algumas das ocorrências: “...em algumas obras tradicionais, indica-se como anglicismo...” (97), “...uso condenado em lições normativas...” (178), “...a recomendação tradicional é que...” (203), “Segundo a norma prescritiva...” (242), “..É lição de gramáticas normativas...” (344), “...a recomendação tradicional normativa é...” (591), “...construções consideradas incorretas pela gramática normativa. ...” (627), “...alguns manuais normativos relativizam a crítica e admitem a construção...” (792).

A destacar também os dados sobre frequência de uso, com explicitação das porcentagens. Exemplo: “A expressão vernácula correio-eletrônico ocorreu mais que e-mail (60 %) (p. 286).

Qual a abrangência deste Guia? Além do acervo em língua portuguesa, os leitores encontrarão muitos empréstimos do inglês (exemplos: franchising, high-profile), alguns do francês (pot-pourri), várias frases latinas (Sic transit gloria mundi) e, como usual em obras de referência, nomes e adjetivos pátrios (Boston/ bostoniano). Em Obras Consultadas (18 p.), um valioso retrato cultural do Brasil, através de livros, textos de jornais e revistas, discursos (Câmara dos Deputados).

Com este volume, inicia-se significativamente a Tradição Científica de Guias de Uso do Português do Brasil. Que, em um/num futuro próximo, a variedade falada de nosso idioma seja objeto de fonte semelhante, para o bem comunicativo de quem usa a língua portuguesa.

## INSTRUÇÕES EDITORIAIS

1. A *Revista Philologus* do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) tem por finalidade básica a publicação de trabalhos nas áreas de Filologia e Linguística. Devem os mesmos, de preferência, pertencer a autores filiados ao CiFEFiL.
2. Os artigos, que forem apresentados, podem ser inéditos ou não e de responsabilidade do(s) autor(es), sendo seus originais apreciados e avaliados pela Equipe de Apoio Editorial;
3. Cada trabalho apresentado ao CiFEFiL deve seguir estas normas:
  - 3.1. Os originais devem ser digitados em Word para Windows;
  - 3.2. Configuração da página: A-5 (148 X 210 mm) e margens de 25 mm;
  - 3.3. Fonte Times New Roman, tamanho 10 para o texto e tamanho 8 para citações e notas;
  - 3.4. Parágrafo justificado com espaçamento simples;
  - 3.5. Recuo de 1 cm para a entrada de parágrafo;
  - 3.6. Mínimo de 05 e máximo de 20 folhas;
  - 3.7. As notas devem ser resumidas e colocadas no pé de cada página;
  - 3.8. A bibliografia deve ser colocada ao final do texto, se o(s) autor(es) julgar(em) importante sua inclusão como parte informativa da temática global do artigo;
  - 3.9. Os artigos devem ser precedidos de um resumo de, no máximo 300 palavras, com indicação de três palavras-chaves e, **se possível**, sem gráficos, sem figuras e sem caracteres especiais.
4. Os artigos devem ser enviados por e-mail ou em disquete (**com cópia impressa**) até o primeiro mês do quadrimestre de sua pretendida publicação

À

**REVISTA PHILOGUS**

**A/C de José Pereira da Silva**

**Rua Visconde de Niterói, 512/97**

**20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ**

Outras informações podem ser adquiridas pelo endereço eletrônico [pe-reira@uerj.br](mailto:pe-reira@uerj.br), pelo telefone **(0XX21) 2569-0276**, ou através da home page [www.filologia.org.br](http://www.filologia.org.br).